

A CIDADE ENTRE BAIRROS

Maria Manuela Mendes | Teresa Sá | José Luís Crespo | Carlos Henriques Ferreira (coords.)



CiAUD Centro de Investigação
em Arquitectura, Urbanismo e Design

TÍTULO: A Cidade entre Bairros

AUTORES: AA VV

COORDENADORES: Maria Manuela Mendes, Teresa Sá, José Luís Crespo, Carlos Henriques Ferreira

CAPA E IMAGEM: Carlos Ferreira, Jorge Nicolau

COMPOSIÇÃO GRÁFICA: Ana Sarmento

DATA DE EDIÇÃO: Maio de 2012

ISBN: 978-989-658-163-3

DEPÓSITO LEGAL: 344389/12

EDIÇÃO:

calei
d o s c
ó p i o

Caleidoscópio_Edição e Artes Gráficas, SA

Rua de Estrasburgo, 26 – r/c dto.

2605-756 Casal de Cambra · Portugal

Tel.: (+351) 21 981 79 60 · Fax: (+351) 21 981 79 55

e-mail: caleidoscopio@caleidoscopio.pt

www.caleidoscopio.pt

APOIO:

CIAUD Centro de Investigação
em Arquitectura, Urbanismo e Design

Índice

Agradecimentos	5
Sobre os autores	6
Nota de apresentação	7
Intersecções de um bairro <i>online</i>	
Reflexões partilhadas em torno do blogue <i>Viver Lisboa</i>	
GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO E TIAGO FIGUEIREDO	9
Introdução	10
A Alta de Lisboa: o caso em contexto	10
Do <i>Viver na Alta de Lisboa</i> (2005-10) ao <i>Viver Lisboa</i> (2010-)	13
Ciber-vizinhança e ciber-espço(s) público(s): reflexões inconclusivas	18
Bibliografia	20
“Ainda há bairros na cidade?”	
TERESA SÁ	21
O bairro entre o rural e o urbano	22
Ainda há bairros na cidade?	25
A cidade como laboratório de si própria: o bairro como um lugar de paragem	30
Bibliografia	31
Narrativas de Bairro numa Cidade em Mudança:	
<i>o Bairro como catalisador de urbanidade da cidade</i>	
JORGE NICOLAU	33
Introdução	34
O território como narrativa	35
A macroescala da cidade – território de conexões	37
A microescala do território – O bairro	38
O bairro como reserva física e mental da cidade	40
Bibliografia	44
Projectar a cidade entre bairros: Lisboa, um Projecto de Cidade em Mudança	
CARLOS HENRIQUES FERREIRA	47
Dialécticas da cidade e das dimensões da unidade bairro	49
Os bairros económicos e o Plano Director de Lisboa de 1948	51
A cidade modernista e a sua crítica nos bairros-operação do Plano Director de 1959-67	53
Experimentalismo crítico da cidade bairro ao longo dos anos 70 e 80	56
Novos desafios para um projecto da cidade entre bairros na transição para o século XXI	58
Conclusões	61
Bibliografia	62

**Algumas complexidades do bairro no contexto da cidade:
o caso do bairro da Bela Vista**

JOSÉ LUÍS CRESPO.....	65
Introdução	66
A génese do termo e a definição de bairro	67
Caracterização morfológico-dimensional dos bairros	67
Características político-administrativas dos bairros	69
Os bairros no bairro – o caso da Bela Vista, Setúbal	70
Conclusões.....	73
Bibliografia.....	74

**Uma política cultural e artística para o desenvolvimento territorial:
o caso do Vale da Amoreira**

ANTÓNIO GUTERRES	75
A Iniciativa Bairros Críticos.....	76
O Vale da Amoreira: caracterização e evolução	76
Vivências locais e génese da programação artística.....	77
Implementação e desenvolvimento do plano de acção	79
Perspectivas futuras.....	82
Bibliografia.....	84

**A demolição do bairro do Aleixo e a acção da população local vista pela
imprensa diária e nas notícias *online***

MARIA MANUELA MENDES.....	87
Introdução	89
Bairro do Aleixo: apresentação do contexto local	90
Notícias sobre o bairro: Demolição <i>versus</i> Reabilitação?	99
Notas conclusivas.....	103
Bibliografia.....	104

Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção

ISABEL RAPOSO.....	107
Introdução	109
Bairros de génese ilegal	110
Velhos e novos paradigmas de intervenção	112
Duas experiências distintas na Área Metropolitana de Lisboa (AML)	115
Breves notas conclusivas	118
Bibliografia.....	118

Agradecimentos

Gostaríamos de prestar o nosso agradecimento à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), ao Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelo apoio à realização do Seminário “A cidade entre bairros”, que teve lugar no dia 29 de Maio de 2010 na FAUTL. Este evento contou ainda com a colaboração em regime de voluntariado de alguns estudantes da FAUTL (Cátia Tomé, Joana Cardoso, Joana Marques, Sérgio Morais e Margarida) e com o apoio da empresa 3N - Sociedade de Construções, Lda. Os organizadores agradecem ainda aos participantes cujos contributos concorreram para um diálogo aberto e interdisciplinar e que permitiram o sucesso deste evento, nomeadamente a António Guterres, Carlos Henriques Ferreira, Graça Índias Cordeiro, Helena Roseta, Isabel Raposo, Jorge Nicolau, José Luís Crespo, Maria Manuela Mendes, Teresa Sá e Tiago Figueiredo.

A publicação das intervenções apresentadas só foi possível com o apoio do CIAUD - Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design da FAUTL e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Um último agradecimento, à Caleidoscópio que aceitou o desafio de publicar os contributos e os resultados deste Seminário e ao Jorge Nicolau que disponibilizou a fotografia que está na base da capa deste livro.

Sobre os autores

António Guterres, Chefe de Projecto da Iniciativa Bairros Críticos do Vale da Amoreira e coordenador das Actividades do Centro de Experimentação Artística.

Carlos Henriques Ferreira, arquitecto, é professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

Graça Índias Cordeiro, antropóloga, é professora do Departamento de Métodos de Pesquisa Social e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL).

Isabel Raposo, arquitecta-urbanista, é professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), investigadora-responsável do Grupo de estudos socio-territoriais, urbanos e de acção local (GESTUAL) do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD/FAUTL).

Jorge Nicolau, arquitecto e doutorando em Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL).

José Luís Crespo, geógrafo, é professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

Maria Manuela Mendes, socióloga, é professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL).

Teresa Sá, socióloga, é professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigadora do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

Tiago Figueiredo, doutorando em Geografia Humana – Núcleo de Estudos Urbanos do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-UL).

Nota de apresentação

Esta publicação reúne um conjunto de textos que resultaram da apresentação e discussão no âmbito do Seminário “A cidade entre bairros” que se realizou na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) em 29 de Abril de 2010. Este seminário resultou da iniciativa de alguns investigadores que no quadro do projecto de investigação “O bairro e a cidade em questão”, coordenado pelo Professor Carlos Henriques Ferreira, sedado no Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD) têm procurado operacionalizar uma abordagem interdisciplinar nas dialécticas cidade-bairro e em torno do binómio espaço e sociedade. Este evento só foi possível a partir da colaboração entre investigadores e docentes dos Departamentos de Projecto – área científica de Urbanismo (Carlos Ferreira e Isabel Raposo) e de Ciências Sociais e do Território (Manuela Mendes, Teresa Sá e José Crespo) da FAUTL e investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto de Universitário (CIES-IUL) (Graça Índias Cordeiro e Manuela Mendes), tendo-se alargado esta cooperação a algumas instituições e técnicos com uma intervenção sócio-territorial inovadora (António Guterres do Projecto da Iniciativa Bairros Críticos do Vale da Amoreira, Centro de Experimentação Artística) e a dois alunos de doutoramento (Jorge Nicolau e Tiago Figueiredo). Saliente-se também a participação da Câmara Municipal de Lisboa através da arquitecta Helena Roseta.

Uma questão central percorre o livro “A cidade entre bairros” e que passa por entender e questionar o lugar do bairro na cidade hodierna. Assim se procura dar a conhecer um conjunto de temáticas transversais e complementares que de forma inequívoca marcam a actualidade da *agenda-setting* dos estudos urbanos. De facto, estamos perante um tema suficientemente vasto, ambíguo e interessante, para nos permitir deambular entre vários campos do conhecimento desde o científico ao político ao artístico. “A cidade entre bairros” é o mote proposto para os artigos aqui apresentados, possibilitando um olhar cruzado e interdisciplinar entre arquitectos, sociólogos, antropólogos e geógrafos.

Escutar a cidade e os seus bairros como um todo implica afirmar a condição interdisciplinar da cidade, o que exige a mobilização dos vários saberes sobre o bairro, nomeadamente o olhar do arquitecto, do sociólogo, do geógrafo e do antropólogo. Sendo que o termo bairro afigura-se como usual, banal na linguagem comum, termo polissémico que tende a ser usado com conteúdos diversos – bairro histórico, bairro típico, bairro social, bairro operário, bairro clandestino – nesta publicação, procura-se retratar estas diferentes realidades sócio-espaciais às quais atribuímos o nome bairro, localizadas principalmente na Área Metropolitana de Lisboa, havendo um contributo dedicado ao bairro do Aleixo na cidade do Porto.

As contribuições que agora se dão à estampa organizam-se em torno de dois eixos temáticos principais e que se entrecruzam e intersectam: um, que reflecte sobretudo as práticas e paradigmas de intervenção política no território que resulta de propostas ao nível do planeamento e da intervenção sócio espacial na micro escala do bairro: Plano Director de Lisboa, Planos Regionais, Planos de estratégia, Programa Nacional “Iniciativas Bairros Críticos” e operações de renovação/requalificação urbana. Neste eixo se inserem os textos de Isabel Raposo, Carlos Ferreira, José Crespo, Manuela Mendes e António Guterres, reflectindo o olhar da cidade dos planos, do desenho e dos instrumentos de intervenção social e política na cidade.

O outro eixo de discussão trespassa a vida quotidiana dos habitantes da cidade e envolve uma espécie de reinvenção da cidade e do bairro, implicando as sociabilidades e as vizinhanças, a percepção do espaço, a importância das Tecnologias da Informação e da Comunicação e as formas de organização e de participação social, abarcando as contribuições de Graça Índias Cordeiro e Tiago Figueiredo, Teresa Sá e Jorge Nicolau. Nestas contribuições é de evidenciar as múltiplas intersecções, os vários níveis de interacção, as várias escalas e a fluidez de fronteiras, dimensões ínsitas aos vários contextos relacionais de bairro e localidades particulares que aqui se vêem retratadas.

Intersecções de um bairro *online*

Reflexões partilhadas em torno do blogue *Viver Lisboa*

GRAÇA ÍNDIAS CORDEIRO*

TIAGO FIGUEIREDO**

Resumo

Os bairros são entidades sociais complexas, multiformes, dinâmicas, de geometria variável, dependentes de redes de relações, de situações e de representações que alimentam diferentes formas de interacção social. O blogue/site *Viver Lisboa* é um caso que nos ajuda a pensar a relação entre a comunidade e a localidade, entre o bairro e a cidade, nas múltiplas intersecções da sua dimensão relacional. Através de uma breve biografia desta plataforma que surgiu na Alta de Lisboa discutiremos a própria ideia de ‘bairro *online*’ e o modo como nos ajuda a perceber a relação entre o território e a vizinhança, o lugar e a cidade, o real e o virtual.

Palavras-chave: ciberespaço, vizinhança, espaços públicos, bairro.

Abstract

Neighborhoods are complex and dynamic social entities dependent on networks of relationships, situations and representations that feed different forms of social interaction. The blog/website *Viver Lisboa* is a case that helps us to think about the relationship between community and locality, between neighborhood’s communities and the city in their multiple intersections of its relational dimension. A short biography of that site wants to discuss the very idea of ‘*online* neighborhood’ and how it helps us understand the relationship between urban space and community, local place and the real and virtual city.

Keywords: cyberspace, neighborhood, public spaces, urban community.

* Professora do Departamento de Métodos de Pesquisa Social, Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE-IUL.

Contacto de e-mail: graca.cordeiro@iscte.pt

** Dinamizador do site *Viver Lisboa*, Doutorando em Geografia Humana – Núcleo de Estudos Urbanos do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

Contacto de e-mail: tiagofigueiredo@animoleve.com

Introdução

Este texto resulta de uma experiência de investigação, partilhada por ambos os autores, GIC, antropóloga urbana e TF, documentarista e activista do blogue/site *Viver Lisboa* (conhecido como *Viver*) durante o ano de 2010. A partir de um diálogo de perspectivas, de uma troca de conhecimentos teóricos e práticos sobre Lisboa e os seus bairros, foi-se desenvolvendo uma reflexão conjunta sobre o caso da Alta de Lisboa e, muito concretamente, sobre o site que a tem como referência. A comunicação criada neste processo foi acompanhada por uma aproximação de papéis, uma vez que GIC começou a participar no site, aproximando-se do ‘activismo cibernauta’, e TF se integrou num programa de doutoramento, participando da vida académica. Neste sentido, podemos afirmar que os papéis de informante e investigador se confundiram de um modo pouco ortodoxo, configurando um estilo de ‘etnografia colaborativa’ cujo conhecimento resulta de uma negociação entre interpretações e experiências que dialogam entre si (Cordeiro&Ferro&Sieber, 2009). Este texto resulta, pois, de uma investigação exploratória que se desenvolveu no âmbito da antropologia urbana, da geografia humana e do activismo cibernauta¹.

O objectivo inicial era o de conseguir conjugar a experiência *bloguista* em torno de um bairro com a experiência etnográfica urbana no sentido de encontrar novos *insights* para o conhecimento da realidade de Lisboa e, muito concretamente, dos seus bairros. O site *Viver Lisboa* (ex *Viver na Alta de Lisboa*) aparecia como um caso inovador, pois exemplificava uma intersecção curiosa entre algumas das dimensões que fazem os bairros. A sua análise permitia identificar uma multiplicidade de formas de interacção social, de acção política e reivindicativa, jogos de escalas entre a micro localidade, a cidade e a metrópole, a criação e circulação de imagens e representações, enfim, toda uma dinâmica muito viva que fazia do ‘bairro’ em causa uma entidade em permanente transformação onde a própria fronteira entre o *online* e o *offline* se esbatia.

A Alta de Lisboa: o caso em contexto

Comecemos pelo contexto. Na última década do século XX, no limite noroeste de Lisboa, iniciou-se a requalificação de um território ocupado, desde os anos 1960, por um conjunto de “bairros da lata” que foram demolidos (Musgueira, Quinta Grande, Calvanas e Cruz Vermelha, entre outros), sendo as suas populações realojadas no mesmo local. A Alta de Lisboa, nome comercial para esta área renovada, resultou de uma Parceria Público Privado que ‘misturou’ habitação social com habitação de mercado livre para classes médias.

Contudo, a previsão de acessibilidades, indústria, serviços, equipamentos lúdicos, culturais e desportivos que dariam a este território alguma centralidade, não se concretizou devido a inúmeros atrasos, alguns de quase uma década. Contrariando a “unidade

¹ Agradecemos a discussão e comentários dos participantes do evento ‘A cidade entre bairros’, 29 Abril 2010, FA-UTL, nomeadamente da parte de Carlos Ferreira, Manuela Mendes, Jorge Nicolau e João Cabral.

urbanística” veiculada pelo Plano de Urbanização da Alta de Lisboa (PUAL), surgiu uma zona composta por um ‘complexo de bairros’ heterogéneos, dispersos por um espaço descontínuo, tanto espacial como materialmente, numa zona marcada por linhas de fronteira que a separam do resto da cidade (Fig. 1) e por fronteiras internas que separam dois tipos de habitat (Fig. 2) e de vários tipos de populações.

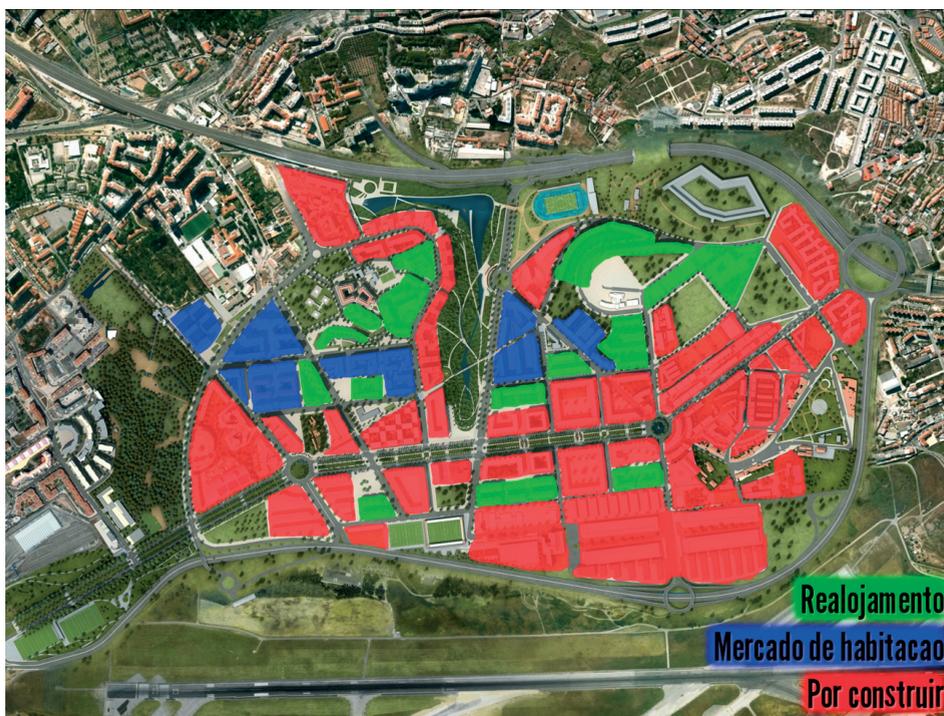


Fig. 1 – Área de intervenção do PUAL.

Efectivamente, a Alta de Lisboa pode ser olhada como uma ‘ilha’, relativamente isolada da cidade onde (não) se integra. Os seus cerca de 300ha constituem actualmente um território fragmentado, feito de rupturas históricas, socioculturais e espaciais: a demolição traumática dos bairros pré-existentes, das ruas e casas térreas em grande parte construídas pela população, carregadas de memórias; a transferência abrupta para prédios altos, muitos deles isolados em terrenos baldios; a destruição das redes de vizinhanças construídas ao longo de décadas; o contraste entre uma população realojada e estigmatizada, visível no espaço público e nas escolas, e uma população de classe média, quase invisível, que ali apenas parece pernoitar; a falta de acessibilidades capazes de seduzir o investimento privado; o contraste entre a qualidade arquitectónica dos edifícios de ‘venda livre’ e os ‘sociais’; a escassez de pequeno comércio e outros serviços, sobretudo nas áreas mais empobrecidas – são apenas algumas das características da Alta de Lisboa que afastam irremediavelmente o plano previsto da realidade presente.



Fig. 2 – Rua Tito Morais entre o Condomínio privado Jardins de São Bartolomeu (à esquerda) e o PER 6, Casal Vista Alegre (à direita).

A resposta local a este estado de coisas tem sido, nos últimos anos, a constituição (e reconstituição) de uma rede associativa dinâmica, composta por algumas associações antigas, sobreviventes dos bairros demolidos (como o caso do Centro Social da Musgueira) e por novos colectivos nascidos na Alta de Lisboa – como é o caso do *Viver Lisboa*. Estes grupos, formais ou informais, desenvolvem inúmeras actividades que lutam para contrariar a estigmatização desta área e reúnem parte da população em torno de uma ideia positiva de bairro, de uma comunidade espacialmente inscrita, reivindicando junto dos poderes públicos uma cidade mais completa.

Na realidade, bairro e cidade são noções relativamente flexíveis, uma vez que ambas as designações são usadas para classificar a Alta de Lisboa. À urbanização percebida como “a Alta” correspondem não um mas vários bairros, compostos de populações, prédios, vivências, memórias, representações e imaginários contrastantes. Esta diversidade torna particularmente complexo e desafiante o exercício de pensar e agir sobre este bairro-cidade relativamente periférico na cidade mais ampla que o integra.

O *Viver Lisboa* é precisamente o que nos ajuda a perceber como as múltiplas dimensões dos lugares urbanos interagem entre si compondo esta matéria plástica de que são feitos os bairros e as cidades.

Do *Viver na Alta de Lisboa* (2005-10) ao *Viver Lisboa* (2010-) www.viverlisboa.org

O *Viver na Alta de Lisboa*, hoje *Viver Lisboa*, começou como um blogue individual de TF que se transformou num movimento cívico de base local, sustentado por um pequeno colectivo de escribas (Fig. 3).



Fig. 3 – Blog *Viver Lisboa*, já com o novo *layout* depois do inicial *Viver na Alta de Lisboa*.

A compra de um apartamento num bairro ainda em construção foi o que conduziu TF à sua criação em Junho de 2005. As motivações iniciais conjugavam preocupações relacionadas com o acompanhamento do processo de urbanização desta parte da cidade e a criação de pressão pública para que os planos fossem cumpridos. O crescimento de uma comunidade de moradores de 'classe média', mais interventiva e pró-activa, a vontade de promover o contacto entre meios sociais diferentes desenvolvendo relações de partilha de uma localidade comum, o desejo de conhecer mais a fundo um bairro cheio de contradições, mostrando-o, estreitando laços, esbatendo medos e reduzindo preconceitos, aliado ao gosto pela reflexão e debate sobre uma cidade mais humana e participada, foram alguns dos objectivos que estiveram na base da criação desta iniciativa na internet.

Começou por ser um blogue individual mas foi integrando outros moradores no seu corpo redactorial. Aos poucos, também, moradores de fora do bairro passaram a colaborar no blogue, agora mais lato nos temas abordados, embora interessando-se e empenhando-se nas causas da Alta de Lisboa, que sempre foram o foco principal da produção de textos e reportagens. A comunicação entre os colaboradores do *Viver Lisboa* continua a fazer-se essencialmente por e-mail, com a gestão principal feita pelo seu fundador e

porta-voz do grupo. As participações têm sido heterogéneas e inconstantes. Ao longo dos anos têm havido discussões sobre projectos, motivações, planos e estratégias de acção. Estes debates internos provocaram por vezes cisões, saídas e novas entradas.

Contudo, e apesar dos acidentes de percurso, tem conseguido, ao longo destes anos, manter um ritmo de *posts* quase diários onde podemos encontrar um registo minucioso de notícias, reportagens sobre locais, pessoas e actividades, experiências, anúncios, acções empreendidas, correspondência com os poderes públicos, identificação de problemas e imagens, em fotografia e vídeo.

Algumas destas acções tiveram impactos directos sobre o espaço público e, até, ao nível do seu edificado. A média de visitas diárias ronda as 500, com picos que atingem as 2000.

Tem sido, pois, uma plataforma *online* de acção local, alimentada com textos e fotografias produzidas pelos seus colaboradores, e um sentido reivindicativo muito claro. É de ressaltar que surge num bairro clivado, heterogéneo que, de um modo simplificado, é representado como um bairro “partido entre dois estratos sociais” – e é um pequeno grupo do estrato mais abastado, o dos *newcomers*, dos compradores de casa, info-incluídos, com curiosidade em saber que apartamento estão a comprar, que bairro estão a escolher para morar, quem, maioritariamente, lê e participa neste blogue, apesar de também surgirem, menos frequentemente, comentários aos *posts* e participação mais esporádica de alguns moradores antigos.

Muita da acção reivindicativa do *Viver*, como pressão junto do poder autárquico, é feita através do site, com abaixo-assinados, publicação de e-mails para administração municipal, telefonemas para os serviços para acelerar respostas. As causas dos protestos têm incidido sobretudo nos atrasos estruturais da execução do PUAL, nomeadamente nas acessibilidades macro (Eixo Norte-Sul, Eixo Central, Av. Santos e Castro e Porta Sul), ou em problemas pontuais do bairro, como as ruas esburacadas, os equipamentos vandalizados ou a desadequação de alguns projectos de arquitectura destinados à vivência do espaço público (Fig. 4).



Fig. 4 – Site *Viver Lisboa*.

As tentativas de cativar os leitores e moradores do bairro para a adesão a estas causas e formas de protesto via abaixo-assinado ou envio de emails nem sempre tem dado os resultados desejados. Apesar das muitas visitas que o site tem, e até de alguma indignação visível nos comentários deixados, os meios de protesto e pressão que estão disponíveis (email, carta, denúncia à comunicação social) não são tão usados como poderiam ser.

Para além destas actividades a nível individual, o *Viver* integra o Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL) que é um grupo que se constituiu plenamente em 2007, fruto da necessidade de alargar algumas parcerias já existentes entre associações de base locais, promovendo uma maior articulação interinstitucional em torno de estratégias comuns para obter recursos. O GCAL é composto por organizações de vários tipos: organizações subsidiadas pelo Estado, ONG's, empresas, entidades estatais e municipais, que desenvolvem actividades nas áreas da saúde, educação, trabalhos, segurança, ambiente, juventude, desporto, etc. A excessiva dependência de subsídios camarários de algumas destas organizações, ou mesmo a ligação directa a serviços do estado ou municipais, reduz substancialmente a sua autonomia e capacidade reivindicativa.

Na realidade, as actividades *online* prolongam-se *offline* e não é possível separar ambas. Eis alguns exemplos: a organização de passeios de bicicleta pela Alta de Lisboa com o objectivo de chamar a atenção para obras em curso e explicando aos participantes que jogos de força entre CML e SGAL (parceiros público e privado do projecto) estavam em causa para os atrasos observados; o *CineCidade*, ciclo de debates com arquitectos responsáveis de obras na Alta de Lisboa que discutiram os seus projectos; o restauro de um parque infantil vandalizado, que viu os serviços da Câmara chegarem rapidamente, antecipando-se ao encontro de moradores convocado no blog; o projecto *Shortdocs*, em parceria com a Mediateca do Centro Social da Musgueira, trabalhando com a população adolescente do bairro, em formação técnica para a realização de pequenos documentários sobre o bairro; a proposta d' *O Meu Bairro é a Minha Cara*, composto por uma série de acções de restauro e limpeza de espaços públicos vandalizados, com coordenação do Centro Social da Musgueira, que agregou dezenas de instituições locais, envolvendo toda a população na remoção de graffiti, pintura de paredes de prédios, pintura de murais, arranjo de espaços verdes e construção de pequenas hortas; a criação improvisada numa madrugada, de uma rotunda com blocos de plástico, num cruzamento perigoso onde confluíam 18 faixas de rodagem, após a mobilização *online*, que fez com que a CML avançasse com a construção de uma rotunda definitiva em 3 meses – devido ao impacto do acontecimento na comunicação social... (Fig. 5).

Vale a pena, no entanto, destacar duas acções cujo impacto ultrapassou a escala local da Alta de Lisboa. Primeiro, o *CineConchas*, um evento de cinema ao ar livre, que tem decorrido, desde 2008, no mês de Julho, na Quinta das Conchas, com entrada livre. É realizado em co-produção com o Centro Social da Musgueira e está integrado nas Festas de Lisboa, da organização da EGEAC – EM. Teve já três edições² com um total de 30 exhibições de filmes desde o clássico James Bond até um filme mudo dos anos

² E vai a caminho da 4ª edição já programada para Julho 2011.



Fig. 5 – Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Rotunda pirata, iniciativa “O Meu Bairro é a Minha Cara”, parque infantil vandalizado, passeio de bicicleta.

30, *Lisboa, crónica anedótica*, com acompanhamento de piano improvisado ao vivo. Os objectivos do evento são sobretudo os de dinamizar o convívio num mesmo espaço, em torno de um mesmo evento, por parte das várias populações que vivem diariamente de costas voltadas. Tem sido pautado por enorme sucesso, sendo até considerado o principal evento de cinema ao ar livre de Lisboa (Fig. 6).

Segunda acção, o filme documentário *Vizinhos*, realizado por TF (Fig. 7). Num bairro com uma história enterrada nos destroços da demolição dos bairros da Musgueira, Calvanas, Quinta Grande e Cruz Vermelha, urgia dar a conhecer como nasceram e cresceram estes aglomerados habitacionais e o que aconteceu aos que os fizeram com as próprias mãos, aos que ali nasceram e cresceram em lugares que mais tarde seriam demolidos e ocupados pela nova cidade. O *Vizinhos* procurou conhecer estas histórias, detendo-se principalmente no bairro da Musgueira Norte, testemunhando, desde a sua origem, os desafios e dificuldades que chegaram com o realojamento, e auscultando também as expectativas dos novos moradores que aqui vieram comprar casa. O documentário foi muito bem recebido pela população local, seleccionado para os festivais Doclisboa 2009 e Panorama 2010, visionado em escolas, universidades, associações culturais, num total de 13 exhibições, com debates quase sempre polémicos.

Outro aspecto importante, nesta visão detalhada sobre as actividades do *Viver* é a relação com os *media*. Por dezenas de vezes artigos publicados no *Viver* deram origem a notícias na imprensa escrita, televisiva e radiofónica. Porém, a estagnação do projecto da Alta de Lisboa fez com que a “notícia” fosse deixando de ser notícia. Ao longo dos cinco anos de existência, foi-se verificando algum desconhecimento por parte da comunicação

cine CONCHAS

JULHO 2009 QUINTA DAS CONCHAS ALTA DE LISBOA ENTRADA LIVRE 21H45

ALTA DE LISBOA
09

007-Quantum of Solace Qui 2
A Turma Sex 3
Lisboa, Crónica Anedótica Sab 4
Tempestade Tropical Qui 9
Ratatouille Sex 10
Juno Sab 11
Mamma Mia Qui 16
Infiltrado Sex 17
Expiação Sab 18
Destruir Depois de Ler Qui 23
Wall-E Sex 24
Vizinhos Sab 25



INTERVENÇÕES DE COMERCIALIZAÇÃO: www.cineconchas.org

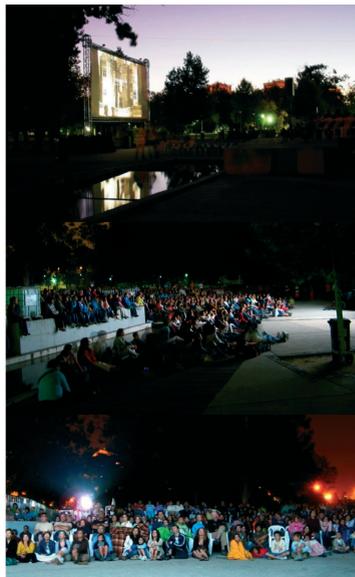


Fig. 6 – 2ª edição do *CineConchas*, em 2009.



Fig. 7 – Cartaz do filme *Vizinhos* na exibição no *Doclisboa 2009*.

social em relação aos princípios subjacentes à Alta de Lisboa (urbanísticos, sociais, parceria público/privada), e pouca receptividade em abordar os acontecimentos de uma forma mais profunda do que a do *fait-divers* do protesto pelas acessibilidades ou a falta de equipamentos. O estigma do “bairro social” tem sido omnipresente na imprensa, simplificando muitas vezes as análises feitas às causas dos atrasos que, sistematicamente, ignoram o insucesso da parceria CML-SGAL.

Resumidamente, podemos dizer que o *Viver* desencadeia um tipo de dinâmica social que, para além do impacto mediático para fora do bairro, tem um impacto directo na vida local da Alta de Lisboa. Faz parte do tecido associativo local; contribui para a criação e formalização de novas associações, como sucedeu com a Associação de Residentes da Alta de Lisboa criada por iniciativa de um grupo de ex-membros do *Viver*; organiza acções, pontuais ou de continuidade que afectam o quotidiano do bairro (‘rotunda improvisada’), a sua imagem (*O Meu Bairro é a Minha Cara*, *CineConchas*) a activação de memórias locais que reforçam a sua historicidade e enraizamento local (documentário “*Vizinhos*”); mantém um registo quase diário de *posts*, na sua qualidade de jornal *online*, dinamizador de discussões e comentários entre locais e não-locais; contribui, por isso, de forma inequívoca, para a definição de um ‘bairro’ em torno de uma identidade própria alimentada pela partilha de memórias e acontecimentos localmente relevantes, sobretudo ao nível do resgate da imagem positiva de um dos bairros mais estigmatizados na história e no imaginário lisboeta: a Musgueira.

Por outras palavras, pode-se afirmar que o *Viver* promove formas de interacção transversais aos vários ‘bairros’ (os pré-existentes, os novos de realojamento, os novos de venda livre) desencadeando processos de negociação, individuais e institucionais, que vão construindo as imagens e significados que fazem parte da Alta de Lisboa.

Ciber-vizinhança e ciber-espaço(s) público(s): reflexões inconclusivas

Esta análise do *Viver* leva-nos a algumas reflexões sobre a relação entre o espaço cívico e o ciberespaço (Light, 1999) e a desconstrução necessária de dicotomias *offline/online*, real e virtual, individual e colectivo (Wilson&Peterson, 2002: 456) dicotomias estas que dificultam uma visão mais interactiva e processual das realidades urbanas.

Uma das oposições mais conhecidas usadas na análise das realidades urbanas tem-se focado na relação entre o próximo e o distante, tanto ao nível desse facto paradoxal que constitui o nó da urbanidade – a simultaneidade da proximidade física e da distância social (Wirth, 1938), ou, mais especificamente, da acessibilidade e da diversidade social e cultural (Hannerz, 1980) – como ao nível da ideia de que a comunicação através da internet reduz a distância geográfica, provocando interacções entre grupos dispersos territorialmente. Um dos papéis mais importantes da comunicação através do computador (CMC-*Computer Mediated Communication*) é, precisamente, esta capacidade de aproximação social na distância física o que, ao mesmo tempo, alerta para o risco de levar ao desaparecimento das relações cara a cara (*face-to-face*). Curiosamente, o que

nós vemos com o site/blogue *Viver* é que ele é um facilitador da comunicação entre pessoas que, apesar de estarem geograficamente próximas, se relacionam pouco ou não se conhecem. Através desta forma de comunicação, do encontro na internet, estes potenciais ‘vizinhos’ já próximos fisicamente aproximam-se socialmente e tomam consciência da sua condição de vicinalidade.

Assim, a comunicação cibernética, através de um “blogue de bairro”, suscita interações entre habitantes que se desconhecem, não tanto pela distância social que os separa (à la Wirth) mas sim pela falta de contacto directo em lugares públicos ou semipúblicos, tais como ruas, lojas, jardins, cafés, restaurantes, mercados. O que nos obriga a relativizar outro tipo de oposição comum na análise urbana – a oposição entre o público e o privado, ou metaforicamente, entre a casa e a rua. Ao provocar múltiplas interações *online* e *offline*, este blogue/site ajuda a criar relações de afinidade, de confronto, tensões e aproximações, quezílias, discórdias e consensos numa espécie de espaço híbrido a meio caminho entre o público e o privado. A consciência de habitar um mesmo lugar surge, assim, a partir do espaço cibernético ao qual se acede a partir de casa induzindo, a posteriori, o encontro físico em espaços públicos do bairro.

Quase se pode afirmar que num bairro onde faltam os espaços de encontro, seja por uma falta física destes espaços ou por uma falta da prática do encontro fora de casa, o *Viver* preenche esta lacuna proporcionando um espaço de encontro (e confronto, claro) não apenas na internet, mas com a internet: uma espécie de ‘ciberespaço público’ facilitador de sociabilidades vicinais que contribuem para a apropriação positiva de um território comum, o bairro (Wellman&Hampton, 1999). Um dos aspectos que valeria a pena analisar mais em detalhe é a própria amplitude, elasticidade e significado desta vizinhança que ultrapassa as fronteiras físicas do bairro que reivindica e dialoga com os poderes públicos e privados e, muito em particular, com a autarquia uma vez que alguns dos seus mais dedicados e assíduos bloguistas não habitam sequer o bairro – levando a uma concepção de vizinhança assente mais na proximidade social do que propriamente física³.

Mas o *Viver* também se assume como porta-voz do bairro através de actividades reivindicativas que, em nome do bairro, dialogam com os poderes públicos e privados e, muito em particular, com a autarquia. Neste sentido, o *Viver* Acumula, de certa forma, a sociabilidade própria dos espaços públicos com a acção política, interventiva, na esfera pública⁴, potenciando a dimensão comunicacional e relacional do bairro, nas suas várias escalas e implicações e constituindo-se como um território de sociabilidade e acção política, tecido sobre inúmeras redes pessoais e institucionais que têm o efeito de reunir sob a bandeira do ‘bairro’ uma miríade de fragmentos vivenciais.

Finalmente, estas reflexões em torno do *Viver* lembram-nos que um bairro não é uma coisa palpável nem tangível, mas sim algo aproximativo que se vai fazendo e desfazendo de forma conjuntural e dinâmica. Um bairro é, fundamentalmente, uma representação em torno de um nome. A própria palavra é usada de forma livre, dependendo

³ O próprio TF, administrador do site, deixou de habitar o bairro em meados de 2010.

⁴ Na linha da diferença entre “espaço público” e “espaços públicos” estabelecida por Thierry Paquot (2009), *Introduction*.

dos contextos de enunciação: tanto nos evoca significados mais ou menos românticos de uma utópica cidade-aldeia mais humana, mais próxima, mais harmoniosa (exemplificada pela expressão 'vamos fazer bairro') como, pelo contrário, nos devolve uma visão diabolizante, estigmatizante, até racista quando relacionado aos 'bairros', normalmente sinónimo de 'bairros sociais'.

É por isto que falar do *Viver Lisboa*, classificando-o como bairro *online* e, simultaneamente, *offline*, é uma forma de lembrar que o 'bairro' é um objecto de definição incerta (Grafmeyer, 2006; Kokoreff, 2006), uma espécie de espaço (Perec, 1974) ubíquo, sem escala nem lugar próprio (Humain-Lamoure, 2006: 41), com um estatuto ambíguo, que sempre tem de ser confrontado com espaços mais amplos (metrópole, cidade), mais reduzidos (ruas, largos, etc...), ou semelhantes (outros bairros). Mais do que uma unidade de observação, é uma escala de acção e de representação – para além da conhecida escala de concepção urbanística. A sua identificação depende dos seus usos concretos, finalidades e objectivos, de investigação ou de acção. Foi este objecto multiforme – o bairro *online*, mas também *offline* – que decidimos discutir assumindo a própria ambiguidade do estatuto desta reflexão multiforme que nasceu da conjugação de duas perspectivas cruzadas: a de um activista cibernauta implicado no caso e a de uma sócio-antropóloga urbana.

Bibliografia

- Cordeiro, Graça, Ferro, Lígia, Sieber, Tim (2009), "The bright side of darker streets: discussing an unconventional exploratory field research with Boston community murals", International Workshop *Paths towards reflexive sociology: ethnography matters*, Porto, Dezembro, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Grafmeyer, Yves (2006), "Le quartier des sociologues", in Jean-Yves Authier, Marie-Hélène Bacqué, France Guérin-Pace (dir.), *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*, Paris, Editions La Découverte.
- Hannerz, Ulf (1980), *Exploring the city*, New York, Columbia University Press.
- Humain-Lamoure, Anne-Lise (2006), "Le quartier comme objet en géographie", in Jean-Yves Authier, Marie-Hélène Bacqué, France Guérin-Pace (dir.), *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales*, Paris, Editions La Découverte, pp. 41-51.
- Kokoreff, Michel (2006), "Pauvres quartiers! Complexité de l'objet et ambivalences des phénomènes" in Jean-Yves Authier, Marie-Hélène Bacqué, France Guérin-Pace (dir.), *Le quartier. Enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociales* Paris, Editions La Découverte, pp. 242-252.
- Light, Jennifer S. (1999), "From City Space to Cyberspace", in Mike Crang, Phil Crang e Jon May (ed), *Virtual Geographies. Bodies, Space and Relations*, London&New York, Routledge, pp. 109-130.
- Paquot, Thierry (2009), *L'espace public*, Paris, La Découverte.
- Perec, Georges (1974), *Espèces d'espaces*, Paris, Galilée.
- Wellman, Barry, Hampton, Keith (1999), "Living Networked On and Offline", *Contemporary Sociology*, 28 (6), pp. 648-654.
- Wilson, Samuel M., Peterson, Leighton C. (2002), "The Anthropology of Online Communities", *Annual Review of Anthropology*, 31, pp. 449-467.
- Wirth, Louis, (1979) [1938], "O urbanismo como modo de vida", in Velho, Octávio (org.), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar Editor, pp. 90-113.

“Ainda há bairros na cidade?”¹

TERESA SÁ*

Resumo

Neste artigo apresentamos várias perspectivas de abordagem das ciências sociais (sobretudo antropologia e sociologia), que procuram compreender a problemática dos bairros no interior das cidades. Questionamo-nos também sobre se hoje, na cidade, continua a ter sentido falar em “bairros”, apresentando e discutindo duas posições contrastantes: a de Jacques Donzelot e a de François Ascher e Francis Godard. Por fim, defendemos uma concepção da cidade como um “laboratório de si própria” (Bauman), na qual a ideia de bairro, num momento de crise social, económica e política da Europa, tem actualmente ainda mais sentido, e pode/deve ser construída através da criação de novos processos de interacção entre os indivíduos.

Palavras-chave: bairro, cidade, sociedade.

Abstract

In this paper we present various approaches to the social sciences (especially to anthropology and sociology) which seek to make sense of the problems of inner-city neighborhoods. We ask ourselves whether today it still makes sense to speak of “neighbourhoods within the city, and we discuss two contrasting positions: that of Jacques Donzelot and that of François Ascher and Francis Godard. Finally, we defend a concept of the city as a “its own laboratory” (Bauman), in which – at a time of social, economic and political crisis in Europe – the idea of neighbourhood makes even more sense, and can / should be constructed through the creation of new processes of interaction between individuals.

Keywords: neighborhood, city, society.

¹ vd François Ascher “La fin des quartiers?”

* Professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), Investigadora do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD). Contacto de e-mail: teresavsa@gmail.com

“Tudo acaba por recair sobre a
população local, sobre a cidade,
sobre o bairro”
(Bauman, 2006)

O Bairro entre o rural e o urbano

Partimos do tema proposto para este seminário “A cidade entre bairros” para levantar algumas questões que se cruzam com os vários olhares que a sociologia foi tendo ao longo dos tempos em relação a estes dois elementos: cidade/ bairro.

À partida, parece termos como pano de fundo a dicotomia rural/urbano, onde o bairro corresponde a um pequeno espaço geográfico delimitado no território, e a um espaço social marcado por um modo de vida rural, comunitário; e a cidade seria a destruição de tudo isto, caracterizada por uma distanciação e des-ligamento entre os indivíduos fisicamente mais próximos, uma maior liberdade de escolha individual, permitindo o anonimato.

Esta visão do bairro como espaço comunitário associada a uma nostalgia do passado, ou melhor, representando um modo de vida rural num espaço urbano, é criticada por Lefebvre em 1967, e mais tarde por vários sociólogos entre eles Remy e Voyé, que contrariamente a alguns autores da Escola de Chicago, chamam a atenção para a diversidade de modos de vida que podemos encontrar nos bairros da cidade: “Insistiremos, além do mais, no facto de não existir relação automática e unívoca entre uma dada forma espacial e um efeito social particular, mas que há entre eles toda uma gama possível de compatibilidades e de imposições.” (Remy e Voyé, 1994,18).

A cidade contém uma diversidade de bairros que resultam não só de uma determinada localização no território e de um certo tipo de edificado, como também de diferentes apropriações do espaço associadas à heterogeneidade dos seus habitantes (profissões, antiguidade no bairro, idades, mobilidade, interesses, modos de vida, etc.).

Existe actualmente um grande número de investigações no âmbito das ciências sociais (geografia, sociologia, história, antropologia), que a partir de análises empíricas procuram compreender a problemática dos bairros no seio das cidades e da sociedade. Dando apenas alguns exemplos, Jean-Yves Authier numa investigação sobre as relações residenciais de habitantes dos centros antigos, conclui que o bairro não está no centro das vidas dos habitantes, mas também não perdeu todo o seu sentido. Corresponde a um lugar relativamente importante para o quotidiano dos que aí moram, o que se verifica quer para os moradores com grande mobilidade como para os outros. Ou seja, não é pelo facto de se ser sedentário que se atribui maior importância ao “seu” bairro (*Espaces et Sociétés*, nº 108/109, p. 106/107).

K. Lynch refere investigações (realizadas nos anos 80) acerca da maneira como as pessoas idealizam uma cidade mostrando que a chamada «comunidade local» é um elemento importante da sua estrutura mental. O «bairro» pode não ser essencial para as suas relações sociais mas é juntamente com as principais estradas uma peça fundamental

da sua estrutura mental – o bairro torna-se um conceito de controlo e de sensibilidade. Já não é um espaço em que as pessoas se conhecem umas às outras, mas um espaço definido por todas as pessoas, onde estas consideram ser relativamente fácil unirem-se quando as situações se tornam perigosas (2007,235).

Firmino da Costa desenvolveu um estudo sociológico-antropológico, durante quase duas décadas sobre o Bairro de Alfama. No início tratava-se de uma investigação que tinha como objecto o fado amador num bairro antigo de Lisboa, mas cedo se transforma num manancial de questões que têm como ponto central a identidade cultural de Alfama. O autor conclui a longa e aprofundada investigação defendendo que existe em Alfama um tipo específico de configuração social, que ele chamará «sociedade de bairro», que corresponde a “um quadro social local de tipo específico, no qual se sobrepõem, num entrelaçado espesso, múltiplas dimensões de relacionamento humano” (1999, 493), ou seja, trata-se de uma população com laços fortíssimos de vizinhança, onde a pertença ao bairro tem um significado simbólico, social e cultural.

É no entanto na antropologia urbana, disciplina que surge nos anos 70 nos Estados Unidos (Cordeiro, 2003, p. 3), cuja fronteira com a sociologia urbana é mais institucional do que real, que o bairro/a rua se tornam objectos privilegiados de análise². Como refere Marc Augé, a antropologia é uma disciplina do “aqui e do agora” (2005, p. 11). Do “agora”, porque a etnologia pressupõe um testemunho directo sobre o que está a acontecer, um contacto real com os interlocutores, contacto esse que implica uma certa cumplicidade entre uns e outros. Ora, isso só é possível num espaço cuja dimensão permita estabelecer essa interacção. E um dos aspectos centrais da análise antropológica é a relação entre os vários níveis de observação que podem ser pensados na relação bairro/cidade/sociedade. Cordeiro referindo-se ao pensamento de John Gulick afirma que a vida social nas cidades só pode ser compreendida através do estudo integrado da microescala da vida quotidiana e da macroescala das realidades da vida urbana moderna, “sem querer negar o que há de desumanizado nas cidades importa descobrir o que há igualmente de humano, diferenciando as escalas de interacção social em que os cidadãos comunicam (desde a relação entre próximos e amigos, passando por aquela que se dá entre os que se conhecem menos bem até ao contacto entre desconhecidos), daquelas que são selectivamente percebidas pelos que estudam e escrevem sobre a vida urbana” (Cordeiro, 2003, p. 16).

Nas investigações acima referenciadas, o bairro surge como um elemento importante na construção dos laços sociais entre os indivíduos, na relação entre eles e a cidade, entre eles e a sociedade. Encontramos noutros domínios, não científicos, como por exemplo na literatura, a mesma ideia de bairro, muitas vezes com uma dimensão afectiva, como um espaço que nos humaniza. O bairro está ligado a um espaço do quotidiano que atravessa a vida de cada um pela sua presença ou pela sua ausência. Dois exemplos:

² Uma razão que explica a importância dada a estes dois elementos no âmbito da antropologia urbana tem a ver com a sua dimensão, que se ajusta à abordagem teórico-metodológica desta disciplina.

Na ficção, Paul Auster escreve no livro *As Loucuras de Brooklyn*

“Foi no princípio da Primavera que me mudei e, nas primeiras semanas, passei o tempo todo a explorar as redondezas; dava longos passeios pelo parque e plantava flores no meu jardim das traseiras – isto é, uma minúscula porção de terra cheia de lixo que fora negligenciada durante anos. Ia cortar o cabelo, recentemente ressuscitado à barbearia Park Slope, na 7th Avenida, alugava vídeos num sítio chamado Movie Heaven, e parava frequentemente na Brightman`s Attic, uma livraria que vendia livros usados, mal organizada e atulhada de tudo e mais alguma coisa, e que pertencia a Harry Brightman, um homossexual espantoso na aparência e bombástico no discurso.”¹⁰

Na poesia, Sofia de Mello Breyner Andersen, *A pequena Praça*
A minha vida tinha tomado a forma da pequena praça
Naquele Outono em que a tua morte se organizava meticulosamente
Eu agarrava-me à praça porque tu amavas
A humanidade humilde e nostálgica das pequenas lojas
Onde os caixeiros dobram e desdobram fitas e fazendas
Eu procurava tornar-me tu porque tu ias morrer
E a vida toda deixava ali de ser a minha
Eu procurava sorrir como tu sorrias
Ao vendedor de jornais ao vendedor de tabaco
E à mulher sem pernas que vendia violetas
Eu pedia à mulher sem pernas que rezasse por ti
Eu acendia velas em todos os altares
Das igrejas que ficam no canto dessa praça
Pois mal abri os olhos e vi foi para ler
A vocação do eterno escrita no teu rosto
Eu convocava as ruas os lugares as gentes
Que foram as testemunhas do teu rosto
Para que eles te chamassem para que eles desfizessem
O tecido que a morte entrelaçava em ti

O bairro, é um espaço físico que atravessa o quotidiano dos indivíduos, é um espaço de vida, um espaço de morte.

Limites e fronteiras

Quando pensamos nos bairros de uma cidade deparamo-nos com a dificuldade de encontrar os seus limites, as suas fronteiras. Como referem Cordeiro e Costa em relação à ideia de bairro, este “à primeira vista, surge como um lugar indefinido, fluído, dificilmente abarcável nas suas fronteiras.” (1999, p. 60). Se eu disser que “sou de Benfica” refiro-me a uma zona muito vasta, que contém bairros muito diferentes. Se, pelo contrário disser que “sou de Telheiras”, torna-se mais fácil a identificação no espaço, e portanto, encontrar os seus limites em relação a outros bairros/zonas. Trata-se assim, de procurar distinguir o interior do exterior, criando espaços com características comuns que são delimitados por fronteiras.

Esta divisão do espaço não é determinada por fenómenos naturais (embora eles possam influir), mas sim, por algo subjectivo, por algo construído pelo homem, pela interacção entre os indivíduos (Simmel, Bauman). A ideia de fronteira natural (montanhas, rios, etc.) não cria nos indivíduos uma noção tão forte de estar “dentro”, como a fronteira política que corresponde ao traçar de uma linha entre «vizinhos». Para Simmel, “a fronteira não é um facto espacial com consequências sociológicas, mas um facto sociológico que adquire uma forma espacial.” (1999[1908], 607).

A divisão do espaço, que implica o estabelecimento de fronteiras, é muito mais fácil fazer-se em relação ao espaço físico do que em relação ao espaço social. Um rio separa de facto dois espaços, distingue-os, limita-os sob o ponto de vista físico. Mas essa barreira bem visível e por vezes difícil de transpor, pode ser ultrapassada pelos indivíduos no seu processo de interacção através da construção de elementos de ligação como por exemplo uma ponte, um barco, ou utilizando meios de comunicação que permitam interagir com o outro sem estar na presença do outro: mensageiros, cartas, telefone, Internet. Como refere Lynch “O espaço sugere a acção ao mesmo tempo que a limita” (2007), ou seja, o limite físico se por um lado constrange, por outro, também permite movimento.

Um bairro só existe porque se constrói uma fronteira entre ele e os outros. Essa fronteira, esse limite, é uma linha muito difícil de definir visto ter mais a ver com um fenómeno social do que com um fenómeno natural. Bauman afirma que é nas cidades que se verifica esta actividade de traçar e alterar fronteiras entre as pessoas. Refere-se a um paradoxo interessante sobre a relação inversa entre a importância de traçar fronteiras e o tamanho do espaço. Assim, quanto mais reduzidos são o espaço e a distância, mais importância as pessoas lhes atribuem; quanto mais se desvaloriza o espaço, menos protectora é a distância e mais obsessivamente se traçam fronteiras (2006, 71).

Podemos encontrar na cidade vários tipos de fronteiras que nos permitem dividir os espaços: tipo de edifícios construídos, morfologia do solo, antiguidade dos moradores, homogeneidade/heterogeneidade das classes sociais, divisão administrativa do território, etc., mas em nenhuma situação estamos face a um bairro. Este, pressupõe um espaço físico que os moradores percebem como sendo “o seu espaço”. O bairro corresponde a uma relação interiorizada por cada indivíduo que o leva a identificar-se com ele, “o verdadeiro parisiense pertence a um bairro” (Augé, 2000, p. 119).

Ainda há bairros na cidade?

A importância dos bairros na cidade industrial era algo que não suscitava discussão no âmbito dos cientistas sociais, mas a partir dos anos 90, começam a surgir posições divergentes na sociologia sobre a existência ou não de bairros na cidade. Deparamo-nos com duas posições antagónicas na sociologia urbana francesa: uma, que sobrevaloriza a “vida de bairro”; e a outra que considera que esta tem tendência para desaparecer” (Authier, 2002).

Essa discussão está presente na réplica de François Ascher e Francis Godard a um artigo de Jacques Donzelot publicado na revista *Esprit* (1999). Segundo Ascher e Godard, Donzelot tem uma visão mítica da «cidade industrial», onde o bairro tinha um lugar central,

local de encontros e conflitos, de aprendizagem e de solidariedade. Trata-se de uma visão nostálgica da cidade industrial que tem subjacente uma postura crítica em relação à cidade actual³, aos novos elementos que caracterizam hoje o espaço urbano em oposição aos antigos: transporte individual/ transportes colectivos, “não-lugares”/ lugares de convívio, «espaços de fluxos»/interacções de proximidade, etc.

A mobilidade (vias de comunicação e transportes públicos) associada às TIC (televisão, computador, telemóvel, etc.), permitiram uma transformação no modo de vida de todos os indivíduos, mas sobretudo do habitante da cidade, que faz com que, segundo o pensamento dos dois autores referidos, “o bairro se torne cada vez menos o território comum de práticas sociais; laços sociais outrora fortes porque polivalentes perdem a sua espessura: é assim cada vez mais raro que os vizinhos sejam também os amigos de infância, colegas, companheiros dos copos, parentes, relações, fornecedores, etc.” (Asher e Godard, p. 183)⁴.

Este aspecto é também analisado por Jean Rémy, que procura encontrar na cidade novos espaços de interacção. Trata-se dos espaços “intersticiais” (espaços onde mudamos de meios de transporte, certas zonas entre dois bairros, etc.), que têm cada vez mais importância no quotidiano urbano, e aos quais é dada habitualmente pouca importância, “Os meios urbanos supõem articulações muito complexas. A vizinhança não é necessariamente o meio de base onde o sucesso da troca é uma condição prévia em relação a uma vida de bairro maior. Descobrir as escalas pertinentes a partir dos grupos e das situações é uma situação decisiva para a investigação.” (1998, 508). Para Ascher e Godard, a “defesa do bairro” proclamada por Donzelot, corresponde a uma visão mítica da cidade industrial, e à incapacidade do(s) sociólogo(s) se colocarem no espaço e no tempo actuais.

Lefebvre, em 1976, referia a necessidade de mais estudos empíricos, que permitissem construir uma análise tipológica dos bairros, de modo a encontrar as tendências futuras da sua evolução. Ao longo destes anos realizaram-se de facto muitas investigações no âmbito das ciências sociais (geografia, sociologia, histórica, antropologia) que tiveram como objecto de estudo os bairros (Authier *et al.*, 2007). Estas análises permitem uma passagem mais cuidada do empírico ao normativo, mas como nos alerta Lefebvre (1967) esta passagem deve ser feita com muita precaução. É que, para lá daquilo que os dados nos podem fazer concluir cada um de nós tem um ideal de bairro/cidade que nos faz ir à procura dos aspectos que permitam confirmar o cenário que consideramos o mais provável para o futuro. É verdade que este é o risco de qualquer investigação nas ciências sociais, mas é também verdade que este objecto pela multiplicidade de actores e situações que coloca em jogo torna mais difícil essa tarefa.

³ A que Ascher chama *Metápolis* e que correspondem a “vastas zonas da quotidianidade urbana dos agregados e das empresas, espaços descontínuos, heterogéneos, com limites imprecisos, que englobam fracções e territórios e grupos de população cada vez mais afastados.” (Asher, 1989, p.183).

⁴ Esta posição já tinha aliás sido defendida por François Asher em 1989, num artigo intitulado “La fin des quartiers?”, onde o autor refere que nas *Metápoles* a vida nos bairros tende a desaparecer, “os verdadeiros vizinhos metapolitanos são os vizinhos que se ignoram” (1989, 196).

Analisemos duas abordagens que procuram compreender a cidade/sociedade centrando-se no estudo dos bairros. A primeira, já aqui referenciada, é a de Jacques Donzelot (1999), que propõe a existência de uma “Nova questão Urbana” (NQU). O crescimento da cidade industrial com o surgimento de uma área periurbana, vai implicar uma nova organização do espaço. Neste processo, de transformação económica, social e política, num mundo de globalização, em que uma parte da população deixa de estar integrada pelo trabalho, surgem dois tipos de bairros que vão simbolizar dois tipos de mundos: os “vencedores” – *gate communities*, e os “vencidos” – *Zonas Urbanas Sensíveis* (ZUS)⁵. A presença destes dois tipos de bairros evidencia-se na paisagem não só pelo tipo de edifícios, mas sobretudo pela situação contrastante em relação às características da população de cada um.

Esta realidade tornou-se muito visível através da acção de alguns residentes dos antigos bairros operários que criaram situações de violência nas ruas – “motins urbanos” no Outono de 2005 em França –, fazendo ver através dos *media*, um grupo de jovens, que segundo Castel, agem numa “revolta do desespero” (2007, 15). Simultaneamente a estes “motins urbanos” assiste-se ao surgimento de um novo urbanismo, que Donzelot denomina urbanismo purificado (*urbanisme affinitaire*) (1999, 100). No primeiro caso, verifica-se uma forte integração no espaço geográfico: “À integração na sociedade pelo bairro substituiu-se uma integração ao bairro pela falta da integração na sociedade. É agora o bairro que se transforma em problema, porque este parece instalar-se numa ruptura com a sociedade.” (Donzelot, 104/105); no segundo, uma forte integração num determinado espaço social. Em ambos parece haver uma falha em relação à integração na cidade/sociedade.

Para além destes dois tipos de bairros que se situam em pontos extremos: *gate communities* e as ZUS (Zonas Urbanas Sensíveis), que Donzelot (1999) associa respectivamente, a uma “cultura da autonomia” e uma “cultura da violência”, encontramos a partir de vários estudos empíricos uma multiplicidade de bairros que estão “entre” os dois citados. Esta realidade não é aliás negada por Donzelot, mas o exercício que o autor faz centra-se na procura das tendências emergentes que expliquem a existência destes dois tipos de bairros relacionando-os com o tipo de sociedade que lhes está subjacente. E o que nos parece importante na análise de Donzelot é a forma como ele aproxima aquilo que parece antagónico, ou seja, como ele aproxima a “cultura da violência” das “culturas da autonomia”, pois ambas representam comportamentos de incivilidade, ou melhor de insociabilidade, uma pela confrontação com os valores da sociedade, a outra, pela excessiva autonomia e indiferença face ao seu semelhante, “Os pobres tornam-se logicamente mais pobres e mais violentos, os ricos, mais distantes, menos solidários” (Donzelot, 1999, 106).

A segunda abordagem refere-se ao trabalho de Jean Remy e Liliane Voyé (1994), interessando-nos aqui apenas os aspectos que se ligam com a construção de uma tipologia dos bairros. Os autores estabelecem a diferença entre a cidade não-urbanizada e a cidade urbanizada, concluindo que na cidade urbanizada já não é a relação inter-pessoal, mas sim o projecto individual, que vai desempenhar um papel central no processo de interacção dos indivíduos com a cidade. No entanto, a cidade contém uma diversidade

⁵ Termo utilizado por Robert Castel em *La discrimination négative*, 2007, Paris, Seuil.

de bairros. Seguindo uma metodologia *ideal típica*, os autores vão construir dois tipos de bairros: os bairros urbanizados que integram a mobilidade espacial na vida quotidiana; e os bairros não-urbanizados, aqueles onde vai prevalecer uma relação inter-pessoal, que os autores vão classificar em: bairros tradicionais, bairros comunidades de transição, centros urbanos abandonados, bairros de lata e bairros suportes de um modo de vida alternativo.

Esta abordagem, permite-nos pensar a multiplicidade de bairros que coexistem na cidade onde encontramos um entrelaçar de situações e de “modos de vida”, que ainda coexistem na cidade actual tornando a cidade um espaço de anonimato, estranheza e perigo. Viver na cidade implica uma relação com a alteridade: “Viver numa cidade significa viver em companhia, em companhia de estranhos” (Bauman, 2006, 71), e uma relação com os lugares, onde a memória e o reconhecimento são fundamentais para o equilíbrio social e psíquico de cada indivíduo. É assim, que podemos encontrar hoje na cidade, ou melhor no espaço urbanizado, várias formas de relação com o espaço e com os *outros* que implicam uma diversidade de práticas quotidianas.

Imaginemos então uma ida à mercearia e uma ida ao supermercado:

Ida à mercearia

- Então Dona Luisa, o que vai levar hoje? Estas maçãs são muito boas!
- São boas para mim, mas também quero laranjas, sabe que o João e as maçãs...
- E como é que ele está? Não o tenho visto
- Mais ou menos, mas nada de novo. Lá anda com a rapariga, mas *a vida é a vida...*
- Sim, é verdade
- Também queria queijo
- Experimente este, é muito bom
- Não, não gosto muito. Levo o do costume
- E a Joana?
- É sempre o mesmo. Não faz nada. O pai anda furioso. Mas o que é que eu posso fazer? Só quero que passe a juventude, eles não terão sempre 20 anos...

Começa a colocar as compras na caixa e diz baixinho: vou-lhe dizer uma coisa, eles têm alguma razão para não fazerem nada, as desgraças virão bem cedo. Eu se na idade deles tivesse tido aquela liberdade, também a utilizava. Não é verdade? Bom, adeus Sr. António.

- É isso! Adeus Dona Luisa.

(*L'invention du quotidien*, vol. 2, L. Giard e P. Mayol, tradução livre, pp. 97/98)

Ida ao supermercado

“(...) o cliente circula silenciosamente, consulta as etiquetas, pesa os legumes ou a fruta numa máquina que lhe indica, juntamente com o seu peso, o seu preço, depois estende o cartão de crédito a uma mulher nova, também ela silenciosa, ou pouco faladora, que submete cada artigo ao registo de uma máquina descodificadora antes de verificar o bom funcionamento do cartão de crédito.”

(Augé, *Não-Lugares*, p. 84)

Quadro 1 – Síntese dos dois movimentos

MERCEARIA (a pé, bicicleta, a cavalo)	GRANDE SUPERFÍCIE (carro)
Controlo ecológico	Mobilidade espacial
Sociabilidades de Vizinhança	“Relações Contratuais” (Augé)
“Parar e olhar”	Economizar tempo e dinheiro

(Principais autores presentes na análise: M. Augé, E. Hall, M. Certeau, M. Freitag.)

Estes dois exemplos apresentados retratam duas práticas quotidianas que podemos associar numa primeira abordagem às duas tipologias de bairros de Rémy e Voyé: os bairros urbanizados e os bairros não-urbanizados. Correspondem a diferentes sociabilidades que coexistem na cidade, marcadas por uma variedade de interacções que nos afastam ou aproximam uns dos outros. Na sociabilidade urbana está presente o “segredo”, que supõe a não-transparência na interacção entre os indivíduos, mas isso não significa o fim das interacções que resultam de relações de proximidade. O que é necessário é saber interagir nos bairros de uma forma urbana, “A urbanidade supõe que se encontre o regime adequado de distância-proximidade».” (Remy, 1998, 504).

Para além de uma visão sincrónica da cidade, é fundamental pensarmos os bairros a partir da dimensão temporal. São exactamente essas transformações no tempo, que vão criando fronteiras, agora aqui entre o passado e o presente, que nos retratam as mudanças da cidade/sociedade. Lefebvre (2001a) ao descrever as transformações de um bairro parisiense, o *Marais*, ao longo do século XIX, mostra-nos bem as alterações que se verificam ao nível dos edifícios e da paisagem urbana e as transformações ao nível do espaço social. De bairro aristocrático, com belos palacetes e jardins, transforma-se em bairro burguês, com oficinas e pequenas lojas. Mais tarde, com a entrada dos operários no centro da cidade, estes vão ocupar as casas mais degradadas e pardieiros e habitar as mansardas, enquanto que os burgueses ocupam os andares térreos. O *Marais* transforma-se num espaço de grande heterogeneidade social, com uma vida urbana intensíssima marcada pela existência de interacções múltiplas. É neste período, final século XIX e princípio do século XX, quando a cidade aparece na poesia e nas canções populares, que surge Haussmann, e com ele a construção de bairros burgueses, fazendo surgir uma nova racionalidade a que Lefebvre chama a “racionalidade organizadora” (Lefebvre, 1968).

O que é interessante nesta abordagem de Lefebvre é assinalar simultaneamente uma transformação dos edifícios existentes, dos seus habitantes bem como da própria vida de bairro, que vai ocorrer no mesmo espaço. O bairro transforma-se com o tempo, sendo o reflexo das lutas entre as várias classes sociais, da emergência de umas e da queda de outras. Bourdieu refere que toda a acção histórica coloca em presença dois estados da história, “a história no estado objectivado, ou seja a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, costumes, direito, etc., e a história no estado incorporado, que se transforma em *habitus*.” (1980, p. 6). Trata-se aqui de reconhecer dois movimentos, um, a transformação das coisas, e o outro, a incorporação no *habitus* dessa transformação histórica. Estes dois movimentos surgem concomitantes

nas várias transformações do *Marais* em Paris. O bairro muda o seu aspecto físico juntamente com a população e com diferentes formas de apropriação do espaço. Assim, pensar o bairro de uma forma diacrónica significa ver as transformações sociais que vão ocorrendo na própria sociedade.

A cidade como laboratório de si própria: o bairro como um lugar de paragem

A nossa posição é contrária à defendida por Ascher e Godard e ao vaticínio de Lefebvre (1976) em relação ao fim dos bairros. É, no entanto, a este autor que vamos buscar grande parte das ideias para a nossa argumentação. Seguindo Lefebvre, o bairro é definido como “(...) uma forma de organização do espaço e do tempo da cidade. (...) é o microcosmos do peão, que percorre um certo espaço num certo tempo, sem ter necessidade de utilizar um veículo.” (1976, 213 e 214). O peão representa a escala humana, física de toda a sociedade, num século onde os meios de transporte e novas formas de mobilidade colocam novos problemas (Lefebvre, p. 210). Temos assim em Lefebvre a defesa clara da importância do bairro como elemento que humaniza a cidade, mas simultaneamente a perspectiva de uma tendência no desenvolvimento das cidades que iria provocar o desaparecimento dos bairros, aproximando-se do cenário de Ascher e Godard.

Ora, a partir dos anos oitenta do séc. XX, os problemas que tinham como centro a cidade, vão dar lugar a novas questões face ao perigo do desmoronamento do Estado Providência (Donzelot, 1999). Ressurge uma nova questão social que passa da “luta de classes” para a “luta dos lugares” (Gaulejac e Léonnetti). Vivemos numa sociedade que sofreu profundas transformações face à sociedade industrial, e onde as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) estão a transformar profundamente a vida dos indivíduos. Retomemos aqui apenas algumas dessas transformações: aumento de esperança de vida – que vai permitir a existência de um período maior de vida pós-trabalho; aumento dos trabalhadores em part-time (deixando uma parte do dia para outras actividades); desempregados (cujo quotidiano muda radicalmente), trabalho precário (criando novos espaços intermédios entre o trabalho e o não-trabalho; crise económica (que nos faz ficar mais tempo em casa e no bairro), etc.. Tudo isto pode fazer com que o local, o espaço-que-está-perto, possa ser cada vez mais vivido e usufruído⁶.

Zygmunt Bauman refere dois movimentos que coexistem nas cidades: a mixofobia (onde os estranhos devem ser evitados) e a mixofilia (desejo de mistura com as diferenças), e, segundo a sua visão de cidade, o que há a fazer é contribuir para aumentar a mixofilia. Trata-se de viver o bairro/a cidade através de uma multiplicidade de interacções com o *outro*, através de saudações fugazes, frases soltas, gestos, olhares...

“Madeleine Bunting, uma perspicaz jornalista britânica, afirma que o espírito da cidade se forma através da acumulação de minúsculas interacções quotidianas – com o condutor

⁶ Temos plena consciência que estamos a pensar no campo das hipóteses, sem podermos provar empiricamente estas ideias.

do autocarro, com os outros passageiros, com o vendedor de quiosque, com as empregadas de mesa dos bares – e através também de frases soltas, de saudações fugazes, desses pequenos gestos apressados que atenuam as ásperas arestas da vida urbana.” (Bauman, 2006, p. 85)

Trata-se de entender as «cidades como laboratórios», nos quais se experimentam, aprendem e descobrem coisas que são indispensáveis tanto para procurar soluções para problemas globais como modos de viver na própria cidade (Bauman, 2006, 84).

Defendemos assim, que a cidade contém um conjunto de bairros diferentes, mas temos consciência que esta é mais do que a soma dos seus bairros, assim como a sociedade é mais do que a soma dos indivíduos que a compõem (Durkheim). Como afirma Lefebvre o bairro não define a realidade social, mas é uma unidade necessária, “Sem bairros, sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, mégalopole. Deixa de haver cidade.” (1967, p. 213).

Bibliografia

- Andresen, Sophia de Mello Breyner (2010), *Obra Poética*, Lisboa, Caminho.
- Ascher, François, Godard, Francis (1999), “Vers une troisième solidarité”, *Esprit*, Novembro, pp. 87-114.
- Ascher, François (1989), “La fin des quartiers?”, in. *L'Urban Dans Tous Ses Etats*, Paris, L'Harmattan.
- Augé, Marc, 2005, *Não-Lugares*, Lisboa, 90^o.
- Augé, Marc (2000), *Fictions fin de siècle*, Paris, Fayard.
- Auster, Paul (2006), *As Loucuras de Brooklyn*, Lisboa, Edições ASA.
- Authier, Jean-Yves (2002), “Habiter son quartier et vivre en ville: les rapports résidentiels des habitants des centres anciens”, *Espaces et Sociétés*, n^o 108/109.
- Authier, Jean-Yves, Bacqué, Marie-Hélène, Guérin-Pace, France (dir.) (2006), *Le quartier*, Paris, la Découverte.
- Bauman, Zygmunt (2006), *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Bourdieu, Pierre (1980), Le mort saisit le vif, in *Actes de la Recherches en Sciences Sociales*, Vol. 32-33, Abril/junho, pp. 3-14.
- Carmo, Renato Miguel do (2006), *Contributos para uma sociologia do espaço-tempo*, Oeiras, Celta.
- Castel, Robert (2007), *La discrimination négative*, Paris, Seuil.
- Certeau, Michel (1980), *L'invention du quotidien. Arts de faire*. vol.1, Paris, Union Générale D'Éditions.
- Cordeiro, Graça Índias, Baptista, Luís Vicente, Costa, António Firmino da (orgs.) (2003), *Etnografias urbanas*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta.
- Donzelot, Jacques (1999), “La nouvelle question urbaine”, *Esprit*, Novembro, pp. 87-114.
- Gaulejac, Vincent, LÉONETTI Isabel Taboada (org.) (1994), *La lutte des places*, Paris, Desclée de Brouwer.
- Giard, L., Mayol, P. (1980), *L'invention du quotidien. Habiter, cuisiner*. vol. 2, Paris, Union Générale D'Éditions.
- Humain-Lamour, Anne-Lise (2006), “Le quartier comme objet en géographie, in Jean Yves Authier, Marie-Hélène Bacqué e France Guérin-Pace, *Le quartier*, Paris, La Découverte.
- Lefebvre, Henri (2001), *Du Rural à L'Urbain*, Paris, Anthropos.
- Lefebvre, Henri (2001a), *O Direito À Cidade*, São Paulo, Centauro.
- Lynch, Kevin (2007) [1981], *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa, Edições 70.

- Pinçon, Michel, Pinçon-Charlot, Monique (2000), "La ville des sociologues" in Thierry Paquot, Michel Lissault e Sophie Body-Gendrot (dir.), *La ville et l'urbain, l'état des savoirs*, Paris, éditions de la découverte.
- Rémy, Jean (1998), "Les sociabilités urbaines: effets de milieu et trajectoires sociales" in. Grafmeyer Y., F. Dansereau (eds), *Trajectoires familiales et espaces de vie en milieu urbain*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon.
- Rémy, Jean, Voyé, Liliane (1994), *A Cidade: rumo a uma definição?*, Porto, Afrontamento.
- Simmel, George (1999) [1908], *Sociologie*, Paris, PUF.
- Velho, Gilberto (org.) (1999), *Antropologia Urbana*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Narrativas de Bairro numa Cidade em Mudança

O Bairro como catalisador de urbanidade da cidade

JORGE NICOLAU*

Resumo

A história dos lugares é narrada muitas vezes pelos elementos físicos do espaço. As azinhagas, os largos, as ruas, os edifícios e a toponímia são elementos que integram uma narrativa alargada, fazendo parte de uma paisagem cultural que perpetua a memória da cidade, refletindo-se na sua identidade e na sua memória coletiva.

Este artigo pretende ser uma reflexão sobre a cidade atual, incidindo fundamentalmente nos elementos físicos e sociais que a integram, realçando a unidade de Bairro como “estrutura urbana” de ocupação territorial e levando-nos a uma análise crítica sobre a sua importância no desenvolvimento, expansão e regeneração urbana da cidade de Lisboa.

Palavras-chave: cidade, bairro, narrativas urbanas, paisagem cultural, identidade.

Abstract

The places story is told many times by the physical elements of the space. The lanes, the wide, the streets, the buildings and the place's names are elements that integrate a wider narrative, part of a cultural landscape that perpetuates the memory of the city, reflected in its identity and collective memory.

This article is intended as a reflection on the current city, focusing primarily on the physical and social elements that comprise it, enhancing the neighborhood unit as an “urban structure” of occupation and leading us to a critical analysis of its importance in the development, expansion and regeneration of the city of Lisbon.

Keywords: city, neighborhood, urban narrative, cultural landscape, identity.

* Arquitecto, doutorando em Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD). Contacto de email: jorgenicolau.arq@gmail.com

“Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever-te a cidade de Zaira de altos bastiões. Poderia dizer-te de quantos degraus são as ruas em escadinhas, como são as aberturas dos arcos dos pórticos, de quantas lâminas de zinco são cobertos os telhados; mas já sei que seria o mesmo que não te dizer nada. Não é disso que é feita, mas sim das relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do seu passado (...) Mas a cidade não conta o seu passado, contém-no como as linhas da mão, escrito nas esquinas das ruas, nas grades das janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos para-raios, nos postes das bandeiras, cada segmento marcado por sua vez de arranhões, riscos, cortes e entalhes [...]”
Calvino (2003, 14)

Introdução

Em cidades como Lisboa, onde as malhas urbanas se foram sobrepondo ao longo dos tempos, começa a ser difícil encontrar referências territoriais que nos permitam ter um “fio condutor” na ligação com o seu passado urbano. A cidade tem uma narrativa que é necessária preservar e que é visível quando a percorremos a pé ou quando deambulamos pela literatura de finais do século XIX. Eça de Queirós, no seu livro *Os Maias*, descreve como ninguém a cidade de Lisboa e “arredores”¹, gerando em arquitetos/urbanistas, um certo constrangimento com a destruição da identidade física e mental que é o território. A *narrativa*² urbana permite-nos compreendê-la tanto na vertente morfológica como sociológica, levando à sua descodificação e compreensão da cidade atual. Entendemos que a única forma de intervir na cidade é através da sua apreensão³ e compreensão. A nossa percepção é, na maior parte das vezes, redutora e pouco abrangente, devido à incapacidade de termos uma visão sistémica⁴ sobre a sua evolução. Acresce que as cidades mediterrânicas têm características específicas que as diferenciam de todas as outras, transportando em si valores de urbanidade que não se verificam da mesma forma em outras cidades europeias (Solá-Morales, 1996, 100).

Esta análise sobre a cidade contemporânea focaliza-se na dialética Cidade-Bairro, numa procura de contributos para demonstrar a importância estratégica do bairro como entidade fundamental na regeneração física e mental da cidade. Neste contexto e tendo como objeto de estudo a cidade de Lisboa e os seus bairros, apresentam-se dois enfoques fundamentais para uma reflexão crítica sobre as dialéticas da Cidade-Bairro.

¹ Entendemos por arredores as aldeias de Carnide, Benfica, Ameixoeira e Lumiar, freguesias que só foram integradas na cidade de Lisboa em 1885, com a publicação do Dec. Lei de 18 de julho, ficando conhecidas como as *Freguesias do Termo*.

² “Narrativa significa o texto em que se conta um facto ou uma sucessão de factos reais ou imaginários, que decorrem num espaço e tempo determinados e em que intervêm personagens = CONTO, HISTÓRIA, ROMANCE”, in *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (2001), Academia das Ciências e Ed. Verbo, Lisboa, pág. 2571.

³ “O conhecimento imediato obtido através da percepção, da inferência, da imaginação ou da memória, sem quaisquer juízos prévios”, in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2002), Circulo dos Leitores, Tomo I, Lisboa, pág. 305.

⁴ Uma visão sistémica subentende uma visão abrangente e transdisciplinar sobre a cidade atual.

O primeiro enfoque incide sobre a narrativa do território, que nos leva a um “caminhar” pela cidade, na procura de elementos físicos (património histórico, museus, caminhos e azinhagas) e simbólicos (toponímia, obras literárias, testemunhos orais, iconografia, pintura e festividades).

O segundo entende o bairro como reserva física e mental da cidade. O bairro é a unidade de ligação entre um passado e um presente, uma reserva que amortece a transição entre as alterações da estrutura física e social da cidade, onde se ensaia o sentido da memória coletiva.

A partir destes dois enfoques principais, pretende-se desenvolver uma visão crítica sobre o sentido do bairro na cidade contemporânea, sobre as suas ameaças, desafios e oportunidades. Salientam-se, ao longo do artigo, várias referências a autores, como suporte para alargar a reflexão crítica sobre o tema “Reinventar a cidade a partir do Bairro”, onde mais do que delimitar os conceitos, se pretende, nesta fase, arriscar a abertura a diferentes âmbitos disciplinares, como fluxos de suporte à reinvenção da cidade, como uma revisão em aberto às dialéticas da Cidade-Bairro. Sem prejuízo de um maior controlo sobre a abordagem metodológica da investigação em curso, esperam-se contributos e resultados que nos permitam ajustar os tempos de observação, projeto, monitorização e transformação de uma cidade de bairros em permanente mudança, onde a compreensão das interações entre as estruturas físicas e sociais é algo de perene na construção da cidade.

O território como narrativa

“La ciudad es el nacimiento de la historia, el olvido del olvido, el espacio que contiene el tiempo, la espera con esperanza. Con la ciudad nace la historia, la historia como hazaña de la libertad (...) Una ciudad que se conquista colectiva e individualmente frente a los que se apropian privadamente de la ciudad o de sus zonas principales (...)” (Jordi Borja, 2005, 26)



Fig. 1 – Freguesia de Carnide 2010. O passado e o presente. Fotografia de Jorge Nicolau.

O urbanista projeta a cidade a uma *macroescala*, redefinindo-a e criando novos *layout*. As novas redes viárias vão destruindo as antigas azinhagas e fazendo desaparecer a identidade do território. A **figura 1**, na qual é possível ver o que resta das ruínas de uma antiga quinta em Carnide, hoje completamente fora do contexto e desintegrada da “paisagem urbana” que a envolve, retrata esta realidade. Muitos dos antigos bairros, anteriormente isolados, coexistem com novos aglomerados urbanos, com morfologias e tipologias completamente diferentes, sem qualquer ligação entre si e com a cidade em geral. A urbanização não é sinónima de cidade. A cidade é o reflexo da vida dos seus cidadãos: é intercâmbio, comércio, cultura, ética e estéticas urbanas e é o espaço público por excelência (Borja : 2005), sendo os bairros peças fundamentais em toda a sua estrutura urbana e simbólica. Neste contexto, e tendo como objeto de estudo a cidade de Lisboa, pretende-se reinterpretar a cidade através do património físico e social.

“Conhecer as freguesias de Lisboa é conhecer a cidade através de muitas cidades que ela encerra. Os bairros, velhos e novos, melhores ou piores, contêm características que os afirmam como conjuntos com forte personalidade (...)” (Rego Mendes, 199, 3)⁵

A necessidade imperativa da alteração das políticas urbanas leva a uma mudança de paradigma na análise do espaço urbano e, pela primeira vez, a temática dos bairros é assumida de uma forma clara e objetiva pelo Município de Lisboa. “Lisboa cidade de Bairros” faz parte da *Visão Estratégica para Lisboa 2012* e é um dos primeiros vetores na proposta de revisão do novo Plano Diretor Municipal (PDM):

*“Para os seus habitantes, Lisboa precisa de se transformar numa cidade de bairros, realçando o caráter existente, plantado as sementes do futuro. O bairro deve ser a unidade estruturante, no espaço e no tempo, definidor do orgulho e do prazer da cidadania (...) O cidadão deve gostar de viver e/ ou trabalhar no seu bairro. (...) os bairros devem ter uma escala humana, não excedendo a dimensão espacial das cidades medievais (...)”*⁶.

Esta nova abordagem sobre a cidade leva-nos a uma alteração nos procedimentos de análise do espaço urbano, uma vez que, tendencialmente, o arquiteto/urbanista interpreta a cidade de uma forma direta, sem qualquer filtro, através da observação. Este observador assume três escalas: a macroescala, numa aproximação ao objeto (território/cidade), a mesoescala, numa aproximação intermédia (território/bairro), e a microescala, na relação do social com o urbano.

Na macroescala, pretende-se fazer uma observação do território, *top-down*, surgindo os caminhos como elementos estruturantes do tecido urbano. Nesta escala de observação, recorreremos à análise cartográfica para interpretar o crescimento da urbe, assente na sua estrutura territorial.

⁵ Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, in *Pelas Freguesias de Lisboa* (1993).

⁶ Carta Estratégica de Lisboa (2010/24, 3), apresentada formalmente no Teatro de Municipal de S. Luís, no dia 3 de julho de 2009.

A mesoescala ou escala intermédia relaciona o bairro com a cidade, ao nível do desenho urbano. Esta escala de observação permite-nos sobrepor malhas urbanas e relacioná-las entre si. Tanto os eixos visuais como os elementos físicos e simbólicos do território são referenciados. Esta escala de observação será desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento, não fazendo parte do presente artigo.

A microescala reflete o presente, a cidade *in loco* percorrida pelo observador. O estudo incide sobre o bairro, reconhecendo os elementos físicos do lugar, refletidos nas azinhagas, nos caminhos rurais, nas quintas, nos monumentos e nas praças. Esta narrativa alargada do território tem uma carga simbólica potenciadora de identidade que é interiorizada pelos residentes.

A macroescala da cidade – território de conexões

Na sua morfogénese, o território condiciona a ação do homem, impondo-lhe regras e condicionando a sua ocupação. Esta realidade leva a que as primeiras cidades surjam depois da revolução agrícola, no período do neolítico. São pequenos aglomerados rurais, aldeias, que estão na origem das grandes cidades (Lynch, 1981). O território, como o conhecemos hoje, é o resultado acumulado das sucessivas transformações a que tem estado sujeito ao longo dos séculos. Umam ocorrem por ação da natureza e outras pela intervenção direta do homem (Corboz, 1980). É o livro sobre o qual se reinscreve a história da cidade, o palimpsesto.

Lisboa é uma cidade com mais de três mil anos de existência⁷ que foi sujeita a várias ocupações territoriais, fundamentalmente a romana e a árabe, que estão na origem de núcleos rurais importantes (Buraca, Benfica, Carnide, Paço do Lumiar, Ameixoeira, entre outros).

A **figura 2** ilustra Lisboa no início do século XX, onde os círculos representam os antigos núcleos rurais, atualmente absorvidos pela urbe, e as linhas mostram os principais caminhos de interligação entre os mesmos. Estes territórios, com a sua forte identidade histórica, patrimonial e cultural, são hoje freguesias importantes da cidade de Lisboa.

A memória da cidade está intimamente ligada à memória física e cultural destes núcleos, atualmente completamente urbanos. Segundo Indovina (2006), a cidade é o somatório da morfologia (forma física, paisagem urbana e património urbano) com a condição urbana (sociabilização, serviços sociais, vida quotidiana e cultura). A análise macroscópica do território, *top-down*, assente na cartografia antiga, proporciona uma visão abrangente do crescimento da cidade. A cidade é intensa, é densa mas não contínua; tem uma história e uma narrativa.

O arquiteto/urbanista tem um papel importante na redefinição do desenho urbano e na regeneração física da cidade contemporânea, entendendo a cidade na sua microescala e

⁷ Pimenta, João, Calado, Marco e Leitão, Manuela (2005), "Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem nº 2 da Rua de São João da Praça", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 8, número 2, págs. 313-334.

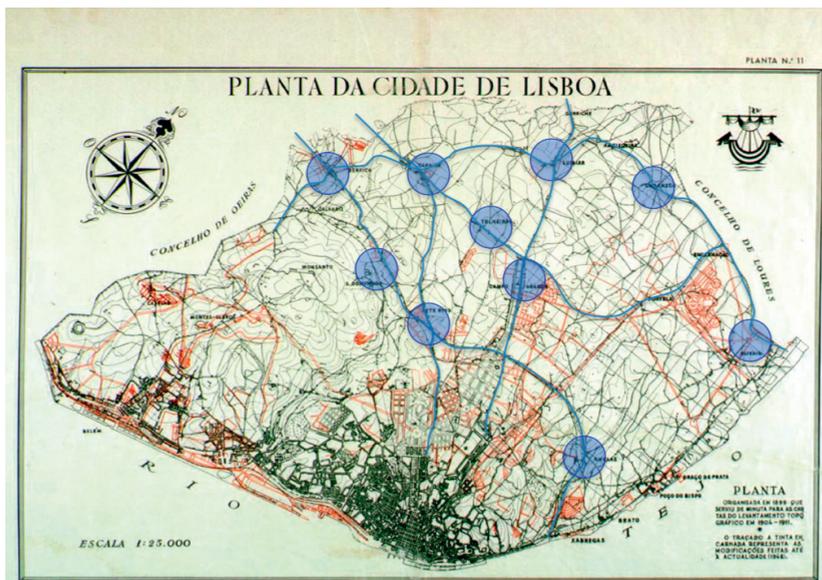


Fig. 2 – Planta da Cidade de Lisboa 904-1911.

não na macro onde tudo parece igual. A unidade de bairro permite vários ritmos e escalas de intervenção diferenciados, tendo como consequência uma renovação constante do espaço urbano. Esta nova atitude passa por redescobrir a cidade, no seu património, nos troços de azinhagas que ainda perduram, na “ruralidade” do urbano e na descodificação dos símbolos que o *caminhar pela cidade* nos fornece. Em termos metodológicos seguiremos de perto os trabalhos desenvolvidos por Lynch (1960), Cullen (1971), Benevolo (1998) e Mercier (2003).

A microescala do território – O bairro

A microescala, que numa primeira fase é dada pelo estudo da cartografia e das referências iconográficas, transporta-nos para uma outra dimensão através da literatura, levando-nos a uma perceção diferente da cidade contemporânea. O espaço físico ganha uma outra dimensão. A cidade *in loco* tem uma história e uma narrativa urbana que é possível encontrar em cada rua e em cada esquina, refletida no seu património físico e social. Nesta escala de observação, o arquiteto adquire uma visão direta do espaço físico e entende a cidade de uma forma simples e descodificada.

Partindo da análise do território *in loco* e cruzando-a com a cartografia antiga e com as novas plantas georreferenciadas, complementadas com as imagens de satélite, é possível redesenhar os percursos rurais, redescobrimo-os no território construído. A **figura 3** representa a aldeia de Carnide, em finais do século XIX, onde são visíveis as antigas

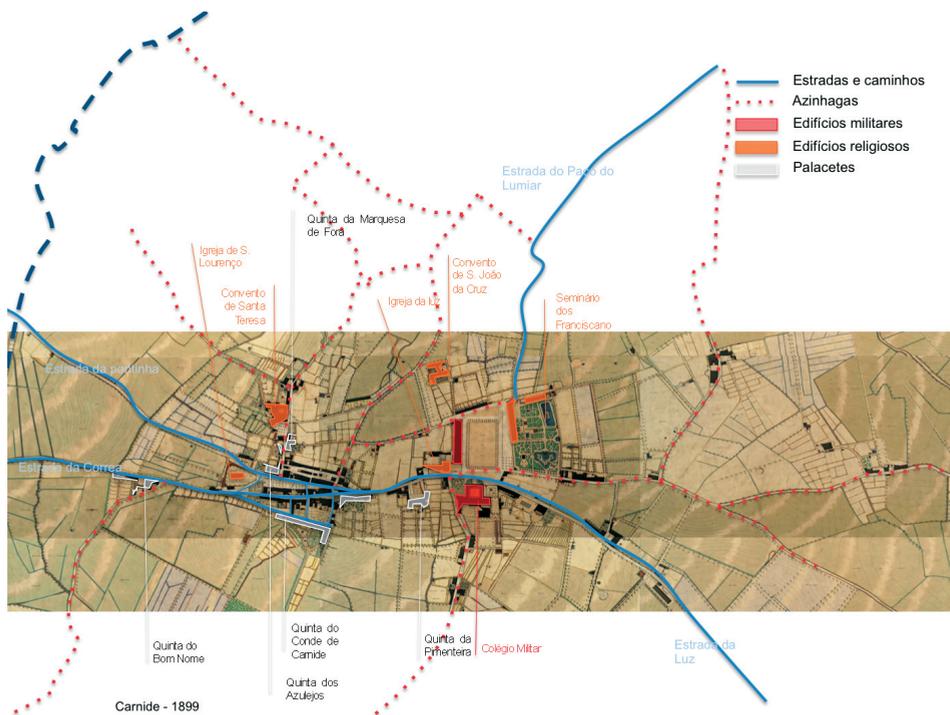


Fig. 3 – O território de Carnide em finais de oitocentos. Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa / Jorge Nicolau.

quintas, as azinhagas e o património existente. A maioria destas quintas já não existe, os seus terrenos foram urbanizados e loteados e deram origem a diferentes formas de ocupação urbana. Contudo, independentemente das grandes transformações a que este território esteve sujeito nos últimos cinquenta anos, Carnide não só soube preservar a sua identidade como a irradiou aos bairros envolventes. Caminhar pelas ruas e pelas azinhagas de Carnide é voltar atrás no tempo.

A cidade tem muito mais para oferecer do que aquilo que conseguimos perceber (Lefebvre, 1992). Em *The City of Collective Memory*, Christine Boyer (1996) identifica, de uma forma sintética, mas abrangente, elementos e conceitos da geografia, da arquitetura, da literatura e da pintura que refletem a cultura urbana. O que emerge deste seu *caminhar pela cidade* é o sentido da cidade revigorada, com riqueza e potencial, a cidade da memória coletiva. As ruas funcionam como uma espécie de diagnóstico sobre a qualidade de vida urbana (Sieber, 2008). A rua é o local de manifestação popular, é o ponto estratégico de encontro, de observação e de conversa (Cordeiro, 1997). Da mesma forma que a rua é o espelho dos seus bairros, a cidade é o reflexo destes núcleos urbanos. O bairro é o palco desta memória coletiva que se reflete na memória da cidade. As marchas populares, que todos os anos se realizam em Lisboa, são um exemplo da cultura bairrista que simbolicamente “contamina” o centro da cidade.

A revalorização da vida urbana deu lugar a uma revalorização paralela do bairro como espaço público de uso coletivo que, com as suas festas, as suas tradições e sua vida associativa, confere urbanidade à cidade (Jordi Borja, 2005, 53). A urbanidade é a virtude da singularidade, mas, ao mesmo tempo, é a possibilidade de se criar o novo a partir da memória coletiva, de se apropriar de um espaço e de um tempo através da partilha (Arendt, 2006).

O bairro como reserva física e mental da cidade

“La ciudad es el pasado apropiado por el presente y es la utopía como proyecto actual. Y es el espacio suma de tempos. Así como no hay comunidad sin memoria tampoco hay ciudad sin proyecto de futuro. Sin memoria y sin futuro la ciudad es un fantasma y una decadencia...”. (Borja, 2005, 27)

Partindo deste trecho de Jordi Borja, pretendemos fazer uma reflexão sobre a cidade e demonstrar a importância da *unidade de bairro*, como uma estrutura urbana fundamental na sua regeneração física e mental. A cidade do futuro é aquela que se está a construir hoje, daí que a dialética Cidade-Bairro nunca tenha feito tanto sentido como agora, estando os seus conceitos em constante revisão.



Fig. 4 – Lisboa vista do Tejo (2008). Fotografia de Jorge Nicolau.

Não se pretendem cidades perfeitas, mas cidades que funcionem. Jane Jacobs (2000) defende que um bairro de sucesso é aquele que consegue conviver razoavelmente com os seus problemas, sem que estes o destruam. Por analogia, poderíamos aplicar este lema a uma cidade de sucesso, isto é, aquela que consegue interagir razoavelmente com os seus bairros, administrando-os de uma forma dinâmica e integradora, relacionando-os entre si, convivendo com os seus problemas, mas nunca pondo em causa a sua autonomia como espaço de identidade coletiva e multicultural, onde o património físico e a componente social são parte integrante do património da cidade.

“(...) vivemos em cidades, ou não cidades cada vez mais feias, que nem por isso funcionam melhor; muitos técnicos se têm proposto salvá-las, em muitos casos à custa de novas lacerações no seu tecido, típicas de quem trata um órgão sem perseguir o organismo; outros (novos) técnicos se propõem agora explicar melhor o que acontece nas cidades e que precisam os homens que elas sejam, mas deixam eles a cidade sem forma, sem vulto (...).” (Portas, 2007, 15)

Esta preocupação sobre a realidade urbana, levantada há quarenta anos por Portas⁸, é bastante evidente nos bairros construídos desde então. Muitos deles, anteriormente isolados, convivem atualmente com novos aglomerados urbanos, que apresentam morfologias e tipologias diferentes, sem ligação entre si e com a cidade em geral. Somos “treinados” para pensar o espaço urbano de uma forma funcionalista, à distância, ao serviço de interesses económicos ou corporativos, nunca pondo em causa os dogmas instituídos.

A cidade contemporânea é o resultado de toda uma ideologia urbana, em muitos aspetos antagónica e ligada a uma sociedade maquinista e industrial. As grandes transformações urbanas estiveram sempre ligadas às grandes transformações económicas e, conseqüentemente, às sociais e políticas. O mesmo sucedeu com a cidade tradicional, antes da industrialização, resultado de uma comunhão de interesses coletivos, distribuidora de riqueza e com identidade própria. A cidade era um organismo vivo que “renascia” dia após dia e reagia ativamente aos seus problemas. As cidades não se construíam por legislação, mas por vontade própria dos seus habitantes.

Contrariamente à “cidade tradicional”, a “cidade do movimento moderno”, muito mais do que uma estrutura urbana, era uma estrutura de controlo político. O urbanismo sempre foi uma “arma de controlo social”, em que os bairros surgiam como unidades autónomas, completamente separadas entre si, fazendo parte de uma política segregadora da sociedade. Esta política foi seguida por Salazar.

Os projetos do urbanismo moderno pretendiam a construção de uma nova sociedade, segundo a ética do compromisso social (Montaner, 2009, 24). Assim, é fundamental repensar a forma de atuar na cidade. François Ascher (2008) entende que a Europa ocidental já conheceu duas revoluções urbanas modernas e que as mudanças que se vivem na sociedade prefiguram uma terceira revolução urbana – a terceira modernidade.

A cidade contemporânea não tem escala humana, é antagónica, amorfa, exclusiva, insegura e, cada vez mais, fracionada nas suas “entranhas”, em que o *tempo do urbano* diverge do *tempo do social*. Os tumultos que se têm verificado em várias cidades europeias vão muito para além da crise económica – são resultantes, fundamentalmente, de uma crise de identidade social.

As áreas específicas da arquitetura e do urbanismo são provavelmente aquelas que maior impacto têm na sociedade, dado que interferem direta ou indiretamente na vida dos cidadãos. As suas ações perduram no território por décadas, condicionando as

⁸ A referência é retirada da 3ª edição do livro. A 1ª edição da obra foi publicada em 1969.

intervenções futuras na cidade. Em áreas do saber como a sociologia, a antropologia, a biologia, a pesquisa de terreno e a metodologia científica é fundamental para o desenvolvimento do trabalho de investigação, mas tanto o urbanista como o arquiteto parecem ainda ignorar este facto.

As cidades são planificadas à distância, não interessa o seu património físico, histórico e social. Projetar um bairro ou um edifício é intervir diretamente num *habitat*, com consequências diretas na vida e nos destinos dos que o habitam, cujos resultados só são visíveis a médio e longo prazos.

O *tempo do urbano* é diferente do tempo do *social*, daí que os nossos projetos sirvam a mais do que uma geração, cujas realidades económicas e sociais podem divergir. Estamos a construir um *hardware* (cidade), para um *software* (população) que não controlamos. Na cidade tradicional tudo era mais fácil. A cidade ia crescendo em função dos interesses das suas gentes – o *tempo do urbano* coincidia com o *tempo do social*. Os bairros tradicionais são aqueles que se adaptam constantemente às diferentes realidades económicas. Estes bairros, salvo raras exceções, estão ligados ao seu núcleo histórico e transportam dentro de si uma identidade coletiva que faz parte da memória da cidade.

A mudança de paradigma passa essencialmente por uma nova leitura do espaço físico e social, entendendo a cidade na sua microescala e não na macro onde tudo parece igual. Contudo, a cidade tem uma história e uma narrativa que é fundamental perceber para depois se poder intervir.

A *unidade de bairro* permite vários ritmos e escalas de intervenção, diferenciados, tendo como consequência uma renovação permanente do espaço urbano. Qualquer operação de regeneração urbana⁹ necessita de um estudo aprofundado do espaço físico e social, sendo a escala de intervenção mais pequena e limitada, no espaço e no tempo. O papel do arquiteto é fundamental, domina a escala do edifício, da Rua e do Quarteirão. A sua formação académica transmite-lhe competências que vão desde a teoria da arquitetura, passando pelo urbanismo, ciências sociais e terminando no projeto. No entanto, na maioria das vezes, não faz uso desta sua formação humanista e focaliza-se essencialmente na função e na estética, esquecendo tudo o resto. Guel (2009, 30) entende que a vida entre os edifícios é muito mais importante e interessante que qualquer combinação de betão colorido. A cidade do desejo é a cidade que se faz desejada e que estimula os nossos sentidos.

O sociólogo tem outra visão da cidade, vê-a como um espaço de interação social, de convivência, de produção de símbolos e de identidade, olhando para a cidade nas suas várias facetas e a partir da perspetiva de quem a vive e usa. A perceção dos problemas sociais, que são causados pelo projeto urbano, será dada pelo sociólogo ao arquiteto. Esta área específica do conhecimento deverá ser uma das maiores ferramentas do arquiteto/urbanista. O seu trabalho de investigação é de importância fundamental para a

⁹ Entende-se como regeneração urbana todas as intervenções a levar a efeito na cidade – ao nível do tecido urbano e do edificado existente – tendo como objetivo a sua revitalização física e social, segundo princípios de sustentabilidade. Um exemplo deste trabalho foi o levado a efeito por Jaime Lerner, na cidade de Curitiba, Brasil, ou no bairro de Saint-Roch, no Quebec, Canadá.

monotorização de qualquer intervenção urbana, desde que o mesmo não termine no ato da conclusão.

O espaço urbano para as ciências sociais é o “cenário” sobre o qual se movem os atores. O antropólogo/etnógrafo, complementarmente ao sociólogo, tenta perceber de que forma o ser humano interage com o espaço físico que o rodeia, recorrendo à observação direta. Esta visão do espaço urbano leva-nos a uma outra questão que tem a ver com o conceito de limite. Qual é o limite de intervenção?

Efetivamente, para o geógrafo, para o urbanista e para o arquiteto, a definição de limite¹⁰ é fundamental, atendendo a que é importante perceber onde começa e termina a intervenção urbana. O limite é uma unidade quantificável. Ao conceito de cidade e de bairro esteve desde sempre associado o conceito de limite. No entanto, à medida que as cidades vão crescendo e se vão compactando, a noção de limite vai-se perdendo, torna-se confusa. Já não existe uma barreira física a separar um bairro de outro ou uma cidade de outra.

No início do século XX, a cidade de Lisboa tinha os limites perfeitamente definidos, tal como outras cidades europeias – começava no Rio Tejo e terminava na 1ª circular, junto à linha de baluartes. Hoje, os limites físicos da cidade a norte não são perceptíveis, devido ao contínuo urbano. O limite da cidade já não é físico, mas administrativo e simbólico. Existe uma mudança de escala, quer a nível da cidade quer a nível de bairro. Desta forma é interessante, para a nossa investigação, a perspetiva de Aldo Rossi na definição de limites de bairro:

“Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função própria; logo, a transformação de um destes elementos é suficiente para fixar o limite do bairro (...).” (2001, 88)

Rapoport (1978) tem uma visão menos abrangente, já que para este autor os bairros existem quando existe uma coincidência entre as dimensões físicas e sociais ou quando há um esquema socioespacial significativo para as pessoas, podendo os seus limites serem claros ou difusos. No entanto, para Lefebvre (1975, 199) o bairro é a essência da realidade urbana, criticando contudo a “ideologia de bairro”, mas definindo-o como a sua génese. Segundo ele *“(...) o único procedimento científico para compreendê-lo, para defini-lo, determinando os seus limites e o seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade e não como conjunto de elementos”,* ou seja, o limite de bairro tende para o limite da cidade. Se nos abstrairmos do conceito de bairro, por definição ligada ao limite físico, então podemos encontrar vários “bairros” dentro do mesmo bairro, da mesma forma que é possível encontrar várias “cidades”, a que chamamos bairros, dentro da mesma cidade.

Segundo o nosso ponto de vista, a *unidade de bairro* é o elemento mínimo de intervenção na escala da cidade, ligando uma narrativa urbana, territorial e social como fatores

¹⁰ Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo IV, página 2279, ‘limite’ significa “linha que determina uma extensão espacial ou que separa duas extensões; linha de demarcação; raia (...)”

potenciadores da sua identidade. É fundamental reabilitar o termo “bairro”, destituindo-o da sua carga negativa e pondo fim às controvérsias, na medida em que o vocábulo é defendido por uns e posto em causa por outros, devido à conotação negativa associada ao termo bairro social.

Muitas são as discussões sobre o futuro da cidade, que constituem uma das maiores incógnitas da humanidade, devido à perda de qualidade de vida urbana. Questiona-se a capacidade dos técnicos, detentores do conhecimento, de produzir uma cidade sustentável, solidária, humanizada, capaz de responder aos desejos de uma população maioritariamente urbana (Fortuna, 2009). Entendemos que a mudança de paradigma passa essencialmente por uma nova leitura do espaço físico e social – a cidade na sua micro-escala. A cidade tem uma história e uma narrativa que se associa a cada um dos seus bairros e que é fundamental preservar.

Bibliografia

- Alves, Daniel R. (2004), *Evolução das freguesias da cidade de Lisboa ao longo do século XIX*, Atlas do. Bandeirinha, José António (2007), *O Processo Saal e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Brain, D. (2005), “From Good Neighborhoods to Sustainable Cities: Social science and the social agenda of the new urbanism”, *International Regional Science Review*, 2, 28, pp. 713-721.
- Brown, A. L., Khattak, A. J., Daniel A., Rodriguez (2008), *Neighbourhood Types, Travel and Body Mass: A Study of New Urbanist and Suburban Neighbourhoods in the US*. *Urban Studies.*, 45, Nº 4, pp. 963-988.
- Cardoso, A., Silva, M. (1993), *A outra face da cidade: Pobreza em Bairros Degradados de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Castells, Manuel (1981), *La Question Urbaine*, Paris, F. Maspero.
- Calvino, Italo (2003), *As Cidades Invisíveis*, 6ª Edição, Lisboa, Teorema.
- Choay, Françoise (1965), *Urbanisme, Utopies et Réalités*, Paris, Ed. Seuil.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, João Pedro (2005), *O Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*, 2ª Edição, Lisboa, Livros do Horizonte.
- Diputació Barcelona (2005), *Ciutats en (re)construcció: necessitats socials, transformació i millora de barris*. Barcelona: Col·lecció Estudis, Sèrie_Territori, 5.
- Forrest, R., Kearns, A. (2001), “Social cohesion, social capital and the neighbourhood”, *Urban Studies*, 38, Nº 12, pp. 2125-2143.
- Forrest, Ray (2008), “Who cares about neighbourhoods?”, *International Social Science Journal*. 59, nº 1, pp. 129-141.
- França, José Augusto (2005), *Lisboa: Urbanismo e Arquitetura*, 5ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte.
- Fraser, J., Lepofsky, J. (2004), “The uses of knowledge in neighbourhood revitalization”, *Community Development Journal*, Nº 1, 39, pp. 4-12.
- Gehl, Jan (2009), *La humanización del Espacio Urbano: La vida social entre los edificios*, Barcelona, Editorial Reverté.
- Grant, Jill (2005), *Planning the good community: New urbanism in theory and practice*, Taylor & Francis, Routledge.
- Gruis, Vicent, Visscher, Henk, Kleinhans, R. S. (2006), *Sustainable Neighbourhood Transformation*, IOS Press.
- Humber, W, Soomet, T. (2006), *The neighbourhood imperative in the sustainable city*, Southampton, WIT press, UK.

- Jacobs, Jane (2000), *Morte e vida de grandes cidades*, S. Paulo, Martins Fontes.
- Jodi Borja (2003), *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza Editorial.
- Kleit, Rachel G. (2005), *HOPE VI New Communities: Neighborhood Relationships in Mixed-Income Housing*. *Environment and Planning A*, 37, pp. 1413-1441.
- Lamas, José (2000), *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para a Ciência e Tecnologia.
- Lisboa, Câmara Municipal de (1993), *Pelas Freguesias de Lisboa: Benfica, Carnide Ameixoeira, Charneca, Lumiar*, Lisboa.
- Lisboa, Câmara Municipal de (2000), *Lisboa o Outro Bairro: Cravos, Olaias e Malapaços*, Lisboa.
- Lisboa, Câmara Municipal de (1999), *Lisboa o Outro Bairro: Os Provisórios do Estado Novo*, Lisboa.
- Lefebvre, Henri (1968), *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos.
- Lefebvre, Henri (1971), *Barrio y Vida de Barrio – De lo Rural a lo Urbano*, Barcelona, Ediciones Península, pp. 195-200.
- Mercier, Guy (2003), “The Rhetoric of Contemporary Urbanism: A Deconstructive Analysis of Central City Neighbourhood Redevelopment”, *Canadian Journal of Urban Research*, 12, Nº 1, pp. 71-98.
- Moulaert, F., Nussbaumer, J. (2005), “Defining the social economy and its governance at the neighbourhood level: a methodological reflection”, *Urban Studies*, 42, Nº 11, pp. 2071-2088.
- Rowe, Colin (1978), *Collage City*, Cambridge Massachusetts, MIT press.
- Rapoport, Amos (1978), *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Rossi, Aldo (2001), *A Arquitetura da cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Solá-Morales, Manuel (1996), *Contra el Modelo de Metropolis Universal*, Congreso Interanacional de la UIA, Barcelona, pp. 99-104.
- Shane, David Grahame (2005), *Recombinant urbanism: conceptual modeling in architecture, urban design, and city theory*. Chichester, West Sussex, England, Wiley-Academy.
- Silva, Carlos Nunes (1994), *Políticas Urbanas Lisboa: 1926-1974*, Lisboa, Livros do Horizonte.
- Tafari, Manfredo (1973), *Per Una Critica D'ell Ideologia Architecttonica – Contropiano*, Bari, Laterza.
- Van Lenth, F. J., Brug, J., Mackenbach, J. P. (2005), “Neighbourhood inequalities in physical inactivity: the role of neighbourhood attractiveness, proximity to local facilities and safety in the Netherlands”, *Social science & medicine*, 60, Nº 4, pp. 763-775.
- Venturi, R. (1972), *Learning from Las Vegas*, Cambridge Massachusetts, MIT Press.

Projectar a Cidade Entre Bairros

Lisboa, um Projecto de Cidade em Mudança

CARLOS HENRIQUES FERREIRA*

Resumo

O bairro constitui um elemento chave na identidade da cidade, fazendo parte da complexidade e controvérsia do seu processo de construção ao longo do tempo. Nas últimas décadas, o rápido crescimento urbano da cidade tem contribuído para a mudança do sentido de identidade dos lugares, deixando espaço para novas interrogações sobre o conceito de bairro e sobre o seu papel na cidade. A perspectiva tradicional de valorização do bairro como unidade de vida colectiva confronta-se com novas práticas e novas formas de interacção física e social que permitem questionar o bairro enquanto célula elementar da sociedade urbana. Neste contexto, ensaia-se na cidade de Lisboa uma reflexão crítica sobre as perspectivas de valorização do bairro num projecto de cidade. Entre confrontos e ambiguidades sobre a reabilitação física e social dos bairros de Lisboa, exploram-se as abordagens do planeamento, as interpretações e visões de bairro enquanto operação no projecto de consolidação e expansão da cidade.

Palavras Chave: bairro, projecto, planeamento urbano, requalificação urbana, Lisboa.

Abstrat

The neighborhood is a key element in the identity of the city as part of the complexity and controversy of its construction process over time. In the last decades, the fast urban growth has contributed to change the sense of identity of places, pointing for new questions about the concept of quarter and its role in the city. The traditional perspective of value of the neighborhood as a unit of collective life is faced with new practices and new forms of physical and social interaction allowing the questioning of the neighborhood as an elementary cell of urban society. In this context, we tested in the city of Lisbon a critical reflection on the perspectives for the recovery of the value of the neighborhood in a city

* Professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), Investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD).

project. Between clashes and ambiguities about the physical and social rehabilitation of quarters of Lisbon, we explore the different approaches of planning, its interpretations and visions of the neighborhood as an operation in the project of consolidation and expansion of the city.

Keywords: neighborhood, project, urban planning, urban renewal, Lisbon.

Dialécticas da Cidade e das Dimensões da Unidade Bairro

A cidade entre bairros contempla uma dialéctica sucessiva entre permanência e mudança, entre a apropriação das formas do passado pelo presente e o seu projecto de futuro. No processo de crescimento e expansão da cidade, o seu tecido antigo é objecto de valorização, de reconhecimento identitário, assumindo-se como reserva da memória colectiva. A cidade velha, como reflexo das formas de consolidação mais antiga, acumula o valor simbólico da cidade, incorporando também um sentido de erosão pelo tempo numa justaposição de formas construídas que se confrontam com os desafios de novos processos de apropriação e adaptação às necessidades actuais. A distinção entre as partes da cidade diluem-se no tempo, as suas fronteiras perdem ou ganham sentido numa amplitude de dimensões físicas, sociais e culturais em permanente mudança.

É o processo de expansão e a expressão da nova cidade que vai acentuar a percepção do tempo nas formas de consolidação mais antigas. As formas de um tempo mais distante, distinguem-se das formas da expansão, assumindo-se como imagens aparentemente coesas, unidas pelo passar do tempo e referenciadas como “áreas históricas”. Num processo de reconhecimento e valorização da cidade antiga, esta é reduzida a uma espécie de totalidade museológica, camuflando o sentido histórico das suas fronteiras internas, de uma cidade entre bairros, ou de bairros históricos que já foram considerados como a totalidade da cidade. É neste contexto, de tempos de cidade e das suas delimitações, que o conceito de bairro assume um papel importante como reflexão do sentido de permanência e mudança da cidade.

O conceito de bairro, estudado por vários autores, é amplo e incorpora reflexões profundas sobre as dialécticas entre a cidade e o bairro. Explorando a sua etimologia, o *barri*, de origem árabe, associa o sentido de bairro a uma parte distinta, além da própria cidade. Considerando o *quartier*, utilizado na língua francesa, salienta-se um maior ênfase do bairro como resultado de divisão da cidade em diversas partes. Além das explorações etimológicas, o interesse pelas dialécticas entre bairro e cidade está presente no trabalho de vários autores, saliente-se as investigações de Aldo Rossi, Kevin Lynch ou Leon Krier, sobre a importância do bairro na estrutura da cidade. Numa procura de articulação entre as estruturas físicas e sociais do bairro e da cidade, destaque-se os trabalhos de Georg Simmel, Henri Lefebvre, Amos Rapoport, entre um vasto leque de sociólogos que exploram estes compromissos. Com definição imprecisa, para Lefebvre, o Bairro assume-se como o “*ponto de contacto entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de passagem de um a outro (...) é uma forma de organização do espaço e do tempo de uma cidade*”. Uma das questões que mais se distingue nas pesquisas sobre bairro, é o sentido de unidade ou de delimitação do mesmo, o bairro não assume uma delimitação concreta como muitas vezes se impôs à cidade, através de muralhas, ou outras fronteiras físicas e administrativas. As delimitações de bairro reflectem mecanismos de diferenciação morfológica, económica e social, incorporando atributos de localização, de períodos de consolidação histórica, de tipologias de construção, funções ou grémios, grupos sociais, económicos ou nacionalismos. Como exemplo, salientam-se algumas das referências conhecidas, Bairro Alto, SoHo (*South of Houston*), Bairro Gótico, Bairro das Indústrias,

Bairro dos Pescadores, Bairro dos Actores, Bairro Operário, Bairro Chinês (*China Town*), Bairro da Mouraria e Bairro Italiano (*Little Italy*). Os vários bairros referidos incorporam de alguma forma um sentido de história das formas de agregação urbana, ou de expressão cultural dos seus grupos sociais.

No contexto das dialécticas de apropriação histórica da cidade e do seu projecto de futuro, destaca-se a ideia de “bairro-operação”, o bairro novo, o bairro enquanto projecto que vai integrar a história da cidade mas que, num determinado momento, ainda é uma abstracção, uma visão dos compromissos entre as formas físicas e os conteúdos sociais. Como projecto de uma cidade entre bairros, Lisboa incorpora uma forte carga simbólica nos seus bairros históricos, mas também deixa um importante legado de “bairros-operação”, que em determinados períodos reflectiram compromissos de um projecto de cidade entre bairros, com uma visão expressiva das forças políticas, económicas e sociais da época. Este sentido de um projecto de cidade em mudança, que podemos reconhecer em diversos períodos na história de Lisboa, constitui-se como fio condutor exploratório sobre o valor de um Plano de cidade, como integrador dos tempos de fazer cidade e como expressão de uma cultura urbanística por vezes pouco reconhecida e desvirtualizada.

O “bairro-operação” invoca a importância de uma unidade de planeamento no contexto de um projecto de expansão da cidade, ganhando diferentes dimensões em função dos contextos político-económicos e culturais nos seus diferentes tempos de produção. Como exemplos mais antigos em Lisboa, pode-se referenciar o loteamento do Bairro Alto, a grande operação urbanística de Reconstrução da Baixa Pombalina, ou no contexto do Plano de Melhoramentos de Lisboa, os novos bairros burgueses que se estruturaram a partir das Avenidas Novas. Vários destes exemplos vão sendo integrados no que, actualmente já podemos considerar, bairros históricos, pela expressão da consolidação alargada no processo de expansão, que seguramente será estendido aos sucessivos “bairros-operação” que se vão integrando nas novas formas da cidade compacta, alargada e enriquecida pelas suas narrativas urbanísticas.

Como referência exploratória de um projecto da cidade entre bairros, onde se pretende destacar as dialécticas dos “bairros-operação” na cidade de Lisboa, reconhecemos a importância do Plano Director, como um dos marcos mais ambiciosos de um projecto de cidade, vinculando-se à totalidade do território concelhio. O Plano Director de Lisboa de 1948 constituiu assim um primeiro marco exploratório, ao qual se sucederam outros Planos Directores, Planos Regionais e Planos Estratégicos. Destacam-se as dialécticas entre várias operações urbanísticas e um projecto de cidade, acentuando-se também os confrontos entre permanência e mudança, entre a cidade nova e a cidade velha que vai crescendo com a erosão do tempo. O sentido de delimitação dos bairros e da cidade perde e ganha novos contornos, com o aumento da complexidade das formas urbanas e da mobilidade, mas também com novos processos de interacção social, que se acentuam através de novas tecnologias de informação e comunicação, as quais interagem com as dinâmicas dos processos de planeamento e com os sucessivos projectos de cidade.

Os Bairros Económicos entre um Projecto de Cidade no Plano Director de Lisboa de 1948

A ideia de “bairro-operação” ganha novos protagonismos no início do século XX, com os bairros de casas económicas, principalmente com os Decretos 23 052 e 22 909 respectivamente de 1932 e 1933, particularmente nas suas dialécticas com um projecto de cidade que se expressava no novo Plano Director de Lisboa de 1938-48. Ao longo da década de trinta, assistia-se a uma nova conjuntura política, associada ao Estado Novo, na qual emergia uma cultura urbanística impulsionada pelo ministro Duarte Pacheco (LÔBO, M.S., 1995). O planeamento urbanístico de influência internacional, afirmou-se através de pequenas operações, expressando uma visão eclética entre fragmentos conceptuais diversos, que incorporava as heranças das avenidas burguesas, do movimento da Cidade-Jardim e da Cidade-Bela, igualmente incluindo referências das experiências residenciais inglesas, holandesas, italianas e alemãs, entre outras. Neste contexto, destacavam-se em Lisboa os exemplos dos bairros sociais do Arco Cego e da Ajuda (lançados na 1ª República, Decreto 4415, 1918). De maior dimensão e complexidade desenvolvia-se o Plano integrado de Alvalade, entre vários outros bairros de casas económicas então em estudo. Esta década tinha como principal marco urbanístico o Decreto 24 802, de 21 de Dezembro de 1934, que referenciava pela primeira vez a figura de Plano Geral de Urbanização e Expansão (PGUE). Com particular importância, refira-se o Plano para a Costa do Sol, entre 1935 e 1937, dirigido inicialmente por Alfred Agache, um Plano com carácter supra municipal, enquadrado respectivamente pela Lei 1909, e pelos Decretos 26 762 e 27 601, o Gabinete do Plano da Costa do Sol constituiu um espaço de experimentação importante para as décadas que se seguiram. A influência de vários urbanistas estrangeiros em Lisboa é marcante com a figura de Etienne de Groer, que a convite de Duarte Pacheco desenvolveu os Planos Directores da Costa do Sol e de Lisboa, este urbanista ficou conhecido pela influência da Cidade-Jardim em Portugal (LÔBO, M. S., 1995).

O arquitecto Etienne de Groer assumiu a figura de urbanista consultor da autarquia em 1938, estabelecendo uma posição crítica sobre a desarticulação dos processos de urbanização em vigor, o que deu origem a um programa preliminar. O urbanista estabelece vários princípios, tais como o controlo do crescimento urbano, a aplicação do zonamento e o reforço da vida interna dos novos bairros, com equipamentos sociais e culturais, como uma estratégia de autonomia dos novos “bairros-operação” que se estruturavam num novo projecto de cidade entre bairros para Lisboa. No contexto de uma moderna rede de acessibilidades em projecto, de novos centros funcionais para a cidade, principalmente na envolvente da área proposta para o Aeroporto, ou do novo Parque do Monsanto, os bairros de casas económicas, sustentados por áreas expropriadas e por processos específicos de financiamento, assumem um novo papel na cidade. Estes novos bairros estabelecem-se entre a autonomia da cidade central plurifuncional e o afastamento físico e mental do seu centro urbano de referência, reafirmando um ideal de “aldeia urbana”, uma espécie de Cidade-Jardim nos limites de expansão urbana da cidade de Lisboa. Os vários bairros associados, em parte, a uma forte política intervencionista, com destaque para a

figura do ministro Duarte Pacheco, integravam-se numa estratégia dirigida à eliminação do monopólio privado do solo urbano, com implementação de grandes obras públicas. Neste contexto de mudança, foi importante a alteração de uma política de solos favorável ao poder público com o DL 28 797 de 1938, que facilitava o processo de expropriação. Os bairros de casas económicas constituíram-se como um processo desenvolvido de forma articulada com os estudos parcelares do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa (PGUEL-1938-48). Destes novos bairros, refira-se os exemplos de Campolide, Encarnação, Caselas, Madre de Deus, Restelo, Alvito, Santa Cruz de Benfica, em conjunto com outros bairros da responsabilidade do Ministério das Obras Públicas (DGEMN) e elaborados com a Câmara Municipal de Lisboa (SILVA, C.N., 1994), onde se destaca a autoria dos arquitectos Paulino Montez, Luís Benavente e Keil do Amaral. Em 1944 foi promulgada a Lei 2018, que pretendia responder a novas pressões políticas, como enquadramento do Plano de Urbanização de Lisboa, a Câmara assumiu o Plano Director concluído em 1947, procedendo à sua aprovação em 1948, mas sem aprovação por parte do governo.

Os diversos bairros resultantes, por um lado, das ideias urbanísticas da Cidade-Jardim, assumem-se como expressões particulares do contexto político e económico nacional e de uma estética tradicionalista, vinculada à reinterpretação da aldeia portuguesa, sobre uma matriz de traçado moderno. Os novos bairros destinados a funcionários públicos, caixas de previdência e outros sistemas cooperativos, integram-se na cidade de bairros modernos, numa dialéctica social segregadora e funcionalmente polarizadora, promovendo uma alargada rede de equipamentos e acessibilidades realizadas nas décadas seguintes. As dinâmicas da cidade do Plano Director incorporaram várias unidades bairro polarizadas na cidade (Figura 1), novos lugares para a habitação social e económica moderna, às quais se juntaram mais tarde também um conjunto de unidades bairro com carácter provisório, representando a necessidade de dar resposta à habitação degradante que foi proliferando na cidade e aos desalojamentos decorrentes das novas obras públicas a realizar.

No contexto das várias realizações que expressavam a visão imperial de uma cidade moderna, os compromissos entre as visões do Estado Novo e de uma geração de arquitectos modernistas, ao longo dos anos quarenta, revela desfasamentos curiosos (FRANÇA, J.A, 1997) entre o desenho dos Planos e as imagens que definiram sobre os mesmos, onde se expressam exemplos parcelares como no Projecto do Areeiro de Cristino da Silva em 1938 ou no Plano Integrado de Alvalade de Faria da Costa, em busca de uma nova ordem entre tradição e modernidade. Ao ano da conclusão do Plano Director de 1948, está também associado o 1º Congresso Nacional de Arquitectura, destacando-se os temas da Arquitectura Nacional e do Problema da Habitação. Neste contexto, expressa-se a ideia de modernidade de urbanização e autoritarismo do Plano (FERREIRA, A.F., 1987), contribuindo no entanto com um quadro legislativo importante, de contornos ambíguos, ao qual se associa uma urbanística à Duarte Pacheco (GONÇALVES, F., 1981), com a criação de vários regimes especiais de expropriação, salientando-se as comemorações dos centenários, no contexto da Exposição do Mundo Português, a florestação da grande área do Parque do Monsanto e as áreas de expansão residencial no Restelo e



Fig. 1 – O Plano Director de Lisboa de 1948 e alguns bairros do Estado Novo em Alvalade, Restelo e Madre Deus.

Alvalade. O Plano de Alvalade assumiu grande importância nos seus desenvolvimentos ao longo da década de cinquenta, onde se começaram a afirmar os pressupostos da cidade modernista (TOSTÕES, 2001), com influência sobre novas áreas de expansão e renovação da cidade.

A Cidade Modernista e a sua Crítica nos Bairros-Operação do Plano Director de 1959-67

Após a aprovação do Plano Director de 1948, registaram-se significativas mudanças políticas, os efeitos do pós-guerra alteraram as visões, económica e social, do Estado Novo contribuindo para um maior controlo das actividades. Na segunda metade dos anos quarenta o quadro legislativo limitava os processos de expropriação, destacando-se também uma nova política económica mais direccionada para a industrialização, desta forma o peso da propriedade fundiária, acentuou a construção ilegal e clandestina. Na década de cinquenta surgiram os Planos de Fomento Económico, com o primeiro para o período de 1953-58, prevendo investimentos em várias áreas a efectuar pelo sector público e privado, principalmente na indústria. Neste período lançaram-se as bases para uma política de “*welfare State*”, através do ministério das Corporações e Previdência Social, com uma grande importância na articulação entre o planeamento municipal e os programas de habitação social (SILVA, C.N, 1994). Num contexto, de novas oportunidades de produção de cidade, através dos programas de habitação social, é criado o Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) em 1954, com o objectivo de actualização dos pressupostos do Plano Director de 1948. O GEU passou a constituir-se como um foco de formação técnica e actualização de competências nas questões da habitação. No processo de actualização

e formulação de um novo Plano Director, verificou-se uma mudança significativa no paradigma da produção urbana, os princípios da Cidade-Jardim presentes nos bairros de renda económica do Plano anterior foram substituídos pelos princípios da cidade modernista da Carta de Atenas, com efeitos nas tipologias da habitação e nos modelos de agregação residencial. Em 1959 Lisboa tinha um novo Plano não aprovado, seguindo grande parte das premissas do Plano anterior, integrando o trabalho do GEU relativo às novas urbanizações dos Olivais e um conjunto de desenvolvimentos de infra-estruturas como a construção da nova ponte sobre o Tejo, ligação Alcântara-Almada, a auto-estrada que contornava o Monsanto e as duas auto-estradas do Norte e Sul. Do trabalho do GEU salientam-se os estudos de pormenor em Olivais Norte desenvolvidos entre 1955 e 1957, pelos arquitectos Falcão e Cunha, Bartolomeu Costa Cabral, Reis Machado e Alves Mendes. O novo contexto do pós-2GG interfere nas referências do Plano de Alvalade, que se encontrava em revisão, incidindo sobre os programas de reconstrução das Cidades-Novas inglesas, como Harlow, ou nos novos bairros modernistas na envolvente de Londres como em Roehampton. Nos novos pressupostos modernistas, acentuava-se a hierarquização viária e a exploração das relações entre as funções da habitação, comércio, lazer, equipamentos escolares, onde as formas construídas se apresentavam como massas edificadas sobre novos espaços verdes a privilegiar, libertando os edifícios das condicionantes viárias e da geometria de quarteirão tradicional. As propostas dos novos conjuntos residenciais, com um carácter experimental, assumiram as tipologias de torres ou bandas, compostas no contexto da nova estrutura urbana. Em paralelo com a revisão das propostas do Plano de Alvalade, definia-se o primeiro “bairro-operação” modernista em Olivais Norte.

Com a extinção do GEU, criou-se o Gabinete Técnico de Habitação (GTH) para dar resposta aos problemas da habitação, relacionado com os desenvolvimentos do novo Plano Director de Urbanização do final da década de cinquenta, o PDUL-59. Neste período foi necessário enquadrar novos desafios, com os realojamentos habitacionais decorrentes em parte das grandes infra-estruturas previstas, incluindo a nova travessia sobre o Tejo. A década de sessenta continuava a afirmar-se como um período de grandes ensaios no âmbito de novos “bairros-operação”, salientando-se a importância do DL 42454 de 1959, destacando-se a construção dos primeiros fogos de Olivais Norte em sessenta e uma nova visão crítica sobre a cidade modernista, que se reflectia nas propostas para Olivais Sul e para Chelas. O Plano de Olivais Sul, desenvolvido a partir de 1960 no GTH da Câmara Municipal de Lisboa pelos arquitectos José Rafael Botelho e Carlos Duarte e com o envolvimento dos arquitectos Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Freitas, entre outros, representou uma nova concepção nas formas de agregação residencial, influenciada pelos exemplos de Cumbernauld, explorando a hierarquização de várias células em volta de um centro cívico-comercial, que só se veio a realizar na década de noventa. No início dos anos sessenta, outra grande área da cidade é objecto de urbanização no âmbito do Plano de Chelas, dos arquitectos José Rafael Botelho, Francisco Silva Dias, João Reis Machado, Alfredo Silva Gomes, Luís Vassalo Rosa e Carlos Worm. O novo Plano apontando para uma maior densificação, procurava também corrigir os efeitos de fragmentação das experiências de Olivais Sul, com novas influências dos exemplos de Hook e de Toulouse-le-Mirail, com particular importância nos estudos de Candilis,

Josic e Woods. A proposta de Chelas apontava para novos compromissos entre a forma urbana, os edifícios e o espaço envolvente, que foram sendo objecto de revisão ao longo do tempo, principalmente por dificuldades no processo de expropriação da área do Plano (HEITOR, T.V., 2001).

As mudanças que se desenvolveram ao longo da década de sessenta, levaram à criação de uma comissão para avaliar a necessidade de revisão do Plano Director, decidindo-se pela encomenda da revisão do Plano ao urbanista George Meyer-Heine (1905-1984). O novo Plano Director reforçava algumas linhas de orientação importantes, como a divisão da cidade em unidades de ordenamento, com vida própria e estudadas à medida da sua expansão (Figura 2).

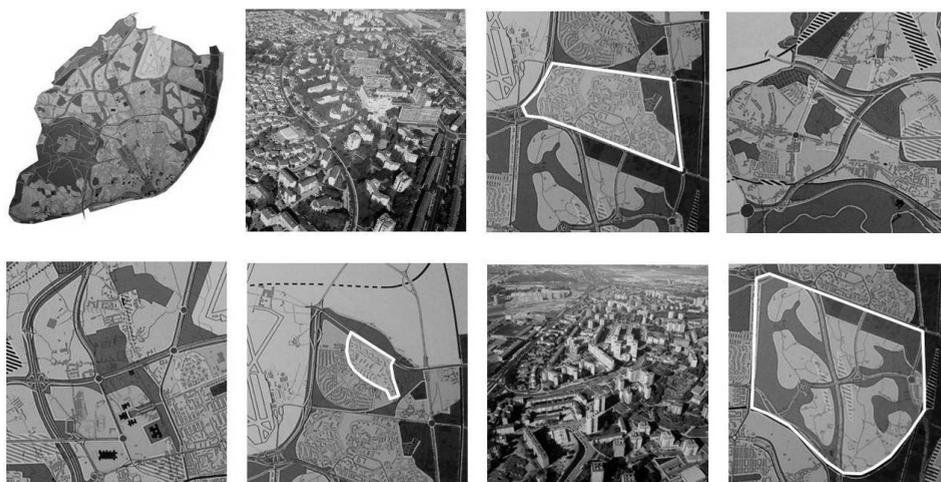


Fig. 2 – O Plano Director de Lisboa de 1967 e os vários bairros-operação do GEU e do GTH, Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas.

Neste período é importante considerar os estudos do Plano da Região de Lisboa e os fluxos decorrentes da nova ponte, inaugurada em 1966. Durante os desenvolvimentos do Plano continuavam os trabalhos de urbanização e construção de habitação social pelo GTH e da Direcção de Serviços de Urbanização e Obras (DSUO). As mudanças da nova filosofia de habitação e urbanização apontavam para uma maximização da ocupação do lote, assumindo a densidade populacional como premissa base para estabelecer os volumes de construção.

Os desenvolvimentos do Plano de 1966-67, assumiam uma vertente racionalista, onde várias unidades de ordenamento, com funções específicas se deveriam articular com a rede viária, e com os espaços reservados a parques e aos grandes equipamentos públicos. Neste conceito de planeamento as unidades residenciais incluíam para além da habitação, vários serviços complementares, emergindo um projecto de cidade entre os novos bairros sustentados nos princípios modernistas, mas também nas críticas e alternativas ao modernismo da Carta de Atenas.

O processo dos sucessivos Planos Directores de Lisboa foi marcando uma dialéctica muito própria entre uma visão de cidade e a construção de novos bairros que representaram diferentes concepções de agregação física e social. O fomento da actividade industrial e o aumento do aparelho de Estado associados a um projecto moderno de cidade, impulsionaram os novos bairros marcados por processos de alojamento e realojamento decorrentes da necessidade de libertar áreas para a construção de novas infra-estruturas. Neste processo, deslocaram-se pessoas, atraindo novos fluxos de gente ao serviço de um projecto de urbanização e modernização da cidade, com novos compromissos no reconhecimento dos núcleos históricos, e novos ensaios sobre as formas de fazer cidade.

Experimentalismo crítico da Cidade Bairro ao longo dos anos 70 e 80

Após em período de grande diversidade de ensaios nas formas de produção urbana e nas relações entre os “bairros-operação” e os Planos Directores, os anos setenta evidenciam uma nova fase de experimentalismo crítico no âmbito das tipo-morfologias. Numa afirmação ainda recente dos princípios da cidade modernista ensaiados em Olivais Norte, os desenvolvimentos de Olivais Sul revelavam já uma visão crítica sobre os princípios da Carta de Atenas, embora com resultados relativamente ambíguos e com um carácter excessivamente fragmentado. Novos ensaios foram surgindo, explorando as relações da habitação colectiva e as suas formas de agregação, principalmente nos novos bairros-urbanização gerados no GEU e no GTH, onde o Plano de Chelas se apresentava como um espaço de experimentação nas suas diversas áreas em desenvolvimento. As heranças dos estudos de urbanização dos anos sessenta buscavam novos compromissos referenciados nos arquitectos nórdicos, principalmente em Candilis e Woods, numa experimentação direccionada para a evolução permanente dos pressupostos da arquitectura e da cidade (PORTAS, 2005). Os estudos do então novo Plano Director lançados em finais de sessenta deixaram uma base consolidada sobre as áreas de experimentação dos novos bairros de habitação social. Em 1971 criou-se a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), associando-se a esta empresa as novas promoções de urbanização pública em Lisboa, salientando-se o Plano do Alto do Restelo (1971-73) de Teotónio Pereira e Nuno Portas, o Plano de Telheiras (1973-74) de Pedro Vieira de Almeida e Augusto Pita, dos desenvolvimentos em Chelas na década de setenta saliente-se o conjunto da “Pantera Cor de Rosa” (1972-74, 75-79) de Gonçalo Byrne e Reis Cabrita, ou o conjunto dos “Cinco Dedos” de Vitor Figueiredo (1974), todos paradigmáticos de uma nova procura nas formas de produzir cidade explorando as relações tipo-morfológicas.

O Plano Regional de Lisboa, lançado na década de sessenta foi objecto de revisão em 1972-73, equacionando as novas dinâmicas do crescimento urbano na cidade de Lisboa e na sua periferia, na qual se verificava uma rápida expansão urbana decorrente da iniciativa privada de urbanização, suportada no regime dos loteamentos urbanos de 1965 e na sua revisão de 1973 (DL 289/73), afirmando-se entre as ambiguidades de

planos municipais e regionais não aprovados. Com a revolução de 1974 e o culminar de um cenário político crítico, a revisão do planeamento regional ficou suspensa, assim como várias outras iniciativas urbanísticas na cidade, onde se incluem exemplos como as propostas para a Avenida da Liberdade de Pedro Vieira de Almeida (1970-73) ou para o Martim Moniz de Filipe Lopes (1974). No período pós-revolução, surgiram outras prioridades e novas abordagens, envolvendo uma maior participação das populações relativamente às questões da habitação e apelando a um maior envolvimento das equipas projectistas, onde se destacava o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Várias destas operações SAAL deram expressão às novas ideologias de uma jovem democracia, com exemplos lançados em todo o país e num curto espaço de tempo (BANDEIRNIHA, 2007). Dos exemplos SAAL em Lisboa, salientam-se, o bairro Bacalhau Monte Coxo (1975-77) de Manuel Vicente e o bairro das FONSECAS (1975-77) de Hestnes Ferreira, Castro Caldas, Jorge Gouveia e Vicente Bravo. O final da década de setenta, apesar de contemplar a aprovação tardia do Plano Director da Lisboa em 1977, e das novas competências urbanísticas do poder local pela Lei 79/77, revelou-se como um período crítico nas questões de alojamento, acentuado pelos fluxos migratórios das ex-colónias e pela proliferação de habitação clandestina na cidade e na região de Lisboa, um processo se estendeu pelos anos oitenta.

Na nova década de oitenta assistiu-se a um grande aumento da oferta de habitação na área metropolitana de Lisboa, como resposta à incapacidade de oferta na cidade, salientando-se a importância dos novos desenvolvimentos decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 e dos financiamentos do crédito à habitação. Neste contexto, de expansão residencial e de algum descontrolo urbanístico generalizado com descoordenação entre o planeamento local e regional, revelaram-se os desencontros de aprendizagem dos instrumentos de planeamento e gestão urbanística de uma jovem democracia. Lisboa nos anos oitenta acolheu as ideias liberais, alheando-se em parte das suas heranças arquitectónico-urbanísticas, promoveram-se novas propostas arquitectónicas, resultantes de uma recente dialéctica americana-europeia com particular destaque para várias experiências pós-modernistas. A expressão Pós-moderna, ainda embrionária e ambígua parecia abraçar o novo ideal liberal das transformações da cidade (TOUSSAINT, 1994), com referências já lançadas no início de setenta no bairro das Olaias (1972-75) do arquitecto Tomás Taveira. Nos ensaios pós-modernos, a própria figura do arquitecto ganha um novo protagonismo a partir de Lisboa, com o exemplo de uma nova expressão de contemporaneidade registada no grande complexo das Amoreiras, que se assumiu como um novo ícone da cidade liberal Alfacinha (1980-87), também do mesmo arquitecto. As novas estruturas mistas de habitação, comércio e serviços, já ensaiadas na década de setenta, revelavam no complexo das Amoreiras uma nova escala e o desejo de modernização, presente na prosperidade liberal, que contrastava com a dimensão dos bairros histórico burgueses de Campo de Ourique e Campolide. Ao longo dos anos oitenta foram lançados novos projectos residenciais de iniciativa privada, destacando-se vários “bairros-operação” na envolvente de Benfica, nas Laranjeiras, no Alto dos Moinhos, em Telheiras, Sete Rios e no Lumiar com a Quinta do Lambert e o Plano do Alto do Lumiar, entre outros.

Apesar da visão progressista das novas propostas urbanas, Lisboa confrontava-se com a necessidade de implementar uma estratégia de reabilitação e revitalização urbana dos seus bairros históricos. Como testemunho de uma das intervenções extremas em tecido histórico e que se foi arrastando ao longo de décadas apresentava-se a indefinição da zona do Martim Moniz, objecto de concurso e de nova proposta em 1982, de Carlos Duarte e José Lamas. A intervenção em áreas históricas, apresentava-se como uma matéria complexa e delicada, salientando-se neste contexto, a importância da criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL) em 1985, com o objectivo de dar suporte aos projectos de reabilitação e salvaguarda das áreas históricas. As primeiras referências desta iniciativa foram os gabinetes de Alfama e Mouraria, seguindo-se o do Bairro Alto. Com grande impacto sobre a importância da reabilitação nas áreas históricas, refira-se o exemplo do incêndio do Chiado em 1988, uma catástrofe no coração da cidade, onde se revelaram profundas fragilidades na capacidade de prevenção e intervenção sobre o património histórico. No final dos anos oitenta estava desperta a consciência da necessidade de uma maior capacidade de reabilitar as áreas históricas. Refira-se o exemplo de três tipos de incidência sobre a reabilitação urbana: o centro histórico da cidade compacta mais antiga e monumental, como a Baixa e Colinas envolventes (Alfama, Mouraria, Castelo, Bairro Alto, Madragoa) e Belém; os sítios na periferia urbana – núcleos rurais antigos (Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Olivais Velho,) e os Pátios e Vilas Operárias. Como apoio à reabilitação urbana nos bairros históricos, saliente-se a importância de programas de financiamento como o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA, DL 4/88), uma espécie de alargamento do prévio Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID, DL 704/76, 449/83); e o Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD, Desp 1/88) com o objectivo de apoiar as câmaras nas operações de reabilitação ou renovação em áreas urbanas degradadas. É nesta diversidade de actuações que Lisboa entre bairros se vai afirmar em diversas frentes, incorporando a experiência de operações de reabilitação de bairros-históricos e os recentes ensaios de novas formas de agregação nos “bairros-operação”, associados ao seu projecto de expansão urbana.

Novos Desafios para um Projecto da Cidade entre Bairros na Transição para o Século XXI

No contexto da transição para o novo século e milénio contemplamos a última década do século XX e a primeira década do novo século XXI. Os anos noventa do século XX revelaram uma grande dinâmica no planeamento e gestão urbanística, com uma segunda geração de Planos Directores lançada através do DL 69/90, com a assunção da dimensão regional e metropolitana de Lisboa, através da criação da Área Metropolitana de Lisboa (AML) na Lei 44/91 e das bases do Plano Regional de Ordenamento Territorial da AML. No início da década destaque-se o Plano Estratégico de Lisboa (PE) em 1992, com um grande enfoque nas políticas de habitação, marcando um período de grande produção de habitação social em Lisboa com os apoios do Instituto de Gestão

e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) e do Instituto Nacional de Habitação (INH), através de acordos prévios com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) na década de oitenta. Saliente-se também o novo Plano Director Municipal de Lisboa, desenvolvido no âmbito de uma nova geração de Planos Municipais de Ordenamento do Território.

Destacam-se vários tipos de intervenção ao nível da habitação e da reabilitação urbana, nas quais o bairro aparece referido como uma unidade de intervenção. Das opções de reabilitação e reconversão urbanística refira-se uma reforçada atenção sobre o “casco velho” da cidade, principalmente as suas heranças medievais e renascentistas, como em Alfama, Mouraria, Bairro Alto, Bica e Madragoa. No âmbito dos tecidos históricos, incide-se também sobre as antigas estruturas rurais do arrabalde, como Carnide, Paço do Lumiar, Ameixoeira, Charneca e Olivais Velho. As heranças da cidade burguesa e industrial, assumem particular atenção, nos Pátios e Vilas Operárias, como por exemplo a Vila Berta, Vila Sousa, Bairro Estrela d’Ouro, Vila Flamiano, Vila Teixeira e Pátio D. Fradique, entre um vasto leque de estruturas que representam um património importantíssimo no contexto da industrialização alfacinha. Neste âmbito de intervenções, já foi referida a importância dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL), com integração de técnicos de diversas áreas disciplinares, como arquitectos, engenheiros, sociólogos, arqueólogos, historiadores, assistentes sociais e juristas, alargando a perspectiva da reabilitação urbana nas suas dimensões técnico-culturais.

Na sequência de vários programas de apoio à reabilitação, salientam-se nos anos noventa, os programas de financiamento, do Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Antigas (REHABITA, DL 105/96), o Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH, DL 106/96), e o Programa de Apoio Financeiro Especial para a Reabilitação de Habitações (SOLARH, DL 7/99). As áreas históricas que não se desenvolveram na cidade como “bairros-operação” rigorosamente delimitados, assumem uma delimitação específica enquanto áreas críticas de reabilitação e intervenção urbana.

Paralelamente às preocupações de degradação dos bairros históricos, a expansão urbana e a modernização da cidade, revela-se num processo de terciarização acentuada, principalmente para norte, ao longo das avenidas novas (Liberdade, Fontes Pereira de Melo e República) e nos novos centros funcionais como Amoreiras, José Malhoa e Benfica. Este processo, foi contribuindo para a dispersão e expulsão da função residencial na cidade, provocando a desintegração de funções urbanas e expulsão de segmentos de habitação da classe média e de jovens para outros lugares na área metropolitana. Ao processo de requalificação urbana e ao desenvolvimento de novas infra-estruturas, estão associados os desafios do realojamento das pesadas heranças de concentrações de barracas em várias áreas da cidade. Para enquadrar estas questões estabeleceu-se na década de oitenta o PIMP (Plano de Intervenção de Médio Prazo), no qual as várias áreas ocupadas por barracas, ou bairros camarários de construção provisória deram origem aos “Novos Bairros Municipais”, salientando-se os exemplos da zona L, M e N1 de Chelas (para realojamento de núcleos de barracas em Chelas, parte dos bairros do Relógio e Chinês) e o Bairro Padre Cruz, para o realojamento de famílias que viveram

trinta anos “provisoriamente”, igualmente os realojamentos resultantes da construção do eixo norte-sul, com o Bairro da Horta Nova, Casal dos Machados e Bairro da Boavista. Neste contexto de sucessivos “bairros-operação”, a área do Plano de Chelas continua a afirmar-se como um grande laboratório de habitação social, em paralelo destaque-se outros exemplos de intervenções, promovidas e continuadas pela EPUL, em Restelo Nascente, Alto do Restelo, Alto da Faia em Telheiras, Telheiras Sul, e Martim Moniz. Refira-se também a importância da construção cooperativa através de protocolos com a FENACHE (Federação Nacional das Cooperativas de Habitação) e outros programas de integração da habitação social com habitação de mercado livre como por exemplo o contrato entre a CML e a Sociedade Gestora do Alto do Lumiar (SGAL). O Alto do Lumiar constitui uma das grandes áreas no contexto das intervenções na cidade de Lisboa nos anos noventa, com um projecto lançado em meados de oitenta, o Plano de urbanização do Alto do Lumiar (PUAL) é ratificado em 1998, no qual se destaca uma grande operação a integrar no projecto da cidade para o século XXI.

Os vários novos bairros municipais integram na década de noventa uma nova aproximação às suas formas de gestão e preservação, através da criação de uma empresa pública de âmbito municipal para a gestão dos bairros municipais de Lisboa (GEBALIS). A segunda metade dos anos noventa, com grande dinâmica na requalificação urbanística da cidade e na produção de novas áreas habitacionais, é também referenciada por um novo tipo de produção de cidade, a reconversão urbanística da zona oriental no âmbito da grande exposição mundial do final de século (Figura 3). A Expo 98 constituiu o argumento para a revisão de um projecto de cidade entre bairros, contemplando a reestruturação de uma grande área da cidade em pouco tempo, desafiando a história das relações entre os tecidos envolventes, com uma visão comprometida com novas infra-estruturas e novas relações territoriais, no período da exposição e após-exposição.

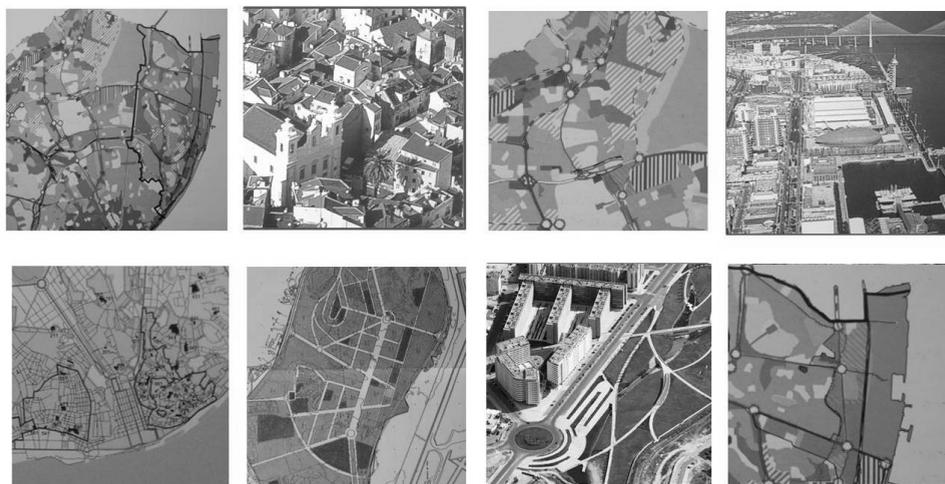


Fig. 3 – O Plano Director Municipal de 1994 e as dialécticas de reabilitação, reconversão e expansão. Bairro histórico de Alfama, Alto do Lumiar e Parque das Nações na área da Expo 98.

A transição para o novo século deixa-nos no final de noventa um marco legislativo para uma nova geração de PDMs com o 380/99 e em 2000 reforça a importância da visão estratégica regional com o Plano Estratégico para a Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo (PERLOVT), além da aprovação do Plano Regional de Ordenamento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML 2002). Com a assunção das novas escalas da cidade-região, o bairro constitui uma unidade de referência de limites difíceis de precisar, numa dialéctica permanente entre as operações urbanísticas e os fluxos dinâmicos dos seus conteúdos sociais. A dimensão social do bairro vai incorporando as novas escalas das acessibilidades, das relações de trabalho, dos fluxos de informação e contra-informação, das novas expressões de uma sociedade de informação emergente ligada em rede. Uma nova escala temporal e espacial parece emergir com novos lugares e novas formas de associação e de interlocução política e social à escala local, regional e internacional, onde o projecto de uma cidade entre bairros continua a definir-se numa dialéctica entre permanências e mudanças para a cidade do século XXI.

Conclusões

No âmbito deste trabalho exploratório, sobre o sentido de bairro e das suas dialécticas de permanência e mudança na cidade, as conclusões assumem a forma de síntese sobre cada um dos tópicos desenvolvidos ao longo deste artigo. Destaca-se a ideia de bairro como relação entre o espaço físico e espaço social, de limites difíceis de precisar, reflectindo mecanismos de diferenciação morfológica, económica e social, onde se podem incorporar diversos atributos. O recurso ao bairro como unidade diferenciável faz parte da história da cidade como totalidade, contribuindo para a sua identidade, reconhecendo-se que o sentido de cada um dos bairros se altera pelas suas dialécticas com a cidade. Numa dinâmica própria de permanências e mudanças no processo de transformação ao longo do tempo, destacam-se as referências às áreas históricas, como reflexo de formas de consolidação mais antigas e de acumulação de valor simbólico, confrontando-se com as novas formas de produção urbana, com os projectos de renovação e expansão da cidade.

No projecto de expansão da cidade, salientam-se os novos “bairros-operação” como projectos parcelares que apontam para um novo sentido de bairro, evidenciando uma visão abstracta sobre os compromissos entre as formas projectadas e os seus futuros conteúdos sociais. O “bairro-operação”, muitas vezes referido apenas como urbanização, traduz novas dialécticas entre as visões parcelares de diferentes actores e a visão ambiciosa de um projecto de cidade representada no Plano Director. A partir das relações entre os Planos Directores de Lisboa e as sucessivas urbanizações ou “bairros-operação” que se ensaiaram nos anos trinta, reconhece-se uma crescente complexidade nas dialécticas cidade-bairro, quer nas interacções físicas, quer sociais. As proximidades entre a formalização e codificação do projecto bairro e do projecto cidade nos anos trinta e quarenta, diluíram-se e afastaram-se, reconhecendo-se um carácter mais abstracto no sentido do projecto de cidade e uma definição mais precisa e diferenciada nos vários “bairros-

-operação”. A exploração das relações tipo-morfológicas em vários bairros, principalmente a partir dos anos sessenta e setenta, não reflecte um maior aprofundamento nas possibilidades de articulação entre os espaços físicos e sociais da cidade. Os sucessivos Planos Directores, Planos Regionais e Planos Estratégicos, contribuindo para um conhecimento mais sistematizado sobre a cidade e a sua envolvente territorial, não possuem formas de aproximação, nem dinâmicas necessárias para intervir com a complexidade das interações entre o espaço físico e os conteúdos sociais, sendo frequentemente ultrapassados por novas realidades e desafios. O sentido de bairro e o sentido de cidade mudam, reconfigurando as suas fronteiras físicas e sociais. Com o desenvolvimento da acessibilidade, da mobilidade e de novas plataformas de informação e comunicação, vários dos bairros de periferia vão sendo integrados numa rede urbana e regional confrontando-se com uma nova reconfiguração funcional da cidade, onde os antigos bairros têm de competir com os bairros periféricos, onde se afirmam novas formas de centralidade. Nestes contextos de mudança, ajustam-se novas referências e modelos que evidenciam uma modernização das formas de habitar e de “vizinhança”, das formas de comunicar e interagir num espaço de relações que ultrapassa a proximidade física. Numa continuada dialéctica entre permanências e mudanças, é emergente uma mais apurada reflexão e revisão sobre o sentido do projecto da cidade entre bairros, na qual o “bairro-operação” se afirma como um espaço privilegiado de discussão sobre o próprio sentido da cidade.

Bibliografia

- Bandeirinha, José António (2007), *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Berger, F., Bissau, L., Toussaint, M. (1994), *Guia de Arquitectura Lisboa 1994*, AAP, L94, Lisboa, UTL.
- Câmara Municipal de Lisboa (1992), *Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (1990-1995), *A Estratégia e a Prática do Planeamento Urbanístico em Lisboa*, 1990-1995.
- Câmara Municipal de Lisboa (1994), *Habituação Lisboa/92*, CML, Lisboa, Sociedade Lip Editora.
- Costa, Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Dias, F. Silva (1985), “Arquitectura, Arquitectos e População, 1974-1984”, in *Dez anos de artes plásticas e arquitectura em Portugal*, Lisboa, Ed. Caminho.
- Fernandes, J. Manuel (2003), *Português Suave, Arquitecturas do Estado Novo*, Lisboa, IPPAR.
- Ferreira, V. Matias (1987), *A cidade de Lisboa: de capital de império a centro de metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Ferreira, Carlos, H. (2010), *Utopias e Realidades, Fragmentos de uma metrópole sonhada para Lisboa*, Lisboa, FAUTL.
- França, José-Augusto (1997), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Gonçalves, Fernando, (1981), “Urbanística à Duarte Pacheco”, in *Arquitectura*, nº 142, Lisboa.
- Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa, (1987), AAP.
- Heitor, T. Valsassina (2001), *A vulnerabilidade do espaço em Chelas – uma abordagem sintática*, Lisboa, FCG.
- Krier, León (1999), *Arquitectura, escolha ou fatalidade*, Lisboa, Estar Editora.
- Lefebvre, Henri (1975), *De lo rural a lo urbano*, Barcelona, Ed. Peninsula.
- Lefebvre, Henri (1997), *The Production of Space*, Blackwell Publishers, UK, Oxford.
- Lôbo, Margarida S. (1995), *Planos de urbanização à época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, Porto, FAUP.

- Lynch, Kevin (1999), *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa, Edições 70.
- Portas, Nuno (2005), *Arquitetura(s), Teoria e Desenho*, Investigação e Projecto, Porto, FAUP.
- Rapoport, Amos (1978), *Aspectos humanos de la forma urbana – hacia una confrontación de las ciencias sociales com el diseno de la forma urbana*, Barcelona, Ed. GG.
- Rossi, Aldo (1982), *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona, Ed GG.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Silva, Carlos Nunes (1994), *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Simmel, Georg (1903), "The Metropolis and Mental Life in the Sociology", in Wolff, K. (1950), *Sociology of Georg Simmel*, NY Press.
- Soares, L. Bruno (2003), *Ordenamento e Planeamento do Território no Contexto Metropolitano*, in atlas da AML, Lisboa.
- Tostões, Ana (1997), *Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50*, Porto, FAUP.

Algumas complexidades do bairro no contexto da cidade: o caso do bairro da Bela Vista

JOSÉ LUÍS CRESPO*

Resumo

Neste texto são abordadas temáticas relacionadas com o bairro e as suas complexidades. Primeiramente discute-se a génese do termo e a sua definição. Em seguida faz-se uma caracterização morfológico-dimensional dos bairros salientando-se os aspectos da escala e dos seus limites, assim como, referenciam-se características político-administrativas e aborda-se a questão da governança dos bairros. A análise centrar-se-á sobre o estudo de caso do bairro da Bela Vista, em Setúbal, onde ficaram vincadas as suas complexidades, ligadas à época de construção; à heterogeneidade da morfologia, das tipologias e dos habitantes; à sua localização, entre outros aspectos.

Palavras-chave: bairro da Bela Vista, cidade, complexidade territorial e social.

Abstract

This text discusses issues related to the thematic of neighbourhood and its complexities. First we discuss the genesis of the concept and its definition. Then, we present a morphological and dimensional characterization pointing out the aspects of scale and its limits, as well as political and administrative features such as the question of governance of the neighbourhoods. This analysis will focus on a case study – *Bela Vista* neighbourhood, in *Setubal* (Lisbon Metropolitan Area) where we stressed its complexities, linked the time of construction, its location, the heterogeneity of the morphology, different profiles of inhabitants, among other dimensions.

Keywords: *Bela Vista* neighbourhood, city, social and territorial complexity.

* Professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), Investigador do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD). Contacto de e-mail: jrespo@fa.utl.pt
Um agradecimento à Professora Doutora Teresa Sá pela leitura e pelas sugestões que contribuíram para este texto.

Introdução

Ao longo dos tempos, os bairros têm sofrido mudanças quanto à sua importância, acompanhando a evolução das sociedades. Corporizam-se posições antagónicas face à importância do bairro: uma que valoriza a importância da vida de bairro (Roché, 1993; Freiler, 2004), evidenciando que o bairro é a antítese da desagregação social, nomeadamente pela escala do quotidiano onde existe a possibilidade do reconhecimento, da pertença e do fortalecimento de vínculos. O renascer do interesse nos bairros surge associado à perspectiva da importância do local para o bem-estar dos indivíduos e para a vitalidade das comunidades locais. Esta ideia está ligada ao aumento dos problemas económicos e sociais, ao reconhecimento de que o meio urbano é socialmente, economicamente e ambientalmente crítico para o bem-estar das populações, assim como, a importância da organização social, na coordenação e cooperação entre intervenientes (Freiler, 2004). Uma outra perspectiva considera que a importância da vida de bairro tem tendência a desaparecer (Ascher, 1995; Filipovic, 2006). A perda dos vínculos locais e a perda do significado tradicional dos bairros são elencadas como algumas das causas para o declínio da sua importância no seio da sociedade (Filipovic, 2006).

O bairro será o ponto de maior convergência entre o espaço social e o território que é a porta de entrada e de saída entre os espaços qualificados e os espaços quantificados, ou seja, o lugar onde se faz a tradução (para e pelos utilizadores) dos espaços sociais (económicos, políticos, culturais, etc.) num comum territorial. O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. “Sem bairros, assim como sem ruas, poderá haver uma aglomeração, um tecido urbano, uma metrópole, mas não há cidade” (Lefebvre, 1971). É neste contexto que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido no espaço urbano (Lefebvre, 1971).

Nenhum bairro é igual a outro, por mais semelhantes que sejam as suas histórias, a ocupação urbana, o conteúdo sócio-económico ou cultural, por mais próximos que estes elementos estejam, devem ser encarados como únicos, individualizados. Uma questão importante sobre o bairro é analisar a sua identidade, a sua identificação, as suas características próprias.

Com base nestes pressupostos pretende-se analisar o bairro da Bela Vista, nos seguintes aspectos: a sua escala, a sua função, os seus limites, a sua homogeneidade e a sua vivência.

Esta análise servirá para verificar como esses aspectos estão esboçados e as relações que têm com um conjunto de factores que surgem a montante, nomeadamente: a época de construção do bairro; a homogeneidade, ou não, a morfologia e as tipologias; a inclusão nalgum programa específico; a sua localização, mais ou menos periférica; ou se foi destinado a um determinado tipo de destinatários/habitantes.

O artigo discute, na primeira parte, a génese do termo e a definição de bairro; em seguida, faz-se uma caracterização morfológico-dimensional onde se salientam os aspectos da escala e dos limites dos bairros; e, as características político-administrativas, abordando-se a governança dos bairros. Na segunda parte, a análise centrar-se-á sobre o estudo de caso do bairro da Bela Vista, em Setúbal. Por último, apresentam-se algumas conclusões discutindo aspectos relacionados com a problemática dos bairros na cidade.

A génese do termo e a definição de bairro

Souza (1989) num trabalho sobre o bairro como unidade política, pesquisou o significado da raiz do vocábulo. Na raiz castelhana refere-se como sendo originário do árabe e que só se encontra no português (*bairro*) e no catalão (*barri*), a sua etimologia é *barr*, *bar*, terra, campo, campo imediato a uma população, posteriormente, veio o significado *barrio* como uma das divisões locais ou municipais das povoações; na língua francesa a raiz etimológica é diferente, o *quartier* designa uma realidade similar à do bairro, embora possamos encontrar *quartiers* em áreas periféricas; na língua inglesa a questão da terminologia é mais complexa pois a palavra inglesa *neighborhood* parece frequentemente cobrir uma escala intermediária entre a *unité de voisinage* e o *quartier* do caso francês.

Na maioria dos dicionários, a definição de bairro alude a uma divisão territorial de uma cidade, com algumas referências ao latim *barrium* ou do árabe *barri*; noutros é cada uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma porção de território nas proximidades de um núcleo urbano; ou ainda, podem ser classificados como urbes elementares.

Embora a escala seja um aspecto importante a considerar na definição do conceito de bairro, deverá também incluir outros aspectos: i) a sua função, sendo um local de rotinas quotidianas, suporte de serviços comunitários e institucionais; ii) os seus limites, podendo ser definidos por fronteiras fixas ou outros limites institucionais impostos; iii) a sua homogeneidade, sendo este um factor que resulta da diversidade e da abrangência de factores sociais, culturais, arquitectónicos ou económicos evidenciados por cada bairro; iv) a sua vivência, podendo ser subjectivamente definida pelas pessoas que os habitam, de acordo com a sua identidade e sentimentos comuns (Freiler, 2004).

Caracterização morfológico-dimensional dos bairros

A cidade é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação, sendo que a unidade desses momentos é o urbano no seu conjunto, com um carácter formal e espacial. A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas são definidas pela sua localização que são a projecção no terreno dos factos urbanos, com uma presença social e geográfica circunscrita. O bairro torna-se um sector da cidade, ligado à sua evolução, à sua natureza e à sua imagem. O bairro é uma unidade morfológica e estrutural e é caracterizado por uma determinada paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função. Uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro (Rossi, 2001).

O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, uma área urbana que cresce segundo determinados eixos ou direcções, com um determinado tamanho e o seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é simultaneamente uma unidade morfológica espacial e social.

As fronteiras e os limites do bairro

O bairro pode ser definido como um esquema sócio-espacial com significado para as pessoas que conhecem os seus limites. Estes limites, muitas vezes ruas, podem ser claros ou difusos. Duas dimensões estão presentes: a física e a social e os bairros existem, sobretudo, quando ambas as dimensões coincidem. Frequentemente usam-se critérios físicos e sociais, com a influência da preferência e da selecção do habitat, pois pessoas do mesmo grupo social, normalmente, escolhem as mesmas áreas reforçando, deste modo, o carácter social e físico das mesmas. Uma identificação da escala de bairro, pode ser feita coincidindo a componente territorial com a social, pois os bairros existem quando as dimensões físicas e sociais coincidem e quando há um esquema sócio-espacial significativo onde as pessoas conhecem os seus limites (Rapoport, 1978).

Quase nunca as divisões oficiais coincidem com as subjectivas. As áreas têm que distinguir-se umas das outras, as fronteiras devem ter significado, com características comuns. As divisões políticas e as divisões de planeamento são demasiado grandes. As delimitações mais claras de áreas subjectivas têm lugar quando barreiras físicas bem definidas coincidem com os esquemas cognitivos.

Na identificação de um bairro, para a maioria dos habitantes não interessa o seu limite formal, porque se já o identificam físico-cognitivamente, não é importante até onde se estendem as suas fronteiras. Porém, os limites administrativos e os limites subjectivos poderão coexistir. Os limites administrativos são necessários porque é a partir deles que uma área é identificada oficialmente e também é gerida ou planeada; e os limites subjectivos são necessários porque é a partir de sua definição colectiva que a base social se implementa e o suporte físico o faz único.

A fronteira, sendo política, vai originar tensões. As fronteiras entre bairros são normalmente fluidas, sendo difícil definir os seus limites. Hoje em dia, a cidade está repleta de fronteiras que marcam fisicamente e socialmente o território. Umas proíbem a entrada (os condomínios fechados), outras proíbem a saída (bairros problemáticos).

Bauman (2006) advoga que face a um mundo onde o espaço global não é controlável, as pessoas tendem a procurar um espaço local (bairros) que seja acolhedor e seguro.

A escala e a dimensão do bairro

Pode-se equacionar a escala (Rossi, 2001) ou a dimensão (Lamas, 1993) do bairro como sendo a intermédia entre 3 escalas que compõem uma cidade: i) a mais pequena unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria, onde elementos morfológicos identificáveis são essencialmente os edifícios, o traçado, a árvore/estrutura verde e o mobiliário urbano; ii) a escala ou dimensão de bairro, formada por um conjunto de quarteirões com características comuns; iii) a escala da cidade, considerada como um conjunto de bairros.

Numericamente, podemos encontrar referências para um bairro, sobretudo através de análises ao caso francês. Assim, encontraram-se referências quanto ao número de habitantes, moradias, extensão numérica e número de lotes. A maioria vem de bairros franceses do pós-guerra, onde um bairro agruparia entre 2.000 e 3.000 moradias, teria uma população entre 5.000 e 10.000 habitantes e uma extensão de 3 a 5 km de perímetro (Lacaze, 1993)

Numa outra perspectiva o bairro surge como uma concentração populacional de vários milhares de habitantes, cobrindo uma área percorrível a pé, focada na área de influência da escola primária (Freiler, 2004).

Num outro sentido pode ser definido como uma zona ou local com usos mistos ou residências, com equipamentos e serviços. O bairro assume-se assim como sendo parcialmente auto-suficiente, no contexto da cidade, no qual um conjunto de habitantes pode viver, sem segregação, maximizar a sua vida e usufruir dos equipamentos e serviços disponíveis (Kyung-Bae, 2004).

Características político-administrativas dos bairros

As diferentes premissas iniciais em que os bairros se geram e regeneram afectam o sentido de confiança gerado entre habitantes, alterando o princípio de identidade comum. Os bairros históricos ou tradicionais evidenciam um sentimento de confiança mais abrangente entre os seus habitantes, o que implica uma identidade comum mais marcada. Num bairro onde os seus habitantes se sintam incorporados numa comunidade local, permitir-lhes-á desenvolver um sentimento de confiança e um princípio de identidade comum. Muitos dos novos bairros construídos repetem erros de um passado recente, facilitando o uso do transporte privado, providenciando os serviços essenciais apenas como forma de atingir a autonomia local, descuidando a componente ambiental, social e humana, presente outrora nos bairros tradicionais (Kyung-Bae, 2004).

O bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação colectiva. Esta especificidade do bairro torna-o, em determinados contextos, uma unidade politicamente importante. Para Souza (1989), o bairro é um referencial directo e decisivo, pois define territorialmente a base social de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes sociais diferentes, podendo catalisar a referência simbólica e, politicamente, enfrentar uma problemática com imediata expressão espacial, como por exemplo: a insuficiência dos equipamentos, problemas habitacionais, a segregação sócio-espacial, algumas intervenções urbanísticas autoritárias, a centralização da gestão territorial, a massificação do bairro ou a deterioração da qualidade de vida urbana.

Por exemplo, no Brasil e, em particular em São Paulo, o bairro constitui a unidade urbana, a representação mais legítima do território para a sua população e conta com cerca de 900 “sociedades de moradores”, também conhecidas como “sociedade amigos do bairro”, cuja territorialidade é facilmente estabelecida (Wilhem, 1982).

A maioria das áreas urbanas é dominada por infra-estruturas que criam descontinuidades nas unidades de gestão e planeamento territorial (como por exemplo as freguesias), gerando zonas isoladas, que poderão pertencer a diferentes freguesias, por exemplo em português, mas que ao longo do tempo, acabam por adquirir uma identidade comum, que se poderão definir como bairros.

Um bairro será uma unidade funcional capaz de gerar sentimentos de confiança e princípios de identidade comuns entre os seus habitantes, oferecendo-lhes a possibilidade de se sentirem incorporados numa comunidade local activa. Este conceito

sugere uma unidade de gestão e planeamento territorial que incentive e promova o desenvolvimento de vínculos locais e incuta o princípio da participação pública, em que a comunidade assume colectivamente um papel político activo, através dos seus cidadãos, estimulando a promoção de acontecimentos sociais e culturais (Nunes, 2009).

Os bairros no bairro – o caso da Bela Vista, Setúbal¹

Enquadramento

Nos anos de 1950 várias indústrias instalaram-se no concelho de Setúbal, com maior incidência na cidade de Setúbal, o que gerou um contingente de postos de trabalho e originou um movimento migratório. Este aumento demográfico não foi acompanhado por uma oferta habitacional o que acentuou as suas lacunas.

O extinto Fundo de Fomento de Habitação (FFH), tinha a seu cargo a promoção de habitação e a elaboração dos Planos Integrados (PI). A área correspondente ao bairro da Bela Vista foi englobada no PI de Setúbal. Este plano tinha na sua génese a tentativa de responder às carências habitacionais do concelho de Setúbal nas décadas de 1960 e 1970.

Inicialmente o bairro da Bela Vista foi concebido para alojar a população que trabalhava na indústria. Numa primeira fase foram aí alojadas famílias assalariadas e quadros de empresas públicas e privadas. O choque petrolífero do início dos anos 70 do século passado alterou a dinâmica da região, desajustando o PI de Setúbal, tanto no plano quantitativo (estavam previstos cerca de 10.000 fogos) como no plano qualitativo (dos estratos sociais inicialmente previstos).

Em 1982 é extinto o FFH e é nomeada uma Comissão liquidatária que permanece em funções até 1987, data em que é criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE). O bairro da Bela Vista esteve sob a administração do IGAPHE até 1994, altura em que passou para a administração da Câmara Municipal de Setúbal.

No PROT-AML (Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa) o bairro da Bela Vista é definido como “Área Crítica Urbana” que apresenta uma elevada desqualificação urbanística e social.

O Bairro foi abrangido pelo Programa Integrado de Requalificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa (PROQUAL) de intervenção do território no seu espaço físico mas também englobando as pessoas, as actividades e as organizações. No âmbito do PROQUAL foi realizado um Plano Estratégico de Intervenção (PEI) para as áreas abrangidas (Outubro de 2001), onde estavam previstas obras de recuperação do bairro da Bela Vista. No entanto, dos 23,3 milhões de euros previstos, apenas 25,2% foram contemplados, o que não permitiu a recuperação do bairro da Bela Vista.

¹ Grande parte da informação apresentada neste ponto foi retirada do Relatório Sintético da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista (2007).

Recentemente foram reabilitadas algumas áreas nesse âmbito, designadamente, quanto ao aspecto dos espaços exteriores e do ambiente físico envolvente do Bairro. Algumas dessas acções tiveram o envolvimento de alguns moradores, mas a maioria dos problemas persistem, devido a actos de vandalismo, à falta de alguns equipamentos, ou à má e difícil gestão de recolha e limpeza dos resíduos sólidos no bairro.

As principais características e a composição do bairro

No bairro da Bela Vista existem três unidades urbanas que se distinguem tanto pelas suas cores como pela tipologia de construção:

i) O Bairro Amarelo (Bairro da Bela Vista)

Foi o 1º a ser construído, pelo FFH, entre 1976 e 1989. É constituído por vários blocos rectangulares e a sua principal característica é a existência de amplos pátios interiores para permitir a comunicação e a convivência entre os moradores. Actualmente, estes vazados estão fechados ou foram ocupados por sedes de organizações sócio-culturais e por equipamentos sociais de várias instituições que ali se localizaram. O acesso às habitações é feito a partir de escadas e de corredores comuns aos 3 andares que compõem cada bloco.

ii) O Bairro Rosa (Bairro das Palmeiras)

É o bairro de construção mais recente e foi construído em duas fases: a 1ª (1992) resultou da promoção directa de habitação pela Câmara Municipal de Setúbal e a 2ª fase (2001) no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER). É constituído por blocos de cinco lotes cada, em ambos os lados da Alameda das Palmeiras. É o conjunto habitacional mais aberto e funcional, sendo considerado o melhor dos três bairros que constituem o bairro da Bela Vista.

iii) O Bairro Azul (Forte da Bela Vista)

Foi construído, pelo FFH, entre 1984 e 1989. É constituído por seis blocos de dois lotes cada, num total de 12 lotes, separados por pátios. Este Bairro é o que se apresenta mais degradado, quer em termos físicos, quer em termos sociais.

Características da população

O bairro da Bela Vista tem uma população com cerca de 4.422 indivíduos, repartidos da seguinte forma: i) o Bairro Amarelo com 2.941 indivíduos distribuídos por 837 fogos; ii) o Bairro Azul com 654 indivíduos distribuídos por 167 fogos; iii) o Bairro Rosa com 827 indivíduos distribuídos por 252 fogos.

A população do bairro da Bela Vista é jovem (média de idades de 34 anos), sendo o Bairro Azul o que apresenta a maior percentagem (32%) de jovens e com a média a rondar os 30 anos.

A população de origem nacional é sempre maioritária, sendo mais expressiva no Bairro Amarelo. Depois surge a população africana (21%), estando esta mais representada no Bairro Rosa (35,6%). A população cigana surge em seguida com 10,4%, sendo o Bairro Azul o que tem uma maior representatividade desta comunidade (24,5%).

Quanto às habilitações literárias, a maioria da população possui o 1º Ciclo do Ensino Básico (30,4%), seguindo-se o 2º Ciclo do Ensino Básico (18%) e o sabe ler/escrever sem grau de ensino com 14%. Cerca de 10% da população não sabe ler nem escrever. É no Bairro Rosa que se verifica a maior percentagem de indivíduos que não sabe ler nem escrever (15,4%), enquanto no Bairro Azul surge a maior percentagem de indivíduos que sabem ler/escrever mas sem qualquer grau de ensino (18,1%).

A percepção do bairro pelos moradores

Cerca de 60% dos residentes afirmam gostar de morar no bairro da Bela Vista. O Bairro Azul é o que apresenta uma maior percentagem de pessoas que afirmam gostar do bairro onde moram (69%), no entanto, é no Bairro Amarelo que surge a maior percentagem de pessoas a afirmar que gostam muito de morar na Bela Vista (41,7%). O Bairro Rosa é o que apresenta uma maior frequência de resposta “não gosto” e “detesto” (43%).

Em relação aos aspectos mais positivos considerados pelos moradores, salienta-se a vizinhança, o facto de gostarem da casa onde moram, de se sentirem bem e de estarem habituados ao local onde moram. Os aspectos considerados mais negativos pelos residentes no bairro da Bela Vista são o barulho e o lixo, para além destes, surgem os desacatos e as brigas, o alcoolismo, os problemas da droga, a insegurança e o estado degradado das habitações.

A percepção do bairro pelos actores locais

Foram entrevistados 12 actores locais, com intervenção directa ou indirecta no Bairro. As entrevistas destinaram-se a recolher as percepções e conhecimentos privilegiados sobre a área de intervenção, derivadas da sua vivência diária, bem como aprofundar os aspectos considerados mais prioritários, acautelando e ajustando intervenções no terreno.

De um modo geral, a percepção dos entrevistados em relação ao bairro da Bela Vista não é positiva. Esta imagem negativa do bairro é, muitas vezes, alimentada pela comunicação social, mas, essencialmente, pela degradação do tecido edificado e dos espaços exteriores, pela acumulação de abundante lixo e sujidade em algumas zonas, pelo estigma generalizado que este é um bairro onde não há segurança, com roubos, violência, actos de vandalismo, etc. Os principais problemas do bairro da Bela Vista estão fortemente relacionados com questões familiares e sociais, com problemas económicos e de emprego, com atitudes de desilusão e desalento, com situações de exclusão social e de abandono.

Quanto às causas destes problemas, os entrevistados referiram o desemprego, poucas perspectivas e oportunidades sentidas pelas pessoas, a grande heterogeneidade cultural e a exclusão social, o facto de existirem promessas de várias entidades que raramente são cumpridas, assim como, a degradação física e ambiental do meio envolvente e das próprias habitações.

Em relação aos 3 bairros que constituem o bairro da Bela Vista a maioria dos entrevistados considera o Bairro Azul como o mais degradado, tanto em termos físicos (é o que apresenta pior estado de conservação), como em termos sociais (onde se concentra a maior parte da população cigana). No entanto, o Bairro Rosa é referenciado como o mais

problemático devido à existência de jovens desempregados ou que abandonam a escola e que sem ocupação se envolvem na droga e na criminalidade.

Quanto aos aspectos positivos considerados pelos entrevistados, foram sublinhados os seguintes: a existência de vários equipamentos recentes no interior ou na proximidade do bairro; a criação do Gabinete da Bela Vista e do Projecto Integrado da Bela Vista e a realização de várias actividades no âmbito de projectos enquadrados nas acções imateriais do PROQUAL; a localização do bairro da Bela Vista numa zona privilegiada da cidade de Setúbal, com bons acessos rodoviários, muito próxima do centro da cidade e com excelentes vistas panorâmicas.

Conclusões

No contexto actual, os bairros continuam a ser um conceito relevante para o planeamento e desenvolvimento urbano da sociedade. O planeamento dos bairros, através do aproveitamento das suas principais características, surge como uma ferramenta de gestão e planeamento territorial, com uma escala apropriada, para: i) contrapor a tendência actual das “comunidades virtuais”, sem identidade própria e dominadas pelo uso excessivo do transporte privado; ii) implementar o desenvolvimento de estratégias que minimizem os problemas ambientais, económicos e sociais; e, iii) gerir e suprimir potenciais conflitos nos processos de desenvolvimento, planeamento e gestão urbana ou territorial. A integração do planeamento urbano poderá ser uma abordagem relevante à escala dos bairros, quando a maioria das decisões referentes ao território são definidas a escalas superiores (ao nível dos municípios, das regiões, do Estado, ou da União Europeia), pois pode potenciar a equidade e integração social, assim como, incentivar a autonomia local (Kyung-Bae, 2004).

Como refere Freiler (2004), as características que optimizam o bairro são também elementos importantes a considerar pelos seus habitantes. Algumas das mais importantes são: a inclusão (uma comunidade activa, acolhedora, tolerante, com processos democráticos que potenciem a diversidade); a vivência (uma vivência activa, que promova a interacção e um princípio de identidade comum); a coesão (um sentido de responsabilidade comum baseado em laços de reciprocidade e confiança); e a segurança (um sentimento de conforto e confiança nas infra-estruturas, aliado à ausência de poluição e crime).

As características gerais, anteriormente apresentadas, poderão ser resumidas em duas ideias, fundamentais à vida comunitária do bairro, nomeadamente: i) o sentimento de confiança social, ambiental, económica e política, em todas as entidades e infra-estruturas ao serviço da comunidade; e ii) o princípio de identidade comum gerado entre os seus habitantes.

Os três bairros que compõem o chamado bairro da Bela Vista são de realojamento, de cooperativas de habitação, de construção a custos controlados, de contratos para desenvolvimento da habitação e de programas de promoção directa. Entre 1981 e 1989, foram sendo realojadas famílias provenientes dos bairros degradados e abarracados de Setúbal, famílias de diferentes proveniências, culturas e modos de vida. Estas origens diversas originaram um forte desenraizamento e uma fraca agregação social, o que aliado à desclassificação social dos bairros originou graves problemas de pobreza e exclusão social.

Os bairros apesar de terem sido abrangidos pelo PROQUAL num programa integrado de intervenção do território, não resolveram grande parte dos seus problemas, pois apenas cerca 25% das verbas anunciadas à partida, foram aplicadas, o que não permitiu a recuperação dos bairros da Bela Vista. Foram reabilitadas algumas áreas, através de algumas acções, mas a maioria dos problemas persistem, principalmente, devido à falta de alguns equipamentos ou à difícil gestão de recolha e limpeza dos resíduos sólidos nos bairros.

No entanto, os moradores dão ênfase a aspectos positivos, salientando a vizinhança, a casa onde moram e estão habituados ao local onde vivem. Por outro lado, consideram como aspectos negativos o barulho, o lixo, os desacetos, os problemas da droga, a insegurança e o estado degradado das habitações.

O facto de existirem vários equipamentos recentes no interior ou na proximidade do bairro, da instalação do Gabinete da Bela Vista e da existência do PI da Bela Vista, assim como, da sua localização numa zona privilegiada na cidade de Setúbal com bons acessos rodoviários e boas vistas panorâmicas, são considerados pelos actores locais como aspectos positivos de viver no bairro da Bela Vista.

Bibliografia

- Ascher, François (1995), *Le logement en questions: l'habitat dans les années Quatre-Vingt-Dix, continuité et ruptures*, Paris, Éditions de l'Aube.
- Bauman, Zygmunt (2006), *Confiança e medo na cidade*, Lisboa, Relógio de Água.
- Câmara Municipal de Setúbal (2007), *Relatório sintético da Unidade Territorial Bairro da Bela Vista*, Lisboa, OA – Oficina de Arquitectura, Lda.
- Filipovic, Masa (2006), *Influence of Neighbourhood Characteristics on Sense of Neighbourhoods*, Housing in an Expanding Europe: Theory, Policy, Participation and Implementation, Julho 2 a 5, Ljubljana, Eslovénia.
- Freiler, Christa (2004), *Why Strong Neighbourhoods Matter: Implications for Policy and Practice*, Strong Neighbourhoods Task Force, November 4, Toronto, Canadá.
- Kyung-Bae, Kim (2004), Sustainable Neighbourhood Design, Disponível em: http://www.sdi.re.kr/nfile/zcom_eng_bbs/200404-3.pdf.
- Lacaze, Jean-Paul (1993), *Os métodos do urbanismo*, Campinas, Papirus.
- Lamas, José (1993), *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lefebvre, Henri (1971), *De lo rural a lo urbano*, Barcelona, Ediciones Península.
- Nunes, Duarte (2009), *Crítérios para avaliar a sustentabilidade na vizinhança ao nível dos bairros*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.
- Rapoport, Amos (1978), *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Rémy, Jean, Voyé, Liliane (1997), *A cidade: rumo a uma nova definição?* Porto, Afrontamento.
- Rossi, Aldo (2001), *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Souza, Marcelo (1989), "O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política", *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, pp. 139-172.
- Wilheim, Jorge (1982), "O bairro, unidade urbana", *Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 63-65.

Uma política cultural e artística para o desenvolvimento territorial: o caso do Vale da Amoreira

ANTÓNIO GUTERRES*

Resumo

A Iniciativa Bairros Críticos é um programa experimental em vigor nos territórios do Vale da Amoreira (Moita), Lagarteiro (Porto) e Cova da Moura (Amadora). No Vale da Amoreira, o diagnóstico da situação de partida conduziu os parceiros a considerar a experimentação artística o principal eixo de intervenção do programa, consagrado na construção de um Centro de Experimentação Artística. Neste artigo pretende-se analisar as particularidades do território e a sua relação com as dinâmicas e vivências da população para o estabelecimento de um plano de ação que responda ao seu principal eixo de intervenção. Procura-se as primeiras evidências da concretização do plano, e as perspetivas futuras para o Vale da Amoreira enquanto um potencial polo agregador de atividades culturais e artísticas na Área Metropolitana de Lisboa.

Palavras-chave: iniciativas bairros críticos, Vale da Amoreira, Moita, expressões artísticas, desenvolvimento territorial, centro de experimentação artística.

Abstract

The Critical Urban Áreas Initiative is a experimental program established in the territories of Vale da Amoreira (Moita), Lagarteiro (Porto) and Cova da Moura (Amadora). In Vale da Amoreira due to the initial diagnosis, artistic experimentation and the building of an Arts and Performance Centre were the main axis for the program considered by local partners. This article intends to analyse the peculiarities of the territory and its relation with the dynamics and experiences of its inhabitants to establish an action plan that answers to its main axis of intervention. We will look forward to the first achievements of the plan, and towards Vale da Amoreira as a potential hub for cultural and artistic activities in Lisbon Metropolitan Area.

Keywords: critical urban áreas initiative, Vale da Amoreira, arts, territorial development, arts and performance centre.

* Chefe de Projeto da Iniciativa Bairros Críticos do Vale da Amoreira e coordenador das Atividades do Centro de Experimentação Artística.

A Iniciativa Bairros Críticos

É na Margem Sul do Tejo, mais concretamente na Freguesia do Vale da Amoreira do Concelho da Moita, que se localiza a experiência de desenvolvimento territorial que iremos explorar neste capítulo.

O Vale da Amoreira, a par do Lagarteiro no Porto e da Cova da Moura na Amadora estão incluídos no Programa Nacional “Iniciativa Bairros Críticos” lançado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, criado através da Resolução de Conselho de Ministros nº 143/2005.

Esse programa, pensado para a política de cidades, tem como principal objetivo o desenvolvimento de ações sócio-territoriais integradas, adotando um sistema de governança assente em parcerias locais e institucionais, consagrado através de um modelo de gestão inovador.

Este programa experimental é aplicado a cada território em consonância com a sua especificidade: história, composição demográfica, intervenções anteriores, parceiros locais, oportunidades, mais-valias, problemas, prioridades, etc.

Embora de caráter nacional, a Iniciativa Bairros Críticos criou Grupos de Apoio Técnico descentralizados por território que, juntamente com o grupo de parceiros locais, construíram os *outputs* necessários para um diagnóstico atualizado e respetivo plano de ação.

O plano de ação foi traduzido num protocolo de parceria que acorda a responsabilidade de todos os parceiros: locais e institucionais, públicos e privados¹; em ordem à sua aplicação e desenvolvimento.

É no âmbito deste processo que se define como ação estruturante da operação Vale da Amoreira as atividades de promoção cultural e artística com o nome de “Arte Desconcentrada – Espaço de Experimentação Artística”.

O Vale da Amoreira: caracterização e evolução

Em menos de quarenta anos, o Vale da Amoreira passou de localidade rural pertencente à Vila da Baixa da Banheira a Freguesia suburbana com elevada densidade populacional.

Os primeiros fogos, construídos ao abrigo do Fundo de Fomento da Habitação no princípio dos anos 70 do século passado, foram pensados para realojar os moradores das vilas operárias e construções de génese ilegal da Baixa da Banheira, já que esta Vila sofreu as consequências de expansão urbana em função da polarização industrial no Lavradio – Barreiro, no Complexo da então CUF (Companhia União Fabril).

É a partir de 1975, com a independência das colónias e o movimento dos retornados, que o Vale da Amoreira tem o seu primeiro grande afluxo de habitantes, muitos deles a ocuparem habitações ainda por terminar.

¹ Parceiros do Protocolo do Vale da Amoreira com presença na Comissão de Acompanhamento: IHRU, CMM, AERLIS, ACIDI, ISS, JFVA, ARS, IDT, DREL, DGARTES, CRIVA, RUMO, ACMVA, ACV, AMAANGOLA, VITACAMINHO, PSP, AIGAST, CDM, GDP, DGRS, SEF, IPJ; IDP; Escola Secundária BxB; Agrupamento de Escolas EB2,3; Projecto Escolhas VA; CLASM; IEFP (Centro de Emprego do Barreiro e Centro de Formação do Seixal).

Na primeira metade da década de oitenta do século XX deu-se uma segunda explosão demográfica, associada a novas vagas de imigração de países africanos, que chegou a ser superior a 200%.

O Censos de 2001 situava a população do Vale da Amoreira em 12 369 habitantes, embora os diagnósticos das associações locais, escolas e entidades com intervenção na Freguesia estimem a população em perto de vinte mil habitantes (existe uma elevada percentagem de residentes sem a sua situação documental regularizada em Portugal).

Da população contabilizada, 40,5% tem menos de 25 anos de idade, sendo a Freguesia mais jovem do Concelho da Moita; 45% não é de nacionalidade portuguesa (maioritariamente e por ordem decrescente: cabo-verdianos, angolanos e guineenses) e entre os 55% de nacionalidade portuguesa regista-se uma percentagem relevante de pessoas providas das ex-colónias.

Estes dados genéricos da população do Vale da Amoreira são importantes na medida em que, associados a outras dinâmicas estão na origem do desenvolvimento das atividades artísticas e culturais enquanto elemento âncora do desenvolvimento do território.

Vivências locais e génese da programação artística

À época da realização do diagnóstico, os parceiros locais e o Grupo de Apoio Técnico tentaram de relacionar as características gerais da população com as suas dinâmicas e vivências. Esse relacionamento está evidente no plano de ação das atividades de experimentação artística em execução, e foram essenciais para a opção pela construção do Centro de Experimentação Artística (CEA).

Dadas as diferentes nacionalidades e origens, existe no Vale da Amoreira um movimento cultural próprio que procura manter viva a sua riqueza de expressões e linguagens.

É observável a sua concretização nos grupos de dança tradicionais, na culinária, nas línguas (também nos dialetos e no calão), rituais, religião, vestuário e nos grupos de música tradicional.

A população mais jovem, que como vimos constituiu a maioria, adota essas tradições culturais, não só no seu conteúdo mas também nas frequências de uso, e vão criando simbioses com os seus consumos atuais e globalizados.

Outro fator que ajuda a enaltecer este movimento são as organizações da sociedade civil implantadas na Freguesia, que ora apoiam as expressões existentes, ora promovem a constituição de coletivos de expressão cultural e artística. Desse grupo de entidades destacam-se as associações de imigrantes².

Com estas condições, é expectável que no Vale da Amoreira exista um movimento cultural e artístico autónomo, em auto-organização e de exceção quando comparado com

² A associação Angolana: AMAANGOLA tem historial dedicado às práticas culturais dos jovens, independentemente da sua nacionalidade com especial incidência nas artes relacionadas ao movimento Hip-Hop e não só. A Associação de Solidariedade Cabo Verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo tem-se dedicado à preservação e promoção do património da cultura crioula: culinária, vestes, artesanato.

outras áreas da Área Metropolitana de Lisboa, onde muitas dessas práticas aparecem organizadas enquanto consumo, sob a forma de aulas e *workshops*, etc.

Outro dado observável e importante para orientar a ação é a presença de diversas nacionalidades e pertencas sócio culturais relacionadas entre si.

O Vale da Amoreira conta com uma população de nacionalidade e proveniência tão diversa como: portugueses, cabo-verdianos, angolanos, guineenses, são-tomenses, moçambicanos; mas também alguns oriundos do Senegal, Guiné-Conacri e Congo.

Esta realidade é ainda mais profícua já que distribuição dos moradores pela freguesia não corresponde a divisões de nacionalidade e o relacionamento entre os jovens moradores das segundas e terceiras gerações não é segmentado por nacionalidade, havendo aqui um espaço de expressão desta heterogeneidade e riqueza de linguagens.

Esta ideia expressa-se bem nas denominações das associações imigrantes locais. Todas colocam o nome de “Amigos de” antes do país de origem. Os seus órgãos dirigentes acolhem diversas nacionalidades.

No Vale da Amoreira é possível falar-se crioulo com a utilização de calão angolano, ouvir músicas em crioulo cantadas por portugueses, ou ver a dançar um grupo de kuduristas maioritariamente constituído por elementos de diversas origens étnico-culturais que não a Angolana.

Esta convivialidade permite a existência de manifestações bastante ricas, nas linguagens e nas formas, desde os elementos mais *roots*³ e *underground*⁴, passando pelos mais globais e *main stream*⁵. No campo da dança, por exemplo, é possível encontrar de forma autónoma e auto-organizada grupos de batuque, diversas formas de hip-hop, danças de salão, jerk⁶, dança contemporânea, kuduro, danças tribais, danças africanas; tal como na música há grupos de rock, rap crioulo, rap, semba, funaná, travadinha, siko⁷, reggae, kuduro, kizomba, zouk, soul, etc.

A maioria destes grupos e expressões encontra como principais interpretes os jovens que se mobilizam para a criação destes coletivos, sendo este um dos seus principais espaços de socialização.

Se a existência de uma larga população jovem disponível é um fator mobilizador e positivo do diagnóstico da Freguesia, ao mesmo tempo as taxas de insucesso escolar e abandono escolar são bastante elevadas⁸. Aproveitando a orientação e disposição dos jovens para a expressão artística e cultural, não só pela sua cultura de origem, mas também por processos de catarse em relação à sociedade de acolhimento, essas atividades podem ser essenciais para a sua representação enquanto grupo, autoestima e aquisição de competências, desde que se utilize a engenharia dos instrumentos de inclusão de modo a que essas competências e saberes possam ser certificados.

³ Relacionado com as raízes culturais.

⁴ Ambiente cultural fora dos padrões comercializáveis e mediatizados.

⁵ Expressões artísticas de gosto generalizado.

⁶ Dança de rua que surge em Los Angeles em 2009.

⁷ Movimento musical e de dança protagonizado pelo artista guineense Patché di Rima, fundindo práticas tribais guineenses com estéticas contemporâneas.

⁸ Aproximadamente 1/3 dos jovens com 19 anos, e 36% dos jovens entre os 25 e os 29 anos, frequenta ainda ou abandonou a escola sem transpor o ensino básico. In Gabinete de Apoio Técnico (2006), *Diagnóstico: Operação Vale da Amoreira*, Vale da Amoreira.

Por oposição às condições naturais que tornam o Vale da Amoreira um espaço privilegiado de diversas expressões culturais e artísticas, a sua população encontra-se longe das oportunidades de diversidade de escolhas em termos de consumo cultural, já que apesar de a freguesia estar situada na Área Metropolitana de Lisboa, a sua acessibilidade, aos locais de referência para o efeito é bastante dificultada pela distância geográfica e pelo custo dos transportes.

As condições descritas anteriormente, são os preceitos base que levaram os parceiros a construir e a aprovar um plano de ação que utiliza a experimentação artística como instrumento para a coesão social, inclusão escolar e profissional, do mesmo modo que torna a Freguesia mais atrativa no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

Foi esta vontade de todos os envolvidos que, aliada a uma candidatura ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu permitiu ainda colocar no projeto a construção de um Centro de Experimentação Artística.

No contexto do protocolo aprovado para a Iniciativa Bairros Críticos – operação do Vale da Amoreira, o Centro de Experimentação Artística seria a consagração máxima do projeto, possibilitando à Freguesia, juntamente com a realização de uma série de ações imateriais, ganhando uma nova centralidade.

Implementação e desenvolvimento do plano de ação

O plano a desenvolver e que dá sequência ao relatado anteriormente, está compilado num protocolo de parceria que dita as ações e respetivos responsáveis. “A ação 2 – *Arte Desconcentrada: espaço de experimentação artística*” encontrando-se detalhado do seguinte modo:

- «2.1. Implementação de um Espaço de Experimentação Artística
 - Programação e implementação do Espaço de Experimentação Artística;
 - Criação do espaço de experimentação artística;
 - Recolha e preparação do acervo documental do polo etnográfico do VA.
- 2.2. Promoção de Iniciativas de Requalificação Artística nos Espaços Urbanos
 - Intervenção artística nas empenas e fachadas de edifícios;
 - Apropriação artística de espaços vazios na freguesia e participação na requalificação do espaço público;
 - Intervenções artísticas de espaços públicos.
- 2.3. Formação Artística e promoção de Intercâmbios e de Conhecimentos Artísticos
 - Prevenção de situações de insucesso e abandono escolar através do ensino artístico;
 - Acções colectivas de formação artística;
 - Promoção de Intercâmbios de conhecimentos artísticos.⁹»

⁹ Programa de Intervenção 2007-2011 (2006), *Protocolo de Parceria*, Vale da Amoreira.

Como se percebe, embora seja uma ideia enraizada nas primeiras impressões, não se pretende que os destinatários deste projeto de desenvolvimento se tornem artistas. Claro que alguns não de o fazer e seguir esse percurso, e isso também permite medir algum do sucesso das ações.

A preocupação central é criar mais coesão e inclusão social, utilizando a cultura e a expressão artística como instrumento para conciliar as vivências e património da população à oferta (ou adequando-a) de meios de ganhos de competências educativas e profissionais, sejam elas formais ou não formais, escolares ou de formação profissional.

Esta oferta, adaptada às necessidades e realidades locais, deve também criar mais capacidade de interlocução e auto estima aos seus atores.

O Centro de Experimentação Artística, por via da intervenção artística no edificado e no espaço público, juntamente com a massa crítica resultante do conjunto de atividades imateriais devem transformar o Vale da Amoreira num espaço referência na AML das atividades culturais e artísticas, bem como de oferta educativa e profissional inclusa.

Antes do plano de ação, em especial no 2.1 e 2.3, ser posto em prática de forma constante e regular, realizaram-se dois ciclos de *Arte no Verão* em 2008 e 2009 com o intuito de validar as premissas do projeto nesta área, especialmente, a implicação dos parceiros, a abrangência de públicos e a seleção das atividades.

Do sucesso desta experiência, desde o Verão de 2009 até ao início de 2010, os diversos parceiros envolvidos concertaram, em sistema de grupo de trabalho, o plano de ação detalhado do que iria corresponder à programação do Centro de Experimentação Artística. Apesar de o Centro não estar ainda construído, optou-se, pela necessidade da sustentabilidade e de veicular a ideia âncora enraizada no protocolo de parceria junto da população, em assumir que a sua programação arrancaria de imediato. Assim, foi possível disseminar o conceito e por em ação as práticas previstas para o futuro CEA.

A preparação desta programação teve o cuidado e atenção aos seguintes aspetos:

- Acolher os ensaios dos grupos locais já existentes, dotá-los de meios de produção e de divulgação do seu trabalho;
- Identificar e potenciar interlocutores locais;
- Executar atividades em diversos locais da Freguesia para ampliar a sua penetração e difusão;
- Promover o acolhimento e co-produção dos parceiros locais em uma ou mais atividades, sempre de acordo com a sua natureza e/ou plano de ação;
- A inclusão de atividades de expressão artística diversificadas das naturais do território;
- Estruturar as atividades de génese cultural local de modo a serem acessíveis a todos;
- Certificação dos ofícios culturais e artísticos existentes;
- Oferta com fórmulas heterogéneas para as diferentes condições existentes no Vale da Amoreira: população escolar e em abandono escolar, com e sem documentação legal, crianças e jovens, adultos, promovendo a coesão entre os diversos grupos;
- Utilização das várias expressões e manifestações artísticas.

O grupo de trabalho constituído para elaborar a programação reuniu semanalmente durante vários meses até consolidar a proposta. Dada a escala do que se pretendia fazer, e da novidade e inovação da estratégia, recorreu-se ao apoio de um consultor específico, Rui Horta: ex-bailarino, coreógrafo e produtor, que esteve na génese da Associação O Espaço do Tempo em Montemor-O-Novo. Acompanhou o grupo de trabalho na elaboração da proposta, tendo contribuído também para a implementação das atividades e sua avaliação.

A proposta dividiu as atividades em escolares¹⁰, formativas¹¹ e de caráter não formal¹²; relacionadas entre si, constituindo um itinerário diferenciado, respondendo às diversas necessidades e sensibilidades.

O desenvolvimento deste plano de ação com as condições autóctones já revistas neste capítulo, conduziram a uma participação maciça, com o seu ponto máximo em Maio de 2011 em que num mês as atividades alcançaram as mil e duzentas participações singulares.

O impacto no território e a sua visibilidade foi imediato. Um exercício curioso, e de algum modo elucidativo, é realizar uma busca no *Youtube* com as palavras “Vale da Amoreira”, para percebemos as alterações na *internet* das perceções sobre a Freguesia e o efeito contágio das atividades CEA.

Do total de participantes das atividades, 25% não residem na Freguesia¹³. Se avaliarmos os participantes nas atividades formativas, esse valor sobe para 50%. Estes valores aludem a uma imagem da Freguesia e do Centro de Experimentação Artística que já está relativamente consolidada no exterior, promovendo a especificidade atrativa do território nas dimensões artísticas e culturais.

Embora confiantes de que o verdadeiro impacto desta política no território só vai ser avaliada acuradamente a médio/longo prazo, já são vivenciadas algumas alterações importantes. A programação do CEA é o espaço privilegiado não formal e sistémico de contacto com a população juvenil do Vale da Amoreira, sendo até, para alguns deles, a única possibilidade de mediação com os diversos serviços públicos existentes.

Tem-se assistindo a um aumento de inscritos dos jovens nos cursos de formação e concursos de empreendedorismo promovidos no Vale da Amoreira pela Rede da Empregabilidade e pelo Gabinete de Emprego e Apoio ao Empreendedorismo (GEAE).

Do mesmo modo, as atividades da experimentação artística têm permitido perceber as perspetivas e necessidades dos jovens face ao sistema de ensino, permitindo a sua reintegração no ensino regular, Cursos de Educação e Formação para adultos e jovens,

¹⁰ Conjunto de atividades da programação do CEA com as escolas realizadas ou em curso: Estúdio-Escola, Rádio, Projeto Educativo da Fundação Serralves; Movimento Criativo, Stencil e Graffiti, Criarpretação Filosofia para Crianças, Cantares Ciganos, Danças Ciganas e Flamenco.

¹¹ Atividades formativas realizadas ou em vigor: Jornalismo Comunitário Radiosonora, Formação Pedagógica Inicial para Artistas, Vídeo, Reconhecimento Validação e Certificação de Competências com base em Portfólio Artístico.

¹² Atividades de educação não formal da programação do CEA concretizadas ou em vigor: Escrita Criativa para Estúdio de Música, Canto, Graffiti e Stencil, Desenho, Masterização, Produção Musical, Estúdio Móvel, Expressão Dramática, ValArt GTO Lx, Artelier, Artes Circenses, Panos, Danças Orientais, Dança Hip Hop, Kuduro, Toca Arrufar, Percussão Corporal, Dança Contemporânea, Danças Africanas, Batuco, Primeiro Olhar Filhos de Lumière, e Ensaios dos Grupos de Dança.

¹³ Os participantes que não habitam no Vale da Amoreira provêm maioritariamente da Baixa da Banheira, Barreiro, Lisboa e Moita.

do IEPF (CEF) e Programa Integrado de Educação e Formação, Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (PIEF).

No que respeita ao garante das condições básicas de exercício da cidadania, tem sido possível identificar aqueles que não têm documentação de nacionalidade ou de residência válidas, articulando junto do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e CLAII VA (Centro Local de Apoio à Inserção de Imigrantes do Vale da Amoreira; Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural/Câmara Municipal da Moita/JFVA) para a resolução desse problema. Apesar de ser do domínio público a extensão atual da oferta formativa, em especial através do programa *Novas Oportunidades*, nenhum cidadão em situação não regularizada no país ou com irregularidades na documentação tem acesso a essas ofertas, pondo em causa a efetividade desses programas, e as possibilidades de realização de projetos de vida a parte da população do Vale da Amoreira.

Das qualificações e competências adquiridas pelo público da programação artística, cada vez são mais os candidatos à criação de serviços diretamente relacionados com as aprendizagens efetuadas. Já existe um movimento de competências adquiridas que tem permitido a alguns jovens avançarem na monitorização de *workshops* de dança, design para publicação e digital, propostas para a criação de produtoras de música e vídeo, criação de espetáculos itinerantes, etc.

É no valor acrescentado destas capacidades, transformadas em serviços, e na sua expansão que reside um dos trunfos principais da sustentabilidade futura do Centro de Experimentação Artística.

Perspectivas futuras

Com a aproximação da data de inauguração do Centro de Experimentação Artística do Vale da Amoreira (prevista para o início de 2012), deve equacionar se como o equipamento vai absorver as dinâmicas criadas através da programação artística, e a sua capacidade de criar um nova centralidade específica no Vale da Amoreira, tendo em conta o seu posicionamento na grande Lisboa.

Como elemento de consagração de todo o plano representado em *Arte Desconcentrada: Espaço de Experimentação Artística*, o CEA deve acolher as atividades em vigor no plano de ação, usando a sua capacidade funcional para alargar a amplitude e a qualidade da mesma.

As dinâmicas territoriais desenvolvidas pela programação artística são de transição quase imediata para o novo espaço, havendo já expectativas e aspirações da parte dos coletivos/grupos artísticos e culturais nessa transição.

Da conseqüente instalação das atividades da programação artística e das dinâmicas daí decorridas para o novo espaço, tendo em conta as funções e valências projetadas para o Centro de Experimentação Artística, o seu modelo de sustentabilidade humana e financeira deverá assentar nos seguintes pressupostos:

- Desenvolvimento dos *workshops* de educação não formal;
- Acolhimento dos coletivos de expressão artística e cultural da Freguesia;

- Acolhimento das atividades de expressão artística e cultural das entidades locais;
- Instalação de cursos de formação profissional específicos (Técnico de Som e Luz, Produção Musical, Audiovisuais, Cenografia, Certificação de Competências, Produção e Organização de Eventos), bem como cursos de formação modelares;
- Instalação de coletivos de prestação de serviços técnicos já em desenvolvimento: Técnicos de Som, Ateliê de serigrafia, Design, Masterização e Gravação de música e vídeo, Editora. Estes serviços têm potencial de promover autoemprego e garantir a sustentabilidade dos equipamentos existentes;
- Acolhimento de residências artísticas de companhias e grupos externos ao território e de âmbito nacional, permitindo o contacto diário de profissionais do setor com formandos e profissionais do Vale da Amoreira;
- Realização de espetáculos/eventos de índole comunitário e associados às companhias/coletivos que realizem residências no Centro de Experimentação Artística;
- Exploração do bar e do Café-Concerto;
- Aluguer dos espaços e suas funcionalidades a entidades privadas, desde que não prejudiquem a natureza do espaço e o desenvolvimento das respetivas atividades.

Existem, no entanto, especificidades da intervenção que devem ser salvaguardadas, e a ocorrerem noutros espaços da Freguesia embora com CEA enquanto sede. Deve manter-se a realização de atividades nas escolas locais e atuar junto das comunidades quando os seus ritos culturais o exigem (é o caso das atividades com a população feminina cigana). A realização de parte da programação em vários locais da Freguesia continua a ser uma ferramenta importante de mobilização da população para as atividades a serem promovidas no CEA.

Esta sustentabilidade humana e financeira, vai depender em grande medida, do modelo de governança do equipamento e da sua relação com o grupo de trabalho responsável pelo desenvolvimento do plano de ação.

O Centro de Experimentação Artística vai ser propriedade da Câmara Municipal da Moita, responsabilidade prevista e aceite por todos os parceiros do grupo de trabalho e de todos os que têm assento na Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Bairros Críticos do Vale da Amoreira.

Também está previsto que a gestão das atividades a implementar no CEA seja partilhada por todos os parceiros do grupo, em regime de paridade, salvaguardando as responsabilidades de cada um e a sua natureza (Entidade Pública, Associação Local, IPSS e ONG's).

Falta ainda efetivar a forma como os parceiros se vão associar para garantir essa gestão partilhada, que pode assumir diversas formas: associação livre dos parceiros através de uma rede, consórcio ou entidade com personalidade jurídica.

Esta escolha, respetivo regulamento de competências e responsabilidades vai ser determinante para a aplicação de uma estratégia de financiamento, mas também para garantir a fidelização das entidades locais e das perceções e apropriação do CEA pela comunidade. Não se deve correr o risco de o novo espaço não ser sustentável e albergar um movimento artístico e cultural menor daquele que a programação artística conseguiu instituir.

O Centro de Experimentação Artística é uma oportunidade para requalificar o Vale da Amoreira enquanto espaço âncora a nível metropolitano de determinadas funções e atividades, do qual deve retirar o máximo proveito.

Bibliografia

Friedmann, John (1996), *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras, Celta Editora.

Grupo de Apoio Técnico (2006), *Diagnóstico: Operação Vale da Amoreira*, Vale da Amoreira.
Programa de Intervenção 2007-2011 (2006), *Protocolo de Parceria*, Vale da Amoreira.

Outras fontes

Reuniões mensais de consultores da Iniciativa Bairros Críticos com: José Manuel Henriques, Manuel Pimenta, Teresa Ramos, Isabel Guerra, Maria João Freitas, Rui Horta e Susana Sousa;
Equipa Técnica do Vale da Amoreira com Sérgio Oliveira, Ana Quintelas, Isabel Vilhegas e Berta Chaves.



Fig. 1 – Valências e Funções do Centro de Experimentação Artística, por Pedro Pinhal, ILAM 2835.

MARÇO 2010
PROGRAMAÇÃO

**CENTRO DE EXPERIMENTAÇÃO ARTÍSTICA
VALE DA AMOREIRA**

WORKSHOPS

MÚSICA

PRODUÇÃO MUSICAL · ESCRITA CRIATIVA · GRAVAÇÃO / MASTERIZAÇÃO
INSTRUMENTOS · EDUCAÇÃO MUSICAL · VOZ / CANTO · DJING · PERCUSSÃO

DANÇA

DANÇAS AFRICANAS · BATUCADEIRAS · DANÇA CRIATIVA
KUDURO · HIP HOP · DANÇA CIGANA · DANÇA CONTEMPORANEA

OFICINA DE CINEMA · CICLOS DE CINEMA

INSCRIÇÕES
A PARTIR DO DIA
20 FEV
PÉ DE VENTO

Local: (Bairro Fundo Fomento, Largo dos Cravos Bloco 50 R/c)

INSCRIÇÕES dos Workshops
De SEG a SEX 15:00 / 19:30

ESCOLA EB1 JI Nº 1

Pavilhão
Rua António Botto

Danças Africanas	18:00 / 19:00 (TER)
	19:15 / 20:30 (TER QUI)
Monitor: TORRE TAVARES	
Kuduro	16:30 / 20:15 (SEG)
	18:00 / 19:15 (QUI)
Monitor: ADRIANO CORREIA	
Hip Hop	17:45 / 19:00 (SEG QUI)
	12:15 / 12:30 (SAB)
	15:00 / 16:15 ()
Monitor: A. Desiguar	

PÉ DE VENTO

Bairro Fundo Fomento
Largo dos Cravos Bloco 50 r/c

Ciclo de Cinema

18:30 / 20:00 (SAB) 27
21:00 / 22:30

ESCOLA EB 2+3

Pavilhão Gimnodesportivo
Bairro Paizão

Dança Cigana

18:30 / 17:45 (QUA)
Monitor: CAROLINA FONSECA

BIBLIOTECA

Avenida Biblioteca Municipal
Av. Almeida Negreiros

Expressão Dramática

15:00 / 16:15 (QUA | SAB)
Monitor: DANIEL MARTINHO

AMAANGOLA

Bairro Fundo Fomento
Praça dos Camélias Aja 11

Gravação / Masterização
Produção Musical
Escrita Criativa

15:00 / 17:00 (SEG | QUA | SEX)
Monitor: JANEIRO DA COSTA
SAS M · PIBEIRO C · BANASTRA

Workshop de DJing

15:00 (SAB) 27
Monitor: DJ SAS

01 e 02 Oficinas de Apoio
Projecto Educativo "Máquinas"

Dinamização: FUNDAÇÃO SERRALVES
Local: ESCOLAS VALE DA AMOREIRA

CONTACTOS

cea.valedaamoreira@gmail.com
www.cea.valedaamoreira.blogspot.com

Centro Experimentação Artística conclusão Prevista para 2011

EM ABRIL

05 a 09 10:00 / 13:00 14:00 / 17:30

Oficina de Cinema

O Primeiro Olhar
Dinamização: OS FILHOS DE LUMIÈRE
Local: BIBLIOTECA VALE DA AMOREIRA

DOM 20 15:00 / 18:00

Workshop de Percussão

Na Descoberta do Ritmo do Corpo
Monitor: BRICK TROVADORA
Local: AMAANGOLA

EDUCAÇÃO MUSICAL

INSTRUMENTOS

MATERIA | VIOLA

BAIXO | TEGELAS

VOZ E CANTO

Fig. 2 – Programação regular das atividades de experimentação Artística, por Pedro Pinhal, ILAM 2835.

86

A demolição do bairro do Aleixo e a acção da população local vista pela imprensa diária e nas notícias *online*

MARIA MANUELA MENDES*

Resumo

Esta reflexão tem um carácter meramente exploratório e servirá de base à discussão sobre as alternativas ao nível da acção político-administrativa e da acção popular que se colocam a curto prazo ao bairro do Aleixo localizado na cidade do Porto. Os cenários a curto prazo que se vislumbram são: a sua destruição, reabilitação ou revitalização? Por outras palavras, o seu desaparecimento ou a sua continuidade? Os resultados que aqui se apresentam têm ainda um carácter preliminar e exploratório, sendo de evidenciar a desvalorização e subvalorização da acção dos habitantes e suas instituições neste processo, por contraste com uma maior atenção que é conferida à acção da autarquia portuense. Apesar de as notícias qualificarem a operação em proposta e agora em curso como reabilitação ou requalificação urbana, parece claro a partir da análise documental efectuada, que estamos perante uma operação de renovação urbana. Tudo indica que a profecia se auto-realizará. Como técnicas de pesquisa utilizámos a análise documental, a análise estatística, a análise de conteúdo centrada em notícias de jornais diários desde 2005 até 2010 e em alguns sites de notícias online seleccionadas de forma casual. Para além disso ainda efectuámos algumas entrevistas exploratórias a moradores e a uma associação local¹.

Palavras-chave: bairro do Aleixo, Porto, moradores, associação de moradores, renovação urbana.

* Professora na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL) e investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). Contacto de e-mail: mamendes@fa.utl.pt

¹ Na redacção deste texto contamos com a prestímosa colaboração da APSPBA (Associação de Promoção Social da População do Bairro do Aleixo) que para além de ter permitido a realização de uma entrevista a um dos responsáveis da Associação, disponibilizou à autora estudos, pareceres, relatórios e fotografias do bairro. Agradecemos, ainda, à Graça Índias Cordeiro os comentários e sugestões que em muito contribuíram para uma maior clareza e solidez deste artigo.

Abstract

The demolition of Aleixo neighborhood and the popular action seen by newspapers and online news

This reflection is purely exploratory and serves as a basis for discussion about the political and administrative alternatives and popular intervention facing the next future of Aleixo neighborhood in the city of Porto. The scenarios in the short term are: destruction, rehabilitation or revitalization? This is, the disappearance or the continuity? The results presented here are still only preliminary and merely exploratory, and they show the depreciation and undervaluation of the action of the people and their institutions in this process, in contrast with more attention given to the action of the municipality of Oporto. Despite the news that qualified this process as rehabilitation and urban renewal, it seems clear from the document analysis carried out, that here we have an urban renewal operation and everything indicates that the prophecy was self-realized. Research techniques used are the document analysis, statistical analysis, content analysis focused on news from daily newspapers from 2005 to 2010 and some online news sites selected in a haphazard way, we also made some exploratory interviews to the residents and to a local association.

Keywords: Aleixo social housing, Porto, residents, neighborhood associations, urban renewal.

“Os pobres também têm direito a boas vistas”
(morador do Aleixo, JPN, 22/7/08)

Introdução

Os processos de urbanização na cidade do Porto vão a par das transformações na estrutura económica da cidade. No Porto, em meados do séc. XIX, há um crescimento acelerado da população migrante, registando-se um extraordinário afluxo de uma mão-de-obra que procurava emprego na indústria nascente (agravada por exemplo, pela crise na agricultura), aumentando assim a procura de habitação por parte dos estratos sociais mais pobres.

A industrialização da cidade levou à improvisação de soluções por parte dos privados (“as ilhas”) e a uma hesitação e escassez ao nível das respostas por parte dos poderes públicos, o que aconteceu tardiamente (de forma mais consistente, após 1956). Estas soluções improvisadas e tardias afectaram sobretudo as classes populares. Mais tarde a desindustrialização da cidade afectou principalmente os moradores dos bairros sociais. O desaparecimento de muitas indústrias, bem como a falta de oferta de emprego neste domínio, aliada às baixas qualificações desta população dificultou o seu enquadramento nos serviços, cuja inserção se operava sobretudo em segmentos desqualificados.

De uma forma geral, desde 1974 e até à actualidade, as orientações políticas na cidade do Porto têm apostado em novas construções de alojamentos sociais; no apagamento da problemática do centro histórico da cidade; na ausência de investimento na recuperação dos bairros sociais; na existência de ilhas e de populações mal alojadas; no recurso pontual a políticas habitacionais estatais e a programas europeus de desenvolvimento urbano; na desertificação da baixa citadina e emergência recente da Sociedade de Reabilitação Urbana...

Até 2009/2010 a cidade do Porto contava com 48 bairros sociais, sendo que três destes empreendimentos municipais se referem a ampliações de bairros pré-existentes (Falcão, Cerco e Lagarteiro) e que totalizavam cerca de 13 400 fogos. O número de pessoas autorizadas a residir em habitação social na cidade do Porto era de aproximadamente 33 000.

É de notar que a habitação social na cidade não se reduz aos chamados bairros sociais, estendendo-se às «ilhas» e a outras habitações do património público. Refira-se ainda que o Porto é uma das cidades europeias com mais bairros sociais edificados em pleno centro da cidade, sendo que cerca de 20% dos portuenses vivem nestes espaços residenciais².

² Em 2001, o Porto tinha 263 131 residentes e em 2011, 237 559.

Bairro do Aleixo: apresentação do contexto local



Fig. 1 – As “boas vistas” sobre o Rio Douro a partir do bairro de Aleixo (Créditos: APSPBA).

Relativamente à própria palavra bairro, esta releva de uma ideologia comunitária, associada à ideia fundadora do bairro em torno de uma igreja e de uma paróquia, neste contexto, o bairro representaria o quadro natural da vida social na cidade à escala humana. Para H. Lefebvre (1967, citado por Clavel, 2004) tal corresponde a uma expressão normativa e sem fundamento. Ledrut (1968) e Lefebvre (1967) consideram que o bairro qualifica um fragmento do espaço recortado por necessidades de pesquisa. Surgem assim como espaços reificados e socialmente instituídos, nos quais encontramos os efeitos do espaço (fenómenos aparentemente físicos que se devem às clivagens sociais e económicas, reproduzindo desigualdades mesmo no plano da linguagem, Bourdieu, 1993) e efeitos do lugar (pensamento substancialista de lugar, Bidou-Zachariasen, 1997, p. 99). Tais espaços sociais reificados estão inscritos nas estruturas sociais e mentais, afirmando-se o poder de forma subtil, enquanto, violência simbólica nem sempre perceptível (Clavel, 2004).

O bairro do Aleixo, cujo proprietário é a Câmara Municipal do Porto, localiza-se na zona sudoeste da cidade do Porto, mais concretamente na freguesia de Lordelo do Ouro (nesta freguesia localizam-se 9 bairros camarários, representando em 2011, 45% dos 22 mil habitantes que vivem nesta freguesia portuense), muito próximo da marginal do Rio Douro (a sul), contextualizando-se assim num enquadramento paisagístico privilegiado

(com uma vista de postal), o que por um lado valoriza esta zona e por outro, a torna num alvo fácil de forte pressão urbanística. Desde há alguns anos que este bairro se encontra cercado por edifícios mais recentes (com muitos apartamentos para venda, por saída da população) e onde residem grupos sócio-económicos mais privilegiados.

Este bairro que começou a ser construído antes de 25 de Abril de 1974 (entre 1968 e 1976), é constituído por 5 torres de 13 pisos, cada uma contendo 64 fogos, com uma morfologia muito particular e uma qualidade do edificado que o distingue dos outros bairros sociais portuenses, embora a respeito da sua génese ainda subsista alguma controvérsia: será que este bairro foi concebido e construído para o mercado social da habitação ou para o mercado privado?³ Por comparação e exceptuando as Torres da Pasteleira, os restantes bairros sociais da cidade do Porto têm em média 4 pisos. Embora este edificado se encontre próximo de duas das vias mais importantes da cidade do Porto (a Rua do Campo Alegre e a Av. Marginal do Douro), não deixa de ser um bairro fechado sobre si mesmo face à cidade no seu conjunto e face ao meio envolvente. No seu interior é caracterizado por arruamentos largos e praticamente não tem espaços comerciais. Os primeiros habitantes do Aleixo eram oriundos da zona da Ribeira-Barredo que foram aqui realojados na sequência do plano de renovação urbana para a Ribeira-Barredo que começou a ser concretizado em 1974 (CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo).⁴ Paralelamente ao processo de realojamento registou-se a ocupação de alguns fogos no bairro, que ainda estavam inacabados e que foram tomados de assalto após Abril de 1974 (por exemplo na torre 2).

Apesar da volumetria do edificado, o Aleixo não é visível a partir das vias que o circundam, por outro lado, os movimentos e deslocações dos seus moradores tendem a confinar-se ao bairro e à sua área envolvente. É um bairro que está assim em descontinuidade com a cidade, configurando a forma de enclave espacial⁵. Este lugar tem sido palco de conflito e de violência que envolve os moradores e forças policiais. Para Luís Fernandes (1999, p. 106), um dos investigadores que tem estudado de forma mais consistente e numa perspectiva qualitativa alguns dos bairros sociais do Porto, o bairro em questão é o que mais vezes é assinalado como problemático, sendo apontado como o símbolo mais estigmatizado da cidade, o que aparece bem vincado nas notícias analisadas.

³ Os representantes da Associação de Promoção Social do Bairro do Aleixo alegam que o bairro foi edificado “de raiz” para as classes populares.

⁴ Foi a entidade responsável pela recuperação e reabilitação do Centro Histórico do Porto, entre 1974 e 2003, seguindo os princípios da “Carta de Veneza”. O CRUARB entendia o Centro Histórico como um valor patrimonial global que incluía, para além de valores históricos, arquitectónicos e estéticos, também uma realidade social e cultural. Criado em Setembro de 1974, sob a dependência do poder central, o CRUARB passou para a tutela do Município do Porto em 1982, passando a Direcção do Projecto Municipal de Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto, em 1985. A actividade desenvolvida pelo CRUARB foi decisiva para a apresentação da candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO para classificação como Património Cultural da Humanidade, em 1991.

⁵ É mais comum o conceito de enclave étnico, referindo-se à dimensão económica das subeconomias de feição étnico-nacional e que desempenham um papel importante integração dos imigrantes e na sua mobilidade social, p.e. nos EUA (Lin, 2011: 26).

O tráfico e o consumo de drogas têm aqui alguma visibilidade e importância muitas das vezes mediatizada, encontrando-se geralmente concentrado na Torre 1, ou seja, junto a uma das entradas do bairro. Este problema social e urbano (Castells [1972] 1983) está presente na imagem que os portugueses têm deste espaço, constituindo-se como um factor de estigmatização dos seus residentes. Este problema é também apontado pelos actores político-partidários como o principal problema deste bairro, daí terem surgido propostas no sentido da sua demolição. Numa das notícias em análise o próprio Presidente da Câmara Rui Rio enfatiza o facto de este bairro ser a “vergonha da cidade”, sendo na actualidade o “principal centro de tráfico de droga”. De facto, é comum a amplificação mediática deste problema, embora não tenhamos escolhido de forma intencional notícias que versavam sobre este tema, este surge amiúde como uma informação estigmatizante numa certa continuidade temporal. No entanto, entre os atributos mais difundidos encontra-se a alusão ao seu “elevado estado de degradação”, sendo rotulado de “bairro das drogas”, “bairro do tráfico”, “gueto português”, “centro de tráfico e de consumo de droga” (o atributo mais frequente), “mercado e supermercado de droga do norte do país aberto 24 horas por dia” e “chaga social” (atributo recorrente nos discursos do Presidente da Câmara, Rui Rio), configurando-se como um espaço social marginal, uma zona de evitamento, arredado da cidade dominante.



Fig. 2 – Demolição da torre 5 do bairro do Aleixo.

De acordo com os dados dos Censos de 2001 para as 2 subsecções estatísticas onde as 5 torres do bairro se encontravam, regista-se nesta circunscrição territorial um total de 49 edifícios⁶, todos edifícios clássicos; dos 374 alojamentos, 94,4% eram alojamentos clássicos de residência habitual e mais de metade tinha 5 ou mais divisões.

Quadro 1 – Edifícios e alojamentos por tipos e por número de divisões, 2001

Edifícios	n	%
Total de Edifícios	49	100,0
Total de Edifícios Clássicos	49	100,0
Total de Alojamentos	374	100,0
Alojamentos Clássicos de Residência Habitual	353	94,4
<i>Nº de divisões dos Alojamentos Clássicos de Residência Habitual</i>		
1 ou 2	1	0,3
3 ou 4	171	48,4
5 ou +	181	51,3

Fonte: INE, Censos de 2001.

Nestes alojamentos residiam, no momento censitário, 1379 pessoas pertencentes a 357 famílias (INE, 2001). No entanto, dados mais recentes dão conta de um decréscimo no número de residentes, apontando para um quantitativo de 960 habitantes em 2009 (Azevedo e Baptista, 2009).

Por sua vez, a informação recolhida pela Câmara Municipal do Porto (CMP) no Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal (1999) para o bairro do Aleixo indica um total de 320 alojamentos, onde residiam 292 agregados familiares e 1361 indivíduos, ou seja, valores próximos dos dados censitários.

De acordo com ambas as fontes de informação, e embora mais uma vez os dados recolhidos pela CMP, por se reportarem a uma área mais restrita, apresentem tendências mais extremadas, as famílias residentes são tendencialmente numerosas, sendo muito significativo o número de famílias com pelo menos 5 pessoas. Este facto gera situações de sobrelotação dos alojamentos, ainda que, pela distinta génese deste bairro, a dimensão das habitações seja superior à que é comum encontrar em bairros de habitação social. A maior parte dos alojamentos (em 51,3% dos casos) recenseados pelo INE tinham pelo menos cinco divisões.

⁶ Para além das 5 torres, existem nestas subsecções estatísticas 36 edifícios de um ou dois pisos e oito de 3 ou 4 andares.

Quadro 2 – Famílias por número de elementos e dimensão média⁷

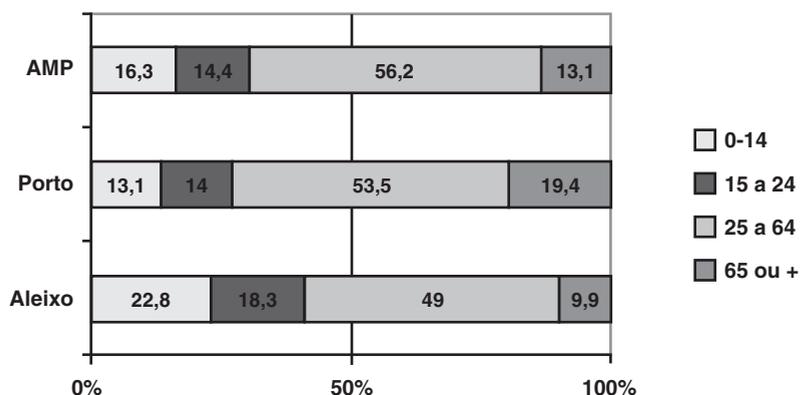
Dados sócio-demográficos	CMP (1999)	Censos (2001)
<i>Nº Total de Famílias (nº)</i>	292	357
Nº indivíduos	1361	1379
1 ou 2 pessoas (%)	17,1	29,4
3 ou 4 pessoas (%)	37,0	38,7
5 ou mais pessoas (%)	45,9	31,9
<i>Dimensão média das Famílias</i>		
Bairro do Aleixo	4,7	3,9
Concelho do Porto	-	2,6
A.M.P.	-	2,9

Fonte: CMP, Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal, 1999; INE, Censos de 2001.

Neste bairro há um grande número de famílias numerosas, havendo por um lado, um elevado número de famílias clássicas com crianças (menores de 15 anos) e por outro, idosos (maiores de 64 anos), 51,3% e 30% respectivamente.

A população do Bairro do Aleixo é muito jovem, sendo elevada a proporção de residentes com menos de 25 anos, ou seja, mais de 40% dos residentes (em ambas as fontes de informação). Por outro lado, a população menos jovem assume quantitativos bastante mais reduzidos (9,9% INE e 7,9% CMP).

Figura 1 – Estrutura etária da população residente, 2001



Fonte: INE, Censos de 2001.

⁷ Notar que os dados da CMP e os do INE não são directamente comparáveis pois, para além de se reportarem a anos e a espaços com limites ligeiramente diferentes, podem não utilizar os mesmos critérios na definição das famílias.

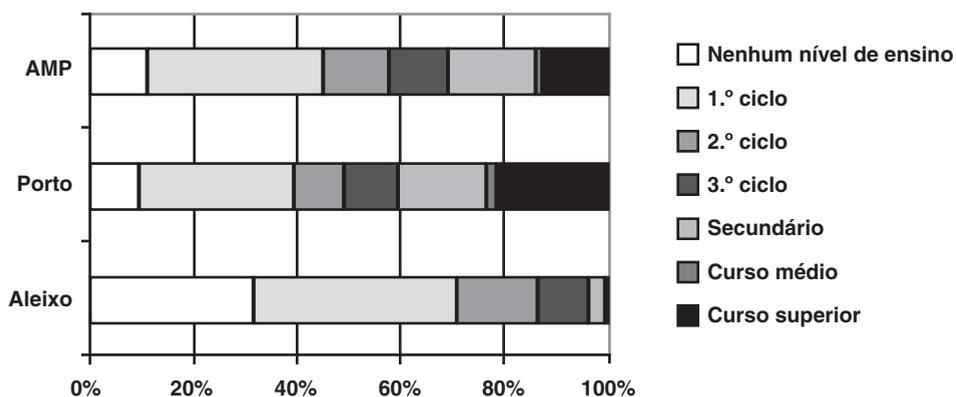
Quadro 3 – Estrutura etária da população residente, 1999

Grupos etários	n	%
0 a 15 anos	364	26,8
16 a 24 anos	257	19,0
25 a 44 anos	379	27,9
45 a 64 anos	249	18,4
65 ou + anos	107	7,9
Total	1356	100,0

Fonte: CMP, Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal, 1999.

Os níveis de instrução da população são bastante reduzidos e generalizados a toda a população, constatando-se que cerca $\frac{3}{4}$ dos residentes das subsecções estatísticas do INE onde se localiza o bairro possui apenas o 1º ciclo do ensino básico ou não tem tão-pouco qualquer grau de escolaridade completo, o que contrasta com o perfil de escolarização da população residente no concelho no Porto e no conjunto da Área Metropolitana do Porto.

Figura 2 – População residente por nível de escolaridade (completo), 2001



Fonte: INE, Censos de 2001.

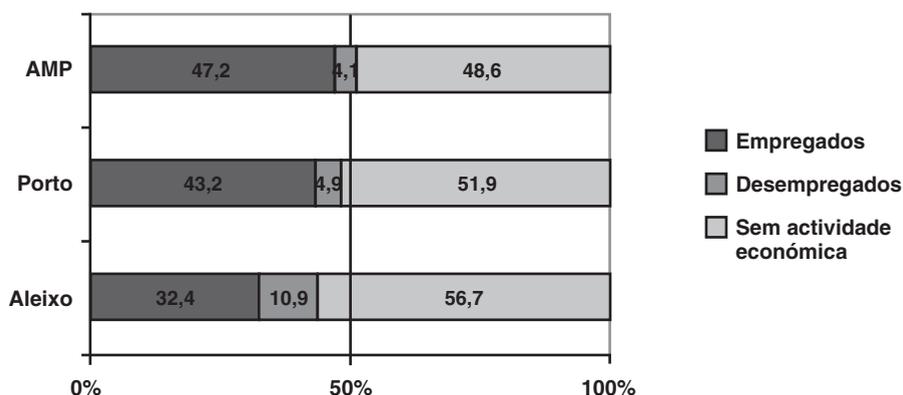
Quadro 4 – População residente com mais de 6 anos por nível de instrução

Nível de escolaridade	n	%
Sem saber ler e escrever	91	7,5
Sabe ler e escrever	105	8,7
1º ciclo E.B.	573	47,5
2º ciclo E.B.	272	22,6
3º ciclo E.B.	118	9,8
Ensino secundário	38	3,2
Curso médio	4	0,3
Curso superior	5	0,4
Total de Respostas	1206	100,0

Fonte: CMP, Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal, 1999.

No que se refere à condição perante a actividade económica, verifica-se que mais de metade dos residentes do Aleixo não exerce qualquer actividade económica. Neste conjunto de pessoas, enquadram-se os estudantes e a categoria “outros”, que inclui para além das crianças que ainda não atingiram a idade escolar, as domésticas, os incapacitados para o trabalho e os reformados, assumindo esta categoria um peso significativamente superior ao detectado para o município e Área Metropolitana do Porto (AMP). Este facto é, sobretudo, um reflexo da estrutura etária dos habitantes do Aleixo, muito mais rejuvenescida do que a que caracteriza as outras unidades geográficas.

Figura 3 – População residente por condição perante a actividade económica, 2001



Fonte: INE, Censos de 2001.

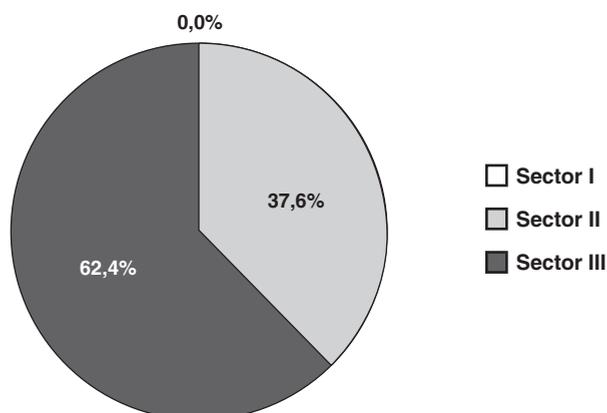
Quadro 5 – População residente sem actividade económica, 2001

Condição perante o trabalho	Aleixo		Porto	AMP
	n	%	%	%
Total sem actividade económica	782	100,0	100,0	100,0
Estudantes	248	31,7	20,3	20,7
Pensionistas ou Reformados	202	25,8	56,6	49,0
Outros	332	42,5	23,1	30,3

Fonte: INE, Censos de 2001.

Os residentes que exercem uma actividade económica representam apenas 32,4% da população, encontrando trabalho principalmente no sector terciário.

Figura 4 – População residente empregada por sector de actividade, 2001



Fonte: INE, Censos de 2001.

Sendo um reflexo do quadro generalizado de baixas credenciais escolares encontrado, o peso dos trabalhadores não qualificados é muito elevado, incluindo quase metade da população residente empregada abrangida pelo questionário efectuado pela CMP para o Estudo Socio-Económico da Habitação Social Municipal. Em oposição, o peso das categorias profissionais que exigem maior nível de instrução é quase residual, representando os “quadros superiores”, “profissões intelectuais e científicas” e “técnicos intermédios” no seu conjunto pouco mais de 3% das pessoas com emprego.

Quadro 6 – População residente empregada por categoria profissional, 1999

Grupos sócio-profissionais	n	%
Quadros superiores	4	0,9
Profissões intelectuais e científicas	2	0,5
Técnicos intermédios	8	1,8
Pessoal administrativo	31	7,1
Pessoal dos serviços e vendedores	41	9,4
Trabalhadores da agricultura e pescas	2	0,5
Operários e artífices	110	25,2
Operadores de máquinas e similares	25	5,7
Trabalhadores não qualificados	214	49,0
Total	437	100,0

Fonte: CMP, Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal, 1999.

Por sua vez, o peso dos desempregados é muito significativo, ultrapassando, de acordo com os dados dos Censos, 10% da população residente nas subsecções estatísticas onde o bairro está implantado. O desemprego atinge mais de 30% das famílias residentes nesta área, alcançando níveis muito superiores aos registados nas unidades territoriais onde o bairro se insere.

Quadro 7 – Famílias clássicas por número de desempregados, 2001

Famílias clássicas por nº de desempregados	Aleixo		Porto	AMP
	n	%	%	%
Famílias clássicas sem desempregados	246	68,9	88,7	89,2
Famílias clássicas com 1 desempregado	81	22,7	10,0	9,7
Famílias clássicas com 2 ou + desempregados	30	8,4	1,3	1,0
Total de Famílias Clássicas	357	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos de 2001.

Com níveis de desemprego tão elevados e predomínio de trabalhos pouco qualificados e mal remunerados, os rendimentos de muitas das pessoas do bairro provêm em larga medida de prestações sociais e de actividades informais e precárias – biscates, venda na rua, etc. – ou mesmo de actividades ilegais – receptação de produtos roubados e actividades de apoio ao tráfico de droga.

Notícias sobre o bairro: Demolição *versus* Reabilitação?

No âmbito das políticas urbanas e perante os efeitos perversos decorrentes da morfologia e tipologia de bairros com este carácter, a acção política local tem apostado, ora em acções pontuais de requalificação urbana (intervenções na melhoria e conservação das fachadas dos edifícios, nos espaços públicos, etc.) ora ainda em iniciativas que passam pela demolição dos “bairros-problema” não desencadeando políticas mais estruturantes que envolvam a reabilitação ou até a regeneração destas zonas da cidade. Em particular na cidade do Porto, o actual edil tem procurado implementar a primeira solução em alguns bairros e a segunda naqueles identificados como os “mais problemáticos”. Com efeito, foi neste quadro que se fez a demolição parcial do Bairro S. João de Deus durante o primeiro mandato, entre 2002-2006. A resolução dos problemas sociais e urbanísticos dos bairros camarários tem obedecido a uma lógica que passa por implodir e dinamitar o edificado e pela expulsão dos residentes e não tanto pela resolução dos problemas; há, assim, uma tentativa de se livrar deles, mas estes tendem a permanecer e a reproduzir-se pela cidade.

Já há algum tempo atrás, precisamente durante a Presidência de Nuno Cardoso (1999-2002) se discutiu a destruição ou implosão do Aleixo. Com o actual executivo e já durante as últimas eleições este assunto voltou à agenda política. Embora após 2002 esta decisão tenha sido adiada e apesar das posições antagónicas manifestas, ciclicamente este assunto tem regressado à agenda política e mediática. A demolição do bairro do Aleixo e o realojamento dos seus residentes foi decidida antes das últimas eleições autárquicas contando com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PS, só a CDU votou contra. Na implementação desta acção o poder local lançou um concurso público, apelando à participação de grupos económicos por via de consórcios entre as instituições bancárias e empresas imobiliárias (acção público/ privado) e com uma pequena participação da autarquia, tendo-se criado o Fundo Especial de Investimento Imobiliário (FEII). A este concurso só se candidatou um consórcio, liderado pelo BES (GESFIMO), tendo ficado previsto que este ficará com os terrenos onde está edificado o Aleixo; aqui, surgirá uma urbanização de luxo, competindo a este consórcio realojar os residentes do bairro (não a totalidade, já que estão excluídos os traficantes). Prevê-se a existência de 24-25 m² de área bruta de construção, cerca de 120 casas (com um valor de 11-13 milhões de euros), 20% dessa área deverá ter correspondência em habitações reabilitadas no centro. São 5 lotes para construção de edifícios de 8 pisos com T3 e T4 com valores de mercado entre os 450-600 mil euros. O lucro estimado é de 63,4 milhões de euros.

No entanto o PDM terá que ser alterado dado que o contrato com a Gesfimo determina que o local onde está a escola deixe de ser zona de equipamento e passe a ser habitação. A Gesfimo beneficiará de um conjunto de benefícios fiscais atribuídos em acções de reabilitação urbana.

Nas notícias analisadas a intervenção camarária prevista para o Aleixo é classificada de requalificação urbana. Esta tese é defendida pelo edil que considera “incomportável” o custo da reabilitação das torres.

Neste processo a CMP classificou o Aleixo como “área de reabilitação urbana” sustentando que irá desencadear operações de loteamento e obras de urbanização para recuperar a área (Correia, 2009).

Mas a “reabilitação urbana” de que trata a Lei nº 67-A/2007 de 31 de Dezembro é o “processo de transformação do solo urbanizado, ... com o objectivo de melhorar as suas condições de uso, *conservando o seu carácter fundamental*” (a itálico, nosso).

Sobre esta questão, o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional em resposta a um requerimento dos deputados do Bloco de Esquerda (BE) (em 2009), esclareceu que “a preconizada demolição dos imóveis não se integra no conceito de acção de reabilitação para os efeitos da aplicação dos benefícios fiscais previstos no novo artigo 71º do estatuto dos Benefícios Fiscais”. Isto significa que os promotores imobiliários envolvidos neste processo (Gesfimo e Espart) não vão poder contar para esta demolição com os benefícios fiscais destinados à reabilitação urbana.

As acções de reabilitação urbana são definidas como *intervenções destinadas a conferir adequadas características de desempenho e de segurança funcional, estrutural e construtiva a um ou vários edifícios, ou às construções funcionalmente adjacentes incorporadas no seu logradouro, bem como às suas fracções, ou a conceder-lhe novas aptidões funcionais, com vista a permitir novos usos ou o mesmo uso com padrões de desempenho mais elevados, das quais resulte um estado de conservação do imóvel, pelo menos, dois níveis acima do atribuído antes da intervenção* (“Acções de Reabilitação”, artigo 1 do Decreto-Lei 104/2004, de 7 de Maio e artigo 2º do Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana publicado no Diário da República – 1ª Série – nº 251 de 31 de Dezembro de 2007).

A referida proposta foi apresentada sob o alegado enquadramento no “Regime Extraordinário de Apoio à Reabilitação Urbana” previsto no art.º 82 da Lei do Orçamento do Estado para 2008 (Lei nº Q67-A/2007, de 31/12). Como é sabido, os incentivos fiscais consagrados no citado Regime Extraordinário (isenção de IRC relativamente aos rendimentos obtidos por fundos de investimento imobiliário a constituir, tributação em IRS ou IRC à taxa especial de 10% dos rendimentos respeitantes a unidades de participação nos mesmos fundos, etc.) são aplicáveis às acções de reabilitação de imóveis que se encontrem arrendados e sejam passíveis de actualização faseada de renda ou em imóveis localizados em áreas que sejam delimitadas como áreas de Reabilitação Urbana.

Esta proposta não parece configurar nem um processo ou estratégia de reabilitação, nem de requalificação urbanas⁸. Com efeito, a reabilitação supõe o respeito pelo carácter arquitectónico dos edifícios. Assim e como bem refere Moura et al. (2005) a reabilitação não pode representar a destruição do tecido, mas a sua ‘habilitação’, a readaptação a novas situações em termos de funcionalidade urbana.

⁸ Segundo Moura et al. a reabilitação implica geralmente uma revalorização física e ambiental, permitindo readequar o tecido urbano degradado, dando ênfase ao seu carácter residencial, no qual geralmente se fazem duas intervenções complementares: no edificado (por exemplo, o modo de reabilitar um edifício pode implicar a demolição de alguns elementos e a construção de novos); na paisagem urbana (elementos de visibilidade, fachadas, espaços de transição como o espaço (Moura et al., 2005: 6). A requalificação urbana, por sua vez, é considerada um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica. Procura a (re)introdução de qualidades urbanas, de acessibilidade ou centralidade a uma determinada área (sendo frequentemente apelidada de uma política de centralidade urbana). Provoca a mudança do valor da área, ao nível económico (actividades económicas com alto valor financeiro), cultural (localização de usos económicos relacionados com a cultura), paisagístico e social (produção de espaços públicos com valor de centralidade) (Moura et al. 2005: 10).

Por sua vez, a requalificação urbana é sobretudo um instrumento para a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica (Moura et al. 2005).

Aqui, o que está em discussão é a destruição do edificado existente e o deslocamento ou remoção dos seus habitantes, havendo a sua substituição por novos edifícios e novas populações, o que se insere numa estratégia de renovação urbana.

É verdade que de uma forma geral, o mais comum é as autarquias intervirem na componente física dos edifícios e espaços urbanos, a fim de resolver situações de urgência e de precariedade. Assim sendo, estas intervenções de reabilitação permitem resolver essencialmente problemas de degradação dos imóveis e responder a necessidades dos seus moradores, garantindo uma melhoria das condições de habitabilidade.

A reabilitação deveria ser entendida num sentido mais alargado, procurando-se não só a valorização física e ambiental, mas sobretudo a valorização económica e social dos espaços e sociedades locais. Ou seja, as intervenções de nível físico têm que ser enquadradas numa perspectiva de resolução dos problemas sociais. A reabilitação a nível físico dever ter objectivos económicos e sociais.

É sabido que qualquer projecto de reabilitação e até de regeneração urbana envolve relações complexas entre os vários intervenientes ou grupos de interessados, bem como, um elevado grau de interacção entre eles. Yu e Kwon (2010) sintetizam alguns dos factores críticos de sucesso em projectos de regeneração na Coreia, associados às funções de gestão e a uma gestão cooperativa, dimensões não afluadas nas notícias analisadas a respeito da proposta da CMP. Os autores revelam uma orientação eminentemente reflexiva e estratégica, ao reafirmarem que: “the proper application of key management functions such as planning, organizing, leading (motivating, influencing and communicating), and monitoring and controlling (Barrie and Paulson, 1992; Holt, 1993; Kerzner, 2006 citados por Yu e Kwon) is critically important for the effective, efficient, and cooperative management of urban regeneration projects. On the other hand, the characteristics and context of an urban regeneration project which differentiate it from general construction projects inevitably affect the success of project management and the project itself” (Yu e Kwon, 2010: 3).

Neste processo definido pela edilidade portuense, compete ao consórcio fazer o realojamento da população em novas habitações sociais ou em casas municipais entretanto reabilitadas por esta entidade. A demolição do bairro deve estar concretizada em 2013 e será faseada, prevendo-se ainda que em 2010 decorram as primeiras demolições⁹. Antevê-se que o processo de realojamento seja moroso e que possa durar entre 4 a 5 anos.

No passado a acção dos moradores interligada com a acção dos partidos representados na vereação conseguiram protelar esta vontade já manifesta há mais de 10 anos atrás.

⁹ A profecia auto-realizou-se e as demolições iniciaram-se em 16/12/2011. Ou seja, a demolição começou quase 1 ano e meio depois de este artigo ter sido escrito, mas o presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, espera que a demolição de todo o bairro do Aleixo decorra até 2013. Ver <http://porto24.pt/porto/16122011/bairro-do-aleixo-o-dia-em-que-a-torre-5-foi-abaixo/>.

Nas notícias em análise é recorrente a pouca importância e até subvalorização que é conferida à acção da população. Nas notícias a que acedemos detecta-se apenas uma breve alusão a uma providência cautelar (em Agosto de 2008) interposta pela Associação de Promoção Social do Bairro do Aleixo e que conseguiu atrasar o concurso público por 3 meses. Contudo o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto indeferiu essa providência cautelar argumentando que “ a deliberação do executivo não acarreta prejuízos para os seus habitantes”. Na entrevista que realizamos, a Associação de Promoção Social do Bairro do Aleixo queixa-se da falta de diálogo, não se encontrando nas notícias analisadas qualquer referência a momentos de auscultação e de participação da população, assim como, das organizações de bairro. É apenas relatada uma manifestação de alguns moradores junto ao edifício da Câmara, sob o olhar atento de um efectivo policial considerável.

Em França, na Holanda e na Inglaterra nos anos 60 e 70 do século passado demoliram-se grandes conjuntos habitacionais, apostando-se na renovação da vizinhança com a demolição e consequente nova construção. Em alguns locais a renovação urbana (p.e. na Holanda) provocou gentrificação. No fundo, estas cidades e partes de cidade disfuncionais associam-se a uma forma também funcionalista de gerir bairros densos de populações com poucos recursos económicos (Franklin, 2010).

As torres construídas apressadamente em alguns países europeus após a segunda guerra têm-se constituído em objecto de renovação impulsionada pelo poder público, o que implica não raras vezes a sua demolição. Esta destruição é para alguns urbanistas e eleitos locais uma forma espectacular e mediatizada de abalar e estilhaçar símbolos de pobreza e de insegurança urbana (Tiano, 2010). Mas para alguns dos seus habitantes estes processos configuram-se como uma forma de denegar a identidade e o valor emocional destes lugares, repositórios de relações e histórias pessoais, familiares e do próprio lugar.

A implosão de zonas problemáticas gera apenas a movimentação (realojamento) dos seus moradores para novas urbanizações, não conduzindo à resolução dos problemas sociais existentes, mas simplesmente à sua transferência para novos lugares. Um dos casos paradigmáticos de demolições é a do bairro social Pruitt-Igoe em St. Louis, Estado do Missouri, Estados Unidos projectado nos anos 50 e demolido em 1972.

O conjunto, construído em 1955 segundo os princípios modernistas (apartamentos em altura, grandes áreas públicas, corredores de acesso a espaços colectivos), tinha altos índices de violência e degradação das áreas comuns. Foi demolido 17 anos depois da sua construção. Alguns autores consideram a sua demolição como o fim “oficial” do movimento modernista na Arquitectura e no Urbanismo (Newman, 1996). Mereceriam um maior aprofundamento e questionamento o papel e a legitimidade do Estado local e do Estado central na demolição de habitações com fins sociais, bem como, os impactos destes processos sobre os directamente visados, sendo desde logo perceptíveis os efeitos perversos decorrentes de uma forte violência não só simbólica, mas também visual e até psíquica.



Fig. 3. A implosão da torre 5 do Bairro do Aleixo em 16 de Dezembro de 2011.

Fonte: <http://www.youtube.com/watch?v=t29fgA5M7VA>.

O conceito da renovação urbana é marcado pela ideia de demolição do edificado e conseqüente substituição por construção nova, geralmente com características morfológicas e tipológicas diferentes, e/ou com novas actividades económicas adaptadas ao processo de mudança urbana (Moura et al., 2005). São sobejamente conhecidos os efeitos sociais que esta política gerou, sobretudo nas cidades norte americanas e francesas: a reocupação das zonas centrais pelas actividades económicas de ponta (escritórios de grandes empresas multinacionais, sector financeiro); a expulsão de parte da função residencial dos centros das cidades com a progressiva periferização das classes médias, ou ainda das actividades económicas de fraca capacidade económica para competir no mercado imobiliário com as empresas de elevado estatuto económico e grande prestígio que buscavam no centro uma localização estratégica (Moura et al., 2005).

Notas conclusivas

É cada vez mais claro o esquiteamento da cidade entre zona oriental (classes populares e bairros sociais e populares) e ocidental (classes médias e altas, zona de condomínios e de vivendas), agravando-se as assimetrias no interior da cidade do Porto. É de questionar os mecanismos que a população e organizações de bairro têm à sua disposição para se fazerem ouvir e defenderem os seus direitos, nomeadamente à habitação e à cidade.

No quadro em análise e apesar da polarização de posições, a acção da população do bairro parece estar assim arredada da arena pública e da arena política, afigurando-se como inadiável a demolição do Aleixo. Mas outras questões mereceriam ser

aprofundadas e alvo de discussão política e cívica: na actualidade, qual a real capacidade de interlocução das associações de moradores? Qual o papel das forças políticas da oposição numa autarquia dominada por uma coligação com maioria? Não haverá limites ao poder político, mesmo que esteja em causa a manutenção e preservação do património público e a salvaguarda de sentimentos de pertença e de identidade de moradores face ao seu espaço habitado e vivido. Este texto porventura panfletário surgiu numa altura em que se voltou a rediscutir a implosão deste bairro, e poucos anos após a destruição de um outro bairro de habitação social da cidade do Porto, o bairro S. João de Deus. Políticas urbanas que implicam a implosão do edificado (habitações sociais) têm um forte impacto em termos de marketing urbano, envolvendo formas de violentação para quem nasceu e sempre viveu nestes locais, quebrando eventualmente atitudes e comportamentos de resistência numa tentativa de lhes apagar memórias e até a história sobre este lugar.

Relembre-se aqui neste contexto, a proposta que Ana Lima apresentou para o Aleixo (no âmbito da sua Licenciatura em Arquitectura pela FAUP, 2007). A arquitecta sustenta a sua proposta com base no trabalho de terreno que realizou junto desta população, defendendo a necessidade de não se “fragilizar a estrutura existente”, nesse sentido propôs apenas “a demolição das fachadas exteriores e a construção independente, numa estrutura leve, de uma segunda fachada, distando aproximadamente 3 m da existente, para onde os apartamentos iriam crescer em área útil, em conforto e em novas infra-estruturas. Pretendia que fosse uma co-construção com os próprios moradores onde a imagem final do conjunto seria o espelho e o resultado dessa riqueza e diferença de modos de vida.” Aqui se propõe a reutilização dos espaços, das potencialidade e capacidades deste lugar e da sua população, esta seria uma solução possível entre outras e que proporcionaria uma melhor qualidade de vida no espaço habitado na linha de intervenção accionada em França face aos “grands ensembles” por Druot, Lacaton e Vassal (2004).

Bibliografia

- Azevedo, Joaquim, Baptista, Isabel (2009), *Porto Solidário – Diagnóstico Social do Porto* (versão provisória), Porto.
- Câmara Municipal do Porto (1999), *Estudo Sócio-Económico da Habitação Social Municipal*, Porto, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação e Acção Social.
- Castells, M. [1972](1983), *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Clavel, Maité (2004), *Sociologie de l'urbain*, Paris, Anthropos.
- Correia (2009), “Bairro do Aleixo: novas soluções para problemas antigos”, *Direito Regional e Local*, 5, pp. 47-51.
- Druot, Frédéric, Lacaton, Anne, Vassal, Jean-Philippe (2004), *PLUS. Les grands ensembles de logements. Territoires d'exception*, Ministère de la Culture et de la Communication, Direction de l'Architecture et du Patrimoine.
- Fernandes, Luís (1999), *O sítio das drogas*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Franklin, Adrian (2010), *City Life*, London, Sage Publications.
- Geoideia (2004), *Estudo para a identificação de coordenadas condicionantes aos percursos de exclusão de famílias residentes nos bairros de Aldoar, Aleixo, Biquinha, Regado e S. João de Deus (relatório final)*, Lisboa, Programa Escolhas.

- Ledrut, Raymond (1968), *Sociologie urbaine*, Paris, PUF.
- Lefebvre, Henri (1967), "Quartier et vie de quartier", *Cahiers de L' IAURP*, Vol. 7.
- Lima, Ana Santos, "Aleixo: o início do fim", <http://www.revistapunkto.com/2011/12/aleixo-o-inicio-do-fim-ana-lima.html>
- Lin, Jan (2011), *The power of urban ethnic places: cultural heritage and community life*, NY, Routledge.
- Moura, Dulce et al. (2005), "A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo", in: Relatório *Políticas Públicas de Revitalização: reflexão para formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN*, Outubro de 2005.
- Newman, Oscar (1996), *Creating defensible spaces*, Washington, DC, U.S., Department of Housing and Urban Development.
- Pimenta, Manuel et al. (2001), *Estudo socioeconómico da habitação Social – Porto*. Porto, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação e Acção Social.
- Tiano, Camille (2010), «Quelles valeurs pour revaloriser les territoires urbains?», *Cybergeo: European Journal of Geography* [En ligne], Débats, Les valeurs de la ville, mis en ligne le 03 mai 2010, consulté le 11 décembre 2011. URL: <http://cybergeo.revues.org/23091>; DOI: 10.4000/cybergeo.23091
- Yu, Jung-Ho, Kwon, Hae-Rim (2010), "Critical success factors for urban regeneration projects in Korea", *International Journal of Project Management* XX, 27 (7), pp. 889-899.

Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção

ISABEL RAPOSO*

Resumo

Com o processo de urbanização acelerada da segunda metade do século XX e a incapacidade de resposta pública à necessidade de habitação dos grandes contingentes de novos cidadãos, a auto-produção residencial em meio urbano, dita clandestina, de génese ilegal ou informal, estende-se nos subúrbios cada vez mais extensos das cidades dos países periféricos e deixa a sua marca, em menor escala, nos países semi-periféricos como Portugal.

A questão “o que fazer” ocupa técnicos e políticos: os tipos de situações bem como as soluções variam segundo os contextos sociais e locais. Este texto reflecte de forma geral sobre os paradigmas e modelos de intervenção nestas áreas e aflora duas situações distintas de bairros auto-produzidos na Área Metropolitana de Lisboa: a reconversão dos territórios de génese ilegal e a qualificação do bairro da Cova da Moura, de ocupação e construção não legal.

Palavras-chave: bairro de génese ilegal, paradigmas de intervenção, qualificação.

Abstract

With the accelerated urbanization process during the second half of the twentieth century and the incapability of public response to the need for housing of a large numbers of new city inhabitants, residential self-production in urban context, called clandestine, of illegal origin or informal, expanded into suburbs increasingly on cities in peripheral countries and leaves its mark, on a smaller scale, at semi-peripheral countries like Portugal.

* Arquitecta-urbanista, professora associada na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL), investigadora-responsável do Grupo de estudos socio-territoriais, urbanos e de acção local (GESTUAL) do Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design (CIAUD/FAUTL)

The issue of “what to do” calls for technicians and politics: types of situations and solutions vary according to societal and local contexts. This text reflects in general on the paradigms and models of intervention in these areas and points out two different situations of self-product neighborhoods in Greater Lisbon: the reconverting of illegal territories and the rehabilitation of Cova da Moura district, a non legal occupation and building.

Keywords: neighborhoods of illegal origin, intervention paradigms, qualification.

Introdução

Poderia iniciar esta conversa com alguns números sobre a urbanização acelerada e com uma abordagem abstracta e conceptual sobre os bairros de génese ilegal. Mas depois de assistir à estreia do filme de Rui Simões, a “Ilha da Cova da Moura”, no quadro do 7º Festival Internacional do Cinema Independente de Lisboa (Indielisboa), na véspera da apresentação da comunicação que está na origem deste texto, fui levada a mudar a ordem das ideias, o que faço prevalecer nesta introdução, contagiada pela força vital que o filme nos transmite.

Numa casa de arquitectos-urbanistas e num tempo marcado pela arquitectura de grife, que testemunha o contexto actual de economia global neo-liberal e de capitalismo financeiro, tende-se a olhar para os espaços construídos, quer sejam históricos ou contemporâneos, enquanto obras de autor/artista, mas esquece-se, muitas vezes, ou relega-se para segundo plano, a sua dimensão de espaços vividos, apropriados e metamorfoseados no dia a dia, pelos seus habitantes ou pelos agentes socioeconómicos. E, ao mesmo tempo, que se veneram as produções populares pré-industriais, não eruditas, consagradas na Carta do Património Vernacular Construído (ICOMOS 1999) e registadas, em Portugal, na obra de referência sobre a Arquitectura Popular em Portugal, de 1961 (reeditada em 1988 pela Associação dos Arquitectos Portugueses), tende-se a desprezar ou a ignorar os espaços populares contemporâneos, construídos e tecidos no quotidiano por habitantes anónimos, e considerados dissonantes, informais, inseguros, provocadores ou prevaricadores da ordem estabelecida, ilegais ou clandestinos, em Portugal desde 1951 e 1965¹. Apesar dos esforços das associações profissionais para valorizar o papel do arquitecto, o *Planet of slums* de Mike Davis (2006) desvela-nos, neste novo milénio, um mundo sub-urbano, onde se amontoa mais de um sexto da humanidade que emergiu, no último meio século, sem o concurso do arquitecto².

Em contraponto ao registo etnocêntrico do arquitecto, o olhar do cineasta, inscrito numa perspectiva mais compreensiva e interaccionista, devolve-nos e recorda-nos, no seu documentário, a vida no bairro da Cova da Moura, que tem sido chamado a 11ª ilha de Cabo Verde, desfiando retalhos do quotidiano de mulheres e homens, crianças e jovens, adultos e velhos, na sua maioria cabo-verdianos, em cenários diurnos e nocturnos, do nascer ao pôr do sol e ao erguer da lua, na memória da construção das próprias casas, no trabalho, no lazer, nas festas familiares, religiosas ou culturais, na violência e na ternura, na exclusão social e na solidariedade. Os espaços autoproduzidos e configurados com

¹ Só em 1838, a execução de obras nas cidades de Lisboa e Porto, passa a estar sujeita a prévio licenciamento administrativo. Até então o acto de edificar era uma actividade livre de constrangimento de direito público. E, só em 1951, com a entrada em vigor do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), a sujeição a licença administrativa é alargada a um leque abrangente de obras, estendendo-se a noção de construção clandestina ou ilegal, embora o regulamento continue a isentar de licença as obras consideradas de “pequena importância”, cujo significado estava dependente do entendimento discricionário das câmaras municipais (ver sistematização por Rodrigues 2011). Por outro lado, só a partir do Decreto-Lei n.º 46 673 de 29 de Novembro de 1965 – que institui a figura do loteamento urbano e a obrigatoriedade do licenciamento municipal das operações de loteamento urbano –, se pode falar, com rigor jurídico, de loteamento clandestino ou ilegal.

² Já em 1963, Doxiadis (1967: 66) escrevia que o arquitecto não assegurava “mais de 5% da construção imobiliária do mundo inteiro, ou mais que um milionésimo da criação total dos espaços urbanos”.

um apoio público mínimo, das habitações e da rua – o espaço de encontro –, são-nos devolvidos no filme, como o cenário daquele teatro de vida.

No bairro da Cova da Moura forjam-se e sedimentam-se fortes laços sociais, que se podem considerar de características híbridas, de tipo comunitário, de uma população com um passado rural recente, e, ao mesmo tempo, de sociedade hiper-texto (Ascher 2001), configurada pela diáspora dos seus residentes, pela sua diversidade de origem, pela sua inserção num espaço-tempo contemporâneo e pela sua dinâmica associativa. Para além de uma associação paroquial sediada no bairro, os seus moradores estão organizados em três associações, sendo duas actualmente muito activas ao nível socio-cultural: a Associação de Solidariedade do Alto da Cova da Moura, criada em 2006, a partir da estrutura do Clube Desportivo criado em 1980; e a Associação Cultural Moinho da Juventude, criada em 1984. Esta última mantém uma forte interacção com a cultura cabo-verdiana (finamente retratada no filme de Rui Simões), a qual procura manter viva, na música, na dança, na comida, na entreaajuda. Na maior parte do bairro, só nos falta a proximidade do mar para termos a sensação que viajámos ao arquipélago de Cabo Verde, que ali se torna vizinho e tão próximo, que nos intriga e atrai. Na procura de modelos ou paradigmas de intervenção mais coerentes nestes cenários autoconstruídos, esta viagem através do olho do cineasta interpela-nos para uma nova postura do arquitecto-urbanista.

A partir de uma breve abordagem ao conceito de bairro de génese ilegal, título desta comunicação, reflecto neste texto sobre os paradigmas de intervenção que operam nestes territórios e abordo duas situações específicas que constituem terreno de pesquisa e acção do grupo de estudos GESTUAL do CIAUD (www.gestual.fa.utl.pt).

Bairros de génese ilegal

O bairro de génese ilegal é o primeiro conceito que propus para a conversa. Nele incluo quer o que chamei, em outros textos (Raposo 2010b, 2010c e 2011) de territórios de génese ilegal, resultantes de um loteamento clandestino em que os proprietários de parcelas em avos construíram a sua habitação sem licença (embora à vista de todos), quer os bairros que resultam de uma ocupação não planificada, dita, comumente, espontânea, de um terreno alheio, público ou privado, e que crescem de forma mais orgânica, respondendo ao modo de vida e necessidade de espaço dos seus moradores-construtores. A estes bairros, loteamentos clandestinos ou ocupações, que assumem múltiplas e distintas configurações, muitos autores chamam actualmente de informais.

Desde meados do século passado, multiplicou-se exponencialmente a extensão dos bairros ditos informais, que crescem sobretudo nas periferias das cidades. Em 1950, o planeta tinha cerca de 2,5 biliões de habitantes e cerca de 80.000 vivia neste novo tipo de habitat ou seja cerca de 3% da população mundial; este número aumenta exponencialmente, atingido em apenas cinquenta anos, em 2000, cerca de 1 bilião de habitantes a viver em bairros informais (Davis 2006), correspondendo a cerca de 16% da população mundial que contava naquele ano cerca de 6 biliões de humanos.

Assiste-se a uma acelerada metamorfose territorial, resultante de uma urbanização intensiva e extensiva, marcada por uma crescente dualidade espacial, entre áreas de grande concentração de recursos materiais e outras de grande escassez, diferenciação que espelha a dualidade social que a determina, de acordo com a teoria de Lefebvre (1974) do espaço produto do social. As novas configurações urbanas ditas informais, cuja origem remonta aos subúrbios industriais das cidades ocidentais do século XIX, assumem, nas últimas décadas do século XX, contornos distintos, estendendo-se agora a todo o planeta, e já não andando associadas a uma actividade produtiva, mas constituindo-se como dormitório, abrigo precário ou área residencial popular, de duas a três gerações de populações de origem rural, nacionais ou imigrantes, que afluem às cidades, na mira, em tantos casos ingloriosa, de melhores condições de vida e de trabalho.

Existe uma bibliografia crescente, de vários campos disciplinares, sobre estes lugares emergentes, a qual ainda é insuficiente, dada a extensão e complexidade de problemas que albergam, mas que restitui já a diversidade das suas características e problemáticas, bem como dos pontos de vista e das classificações a que conduzem, e também do tipo de intervenções para que apontam ou que aí são implementadas.

Em língua inglesa, o conceito de *slum*, que engloba grande parte dos bairros ditos informais³, ilegais, clandestinos, irregulares, não planificados, remete, segundo as Nações Unidas (2003), para os assentamentos urbanos que se caracterizam por ter falta de uma das seguintes condições: segurança do terreno; acesso a água adequado; acesso a saneamento adequado; habitação adequada; e por estarem expostos a riscos.

Esta definição tem sido considerada inadequada por vários autores por ser demasiado abrangente. Durand Lasserre (2004) critica-a porque aponta o que estes bairros não têm, mas não diz o que eles têm. Numa reflexão que desenvolvi recentemente com colegas da África do Sul, sobre os significados dos assentamentos informais em cidades da África Austral (Groenewald *et al.* 2012 no prelo), conclui-se que a percepção que se tem destes lugares, a forma de olhar, determina a forma de intervir do poder público, da sociedade civil ou dos privados. Existe uma tendência a privilegiar o que este bairros não têm:

- não seguem as formalidades oficiais, não são legais, nem estão registados;
- não se integram nas normas de construção e fundiárias;
- não se integram no mercado formal;
- não correspondem aos modelos e padrões da cidade higienista, planificada, asfaltada, infra-estruturada, urbanizada, moderna, formal;
- não são considerados dignos;
- não são estáveis nem seguros.

Esta forma de olhar para estes bairros como o outro e o diferente, inferior e desintegrado, sublinhando apenas o que faz falta nestes novos e extensos bairros, conduz os técnicos e políticos, formados numa perspectiva racional, funcional e *top-down*, a pensar por eles e para eles, o que consideram que é o melhor do ponto de vista da sociedade formal que servem, ou o que melhor serve os seus próprios interesses e a sua própria visão do mundo ou o seu

³ Alguns dos loteamentos de génese ilegal, em Portugal e em outros países, de grupos sociais mais urbanos e mais bem inseridos no mercado de trabalho, integram-se dificilmente no conceito de *slum*.

modelo de cidade. Isto tem determinado o paradigma da tábua rasa e da expulsão dos habitantes de menores recursos para a periferia mais longínqua, de menor valor fundiário, homogeneizada e desqualificada. Esquece-se o que estes bairros têm e o que os seus moradores-construtores já neles investiram. O artigo referido apela para a necessidade de alargar para três, as dimensões de análise dos bairros informais, como mostra o quadro que segue:

Quadro | Dimensões dos bairros ditos informais

Faltas ou carências	Ganhos	Aspirações
<ul style="list-style-type: none"> ▸ Legalidade da ocupação ▸ Segurança fundiária ▸ Título formal ▸ Legalização das construções ▸ Standardização ▸ Planeamento ▸ Infra-estruturas ▸ Espaço público tratado ▸ Segurança ▸ Dignidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▸ Lugar na cidade ▸ Habitação ▸ Proximidade de trabalho ▸ Proximidade de transportes ▸ Convívio no espaço público ▸ Coesão social ▸ Entreatajuda ▸ Grau de segurança ▸ Diversidade e criatividade ▸ Liberdade 	<ul style="list-style-type: none"> ▸ Melhoria de infra-estruturas urbanas ▸ Melhoria de acesso a serviços ▸ Melhoria de acesso a emprego ▸ Maior mobilidade ▸ Envolvimento nas decisões

Fonte: adaptado de Groenewald *et al.* (2012 no prelo).

De acordo com um estudo desenvolvido em Maputo, em 34 anos de independência de Moçambique, foram “investidos mais de 1 bilião de dólares americanos pelas famílias da cintura ‘informal’ de Maputo”, tendo passado de 31% de habitações com paredes de alvenaria em 1980 para 81% em 2007 (Henriques *et al.*, 2010: 837). Uma mudança de paradigma, na busca de políticas de intervenção mais humanizadas e menos gastadoras, requer que se olhe não só para as suas faltas ou carências, mas também para o que esses bairros já conseguiram, para o investimento dos seus moradores, para as suas aspirações e interesses e para o seu envolvimento.

O conceito de reflexividade que emerge nas ciências sociais (Giddens, 1991) e se estende ao urbanismo (Ascher 2001) aponta para o ir e vir cada vez mais célere entre pensamento e acção, entre teoria e prática, o que sugere a constante avaliação e redefinição do conhecimento e da prática, à luz de novas práticas e de novos conhecimentos. Pode assim supor-se que as novas configurações territoriais e, especificamente, estas extensas periferias autoproduzidas que emergem no quadro da urbanização acelerada do pós Segunda Grande Guerra, e se desenvolvem em plena crise do fordismo e do funcionalismo, apelam a novos olhares e novos modelos de intervenção.

Velhos e novos paradigmas de intervenção

Abordo aqui dois modos distintos de intervenção: o paradigma higienista, racionalista e funcionalista que suporta as operações de renovação urbana assente em geral na demolição do edificado existente e na sua substituição por construção nova, e o paradigma emergente, interaccionista, em que se enquadra “o construir no construído”.

O modelo de renovação urbana remonta ao século XIX e aos países industrializados e visava responder aos problemas de densificação urbana e de precarização dos bairros populares das cidades industriais, justificando-se as intervenções de demolição de áreas degradadas a vários níveis: estético, de embelezamento, de progresso, de eficiência, de saúde (propósitos higienistas) ou de reforma social. A intervenção paradigmática em meados desse século é a reurbanização de Paris, dirigida pelo Barão Haussmann, ao serviço de Napoleão III, representando um poder político forte e uma economia rica, que rasgou o tecido medieval irregular com largas avenidas, visando ao mesmo tempo a construção de um novo cenário urbano, a maximização do lucro privado e o controle social.

Muitas experiências de renovação são implementadas a partir dos anos 40 do século XX, como expressão do boom económico de então e em resposta à pressão do progresso tecnológico, ao crescimento populacional, às novas necessidades de consumo, à degradação das áreas centrais e às pressões imobiliárias. Na América do Norte, o “redesenvolvimento urbano”, expresso no Housing Act de 1949, visa a construção de grandes infra-estruturas, auto-estradas, parques, equipamentos, ou conjuntos habitacionais de luxo, a partir da remoção de bairros precários mais ou menos centrais em terreno de alto valor fundiário que são apropriados por promotores privados. A partir de 1954, com a introdução no Housing Act do conceito de “renovação urbana”, intensificam-se as grandes intervenções urbanas em várias cidades americanas assentes na terciarização e na remoção de muitos habitantes especificamente de minorias étnicas, que provocaram vários movimentos de contestação social contra os planos de renovação urbana e de tábua rasa e suscitaram acesas críticas pelo aumento de segregação e de conflitos sociais, pela diminuição de coesão social, pela *gentrification* e expulsão dos mais desfavorecidos (Jacobs 1961).

A renovação foi também intensamente aplicada na Europa, no período da Reconstrução, prolongando-se pelos anos 60 e 70 do século XX. O pós Segunda Guerra Mundial ofereceu o cenário ideal para a experimentação dos princípios do urbanismo moderno expressos na Carta de Atenas de 1933, que visavam a criação de uma cidade moderna industrial e o seu bom funcionamento. O zonamento, a adequada distribuição e separação das quatro principais funções urbanas, a construção em altura, a hierarquização viária e a separação entre tráfego pedonal e automóvel, são as principais linhas que orientam os arquitectos modernos. Elas serviram de suporte às grandes operações de renovação urbana, das cidades europeias destruídas pela guerra, e também justificaram novas operações massivas de demolição de áreas urbanas antigas e de bens patrimoniais. A Carta de Atenas, defende expressamente a destruição de bairros que não ofereçam condições sanitárias, para evitar “o sacrifício das populações”. A tábua rasa dos bairros insalubres era defendida como um pensamento generoso de uma melhor distribuição da economia, de melhoria das condições de vida e de um melhor funcionamento da cidade que os governos do Norte da Europa procuraram implementar nos trinta anos gloriosos do pós Segunda Guerra Mundial. É nesta linha que Le Corbusier (1929) propusera em 1925 o seu Plano Voisin para Paris, que supunha a demolição do tecido antigo parisiense, que havia sido preservado por Haussmann.

De acordo com os princípios modernos funcionalistas e com os parâmetros de qualidade traçados na Carta de Atenas, toda a cidade dita informal e de gênese ilegal que se estende nas periferias das cidades dos países em desenvolvimento e pontua as de alguns países semi-periféricos, como Portugal, vai contra as normas da cidade moderna e teria de ser eliminada. Mas, nela vivem hoje, nos países africanos, cerca de 70% dos cidadãos, sendo no Brasil cerca de 30% e na Área Metropolitana de Lisboa poderão estar próximos dos 10% (se incluirmos os bairros de ocupação e os loteamentos de gênese ilegal), contribuindo em parte (recorde-se que alguns destes bairros oferecem hoje boas condições de habitabilidade) para perfazer o bilião de habitantes de *slums* em 2000.

Como resultado da visão moderna, na sequência das erradicações de iniciativa pública ou das destruições resultantes do pós Segunda Guerra Mundial, construíram-se nas periferias urbanas conjuntos habitacionais, enormes, uniformes e periféricos – em França, os HLM (“Habitation à Loyer Modéré”) – para (re)alojamento social em massa. O modelo da Carta de Atenas permitiu responder em quantidade a uma necessidade massiva até aí desconhecida. Quais as consequências sociais desses grandes conjuntos habitacionais segregados, homogeneizados, indiferenciados, estigmatizados? Desde os anos cinquenta, eles têm sido objecto de profusas pesquisas, conduzindo a mudanças nas práticas e nas teorias urbanas, mas as reacções da sociedade civil só eclodem de forma violenta, umas décadas depois, nas movimentações sociais que varreram os subúrbios de França em 2005, a Grécia em 2008, ou a Inglaterra em 2011.

Apesar das críticas de que têm sido alvo, os realojamentos massivos em grandes conjuntos habitacionais continuaram a ser aplicados nas últimas décadas do século XX, indiferentes aos maus resultados alheios: eles servem de modelo para o Programa Especial de Realojamento (PER) em Portugal, nos anos 90, e continuam a servir de referência ainda hoje, em outros contextos, de forte poder político e económico, como por exemplo em Luanda.

As críticas que surgem às premissas e aos resultados dos princípios do urbanismo moderno, desde logo no seio do próprio Congresso Internacional dos Arquitectos Modernos de 1947, a redescoberta dos valores da cidade tradicional, os estudos socio-urbanísticas sobre as consequências nefastas das operações de renovação urbana e dos grandes conjuntos habitacionais, conduzem a novas maneiras de olhar e intervir nestes territórios.

Da defesa incondicional da renovação, no quadro do paradigma funcionalista e do modelo de desenvolvimento urbano baseado na expansão e no crescimento económico, emergem desde os anos 70 e 80 os conceitos de reabilitação integrada e de revitalização, no quadro do paradigma interaccionista, que assentam numa nova atenção às pré-existências do lugar, construídas, ambientais e também culturais e sociais. É o regresso do lugar e do actor, é a ideia de “construir no construído” que se instila em contraponto à extensão dispendiosa e fragmentada da cidade liberal.

Em vez da expulsão, realojamento e renovação, delineiam-se outras políticas que visam a melhoria das condições de vida, a qualificação do existente, como a beneficiação *in situ* e a auto-ajuda, que se baseiam nos direitos dos beneficiários, no direito à cidade, ao lugar e à habitação, são centradas nos sujeitos, adaptadas às realidades sociais, na luta contra a pobreza e a exclusão social, dão importância ao processo o qual começa a

ser encarado como parte da solução, à formação, à investigação e à difusão da informação. Estes conceitos são forjados para as zonas antigas e com história, mas cada vez mais se aplicam também às novas áreas emergentes, falando-se aqui de (re)qualificação e de (re)ordenamento.

A Nova Carta de Atenas de 1998-2003 sistematiza o pensamento de uma visão coerente para as cidades europeias e enquadra-se neste novo paradigma articulando-se com os novos conceitos de desenvolvimento urbano sustentável, de participação cidadã, de boa governação, de monitorização e avaliação dos resultados das intervenções.

O paradigma interaccionista ganha terreno, defensores, aderentes e praticantes mas foi abalado pelo forte vento neo-liberal da primeira década do milénio, focalizado na procura da competitividade em detrimento da coesão socio-territorial, sofre da menor visibilidade material das suas intervenções e das resistências dos defensores de abordagens mais racionalistas e funcionalistas. Como refere Pinho (2009: 736), “muitas das iniciativas da sociedade civil dos últimos anos esbarraram contra os procedimentos administrativos das instituições governamentais, mesmo das que assumem como um dos seus objectivos a mobilização e a participação dos cidadãos”. A longa temporalidade das práticas sociais manifesta-se nesta persistência de práticas contrárias aos discursos mais progressistas.

Duas experiências distintas na Área Metropolitana de Lisboa (AML)

As duas experiências aqui registadas são distintas a vários níveis (funditário, divisão em lotes, tipo de edificado, infra-estruturas, associativismo) incluindo ao nível da sua dimensão: foram identificados na AML cerca de 2217 situações de génese ilegal (Raposo 2010b) e apenas dois projectos da Iniciativa Bairros Críticos (mais um terceiro no Porto), dos quais aqui apenas se relata um dos casos. A sua génese e configuração tem determinado leis e práticas de intervenção muito distintas. Apresentamos aqui breves dados de uma reflexão em curso.

A reconversão de territórios de génese ilegal

Em Portugal, esta reflexão não pode deixar de fazer uma referência às áreas urbanas de génese ilegal (AUGI), ou à noção mais abrangente de territórios de génese ilegal (TGI) (Raposo 2010b e 2010c), delimitados sobre o que foram chamados de loteamentos clandestinos. Estes têm uma génese diferente dos bairros de ocupação, pois assentam na acção de um loteador à margem da lei, o qual, aproveitando a ausência do Estado e atento à procura de habitação de primeira ou segunda residência pelos migrantes rurais recém-chegados à cidade, retalha prédios rurais, em parcelas indivisas, ou avos, que vende como solo urbano a preços acessíveis. A AML é particularmente afectada por este fenómeno, contando cerca de 4% do seu território total mas atingindo nalguns municípios 26% da área total do território municipal (caso de Odivelas).

Para estes bairros, onde a maioria dos residentes são proprietários legais dos seus avos nos quais construíram ilegalmente uma casa, foi criada uma Lei excepcional, a Lei

n.º 91/95, ou Lei das AUGI, que definiu a possibilidade de reconversão urbanística – cuja responsabilidade é atribuída em primeira instância aos proprietários – consistindo num loteamento que tem sido na maioria das vezes decalcado sobre o loteamento ilegal que lhe dá origem. Quinze anos depois da Lei, apenas tinham obtido título de reconversão cerca de 30% das situações delimitadas como AUGI. Os que concluíram o processo eram muito menos, e até 2009 cerca de 15% ainda não tinham iniciado o processo (Raposo 2010 b e c). A percentagem dos que legalizaram a sua casa é muitíssimo reduzida.

A Revolução de Abril veio trazer a este fenómeno uma nova abordagem por parte dos poderes públicos, passando de uma visão higienista e funcionalista inscrita nas leis anteriores a 1974, assente na rejeição e repressão do fenómeno, para uma visão mais interaccionista a partir daquela charneira política, que se consubstancia no Decreto-Lei n.º 804 em 1976 e posteriormente com a Lei das AUGI em 1995. Apesar do carácter excepcional desta Lei e da responsabilidade atribuída aos proprietários na condução do processo de reconversão, o pouco sucesso ao nível da conclusão dos processos pode ser imputado, em grande medida, à burocracia dos procedimentos administrativos, em parte inscrita nas características neo-liberais da Lei (Hibou 2011), mas também à falta de recursos dos proprietários, ao alheamento do poder público (sobretudo central) e, ainda, à longa temporalidade das práticas dos técnicos formados no paradigma funcionalista (Raposo 2010 b e c).

A Iniciativa bairros Críticos e a qualificação do Bairro da Cova da Moura

Na mesma década em que é lançada a Lei das AUGI, os bairros precários resultantes de ocupação de terrenos são objecto de outro programa, o Programa Especial de Realojamento (PER), o que levou à erradicação desses bairros e à construção de novos conjuntos, muitos dos quais repetiram a cartilha dos grandes conjuntos de habitação social europeus do pós-guerra e foram imediatamente objecto de avaliações críticas nacionais (Freitas 1994 e Guerra 1994). Estes estudos fundamentaram novas políticas portuguesas assentes em novos princípios de intervenção nas áreas críticas, como o programa URBAN, o programa PROQUAL ou, mais recentemente, a Iniciativa Bairros Críticos, lançada em Setembro de 2005 (Resolução n.º 143/2005) a que aqui se faz breve referência.

Um dos três bairros pilotos deste programa foi o bairro da Cova da Moura. Depois de seis meses de uma condução dinâmica da construção participada de um diagnóstico multidimensional, dos eixos estratégicos de intervenção e do plano de acção, o processo ficou mais ou menos parado, aguardando a resolução da propriedade dos terrenos e esperando o lançamento do concurso do plano de pormenor, o instrumento jurídico escolhido para a reconversão urbanística do bairro.

O concurso para o plano de pormenor foi finalmente lançado em Abril de 2010. Os termos de referência assumem a qualificação do bairro como o cenário desejado, embora, de forma residual e controversa aceitem, no mesmo texto, o seu contrário, ou seja a sua demolição maioritária. Esta contradição no texto da lei expressa os conflitos que têm acompanhado o desenvolvimento de um processo inscrito como participado e revela como as mudanças que se operam nos discursos não determinam linearmente as mudanças correspondentes nas práticas dos agentes envolvidos. Neste caso, as resistências à

implementação de um processo mais interactivo são claramente influenciadas pela lógica de um paradigma higienista e funcionalista, veiculado em primeira instância pela edilidade, e a defesa da tábua rasa ou da demolição da maior parte do tecido do bairro encontra os mesmos justificativos técnicos e sociais que inspiraram Haussmann em Paris ou que nortearam os princípios do urbanismo moderno traçados pela Carta de Atenas de 1933.

O braço de ferro simbolizado pelo desenho de 2002, encomendado pela Câmara Municipal da Amadora à empresa Vasco da Cunha, que previa a demolição de 80% do edificado bairro, e conduziu à contestação dos habitantes, defensores da qualificação do bairro, marcou, desde o início, a inclusão do bairro da Cova da Moura como um dos três bairros piloto da Iniciativa Bairros Críticos. Esta divergência mantém-se seis anos depois do lançamento desta Iniciativa, apesar do processo participado dos primeiros seis meses do seu lançamento (entre Janeiro e Junho de 2006), conduzido por uma equipa técnica com experiência profissional relevante na participação pública activa (Vasconcelos 2007), e apesar do empenho das associações locais em levar a bom porto a qualificação do bairro tal como inscrito no texto inaugurador da Iniciativa.

A crise nacional constituirá seguramente um factor adicional que pesará no desenrolar deste processo, perfilando-se vários cenários que são função da relação de forças entre os vários actores e que aqui se sintetizam nos dois mais extremados: (1) a degradação e abandono do bairro resultante do compromisso dos habitantes em não melhorarem as suas casas até à aprovação do Plano de Pormenor, tende a favorecer o cenário de demolição maioritária apresentado agora pela equipa do Plano de Pormenor (a mesma que elaborara a proposta de 2002) em esboços mais ou menos funcionalistas; (2) a qualificação do bairro ao nível do edificado e do espaço público, com intervenções inovadoras e alternativas, de baixo custo e com energias renováveis, configurando uma nova realidade espacial, geradora de factores de bem estar e de atractividade, supõe um empenho forte das associações do bairro – no desenho participado da transformação do seu espaço, na aceção do direito à cidade de Harvey (2007) –, a captação de um grande número de aliados internos e externos (entre os quais a Universidade), o fortalecimento da sua capacidade de negociação com os actores públicos e privados (IHRU-Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia equipa técnica do Plano de Pormenor e os proprietários do terreno) e também o investimento de todos os actores numa relação de confiança mútua.

Vale a pena resgatar a atitude do cineasta Rui Simões, desse olhar para o coração do bairro, para o seu pulsar, integrado num organismo vivo que é o território que o envolve e o território de origem dos seus actuais residentes, mas que é também o território da sociedade global com o qual estabelece redes cada vez mais diversificadas. O mote, numa perspectiva interaccionista, seria o de conceber a intervenção de qualificação a partir do espaço público da sua vivência e desenho e do modo de vida e de habitar dos residentes, das suas fortes redes de sociabilidade, das suas valências culturais, articulada com os vários territórios que o envolvem, numa intervenção cirúrgica, seguindo os princípios da acupunctura urbana, e da sustentabilidade social, económica e ambiental, com uma grande dose de inovação, princípios que estão afinal contidos no documento que publicita a Iniciativa Bairros Críticos, em que se enquadra a intervenção no Bairro da Cova da Moura.

Breves notas conclusivas

Estas duas experiências em curso, de escala desigual, mas ambas de génese ilegal, aqui muito sumariamente problematizadas, mostram como as soluções variam segundo os contextos territoriais e sociais mas também segundo as lógicas, os modelos e as práticas dos vários actores em presença.

A principal distinção de partida entre as duas situações prende-se com a propriedade da terra, onde se construiu, em ambos os casos, sem licença: na primeira situação, trata-se de proprietários legais de avos não urbanos e na segunda de ocupantes de uma propriedade alheia. Esta diferença determina, no virar do milénio, um tratamento legal diferenciado: para as AUGI, desde 1995, o direito à reconversão, sob a responsabilidade primeira dos proprietários, e para a Cova da Moura, desde 2005, a perspectiva da qualificação e reinserção urbana coordenada por um organismo central, o IHRU, no quadro de um complexo sistema de interacção com a autarquia, representantes do bairro e outros parceiros.

Nas AUGI, são os proprietários que conduzem o processo de reconversão numa perspectiva de adequação do tecido existente ao quadro normativo, com diferentes envolvimento das autarquias e alheamento do poder central, o que é visto como um deficit. Na Cova da Moura, é a administração pública, central e municipal, que conduz o processo de intervenção participativo. Delineado no texto da Iniciativa como experimental, o processo de qualificação confronta-se com interesses, racionalidades, modelos urbanos, diversos e contraditórios e com capacidades de acção e margem de manobra desiguais cristalizadas no braço de ferro entre a autarquia e as associações do bairro e materializando-se em duas visões diferentes para o bairro, entre a tabula rasa versus renovação ou a qualificação do existente. Este processo complexo e conflituoso constitui um rico laboratório de investigação sobre os paradigmas e as práticas de intervenção. A reflexão e o debate alargado e o amadurecimento da prática democrática em torno deste processo é a condição para se forjarem de forma partilhada soluções inovadoras e experimentais, no espírito do texto da Iniciativa, e se fortalecer o desígnio do bairro, a sua identidade multiétnica, e o seu carácter híbrido de comunidade com fortes laços de vizinhança e de sociedade hiper-texto.

Bibliografia

- Ascher, François (2001), *Les nouveaux principes de l'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, Paris, Éditions de l'Aube.
- Bógus, L., Raposo, I., Pasternak, S. (2010), *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Brasil-Portugal*, São Paulo, Editora da PUC-SP.
- Davis, Mike (2006), *Planet of slums.*, Verso, New York.
- Doxiadis, Constantinos A. (1967), *L'architecture en transition*, Paris, Dunod (1ª ed ing. 1963).
- Durand-Lasserve, Alain (2004), *Land for housing the poor in African cities are the neo-customary processes an effective alternative to formal systems?* French-British research project: Current Changes in customary land delivery systems in Sub-Saharan African Cities, Paris, University Denis Diderot.

- Freitas, Maria João (1994), "Os paradoxos do realojamento", *Sociedade e Território*, 20, Porto, Afrontamento, pp. 26-35.
- Giddens, Anthony (1991), *As consequências da modernidade*, São Paulo, Editora Unesp.
- Groenewald, L., Huchzermeyer, M., Kornienko, K., Raposo, I., Rubin, R., Tredoux, M. (no prelo), "Breaking down the binary: meanings of informal settlements in Southern African Cities", in L. Fourchard e S. Bekket, *Governing African Cities*, Paris, Karthala.
- Guerra, Isabel (1994), «As pessoas não são coisas que se metam em gavetas», *Sociedade e Território*, 20, Porto, Afrontamento, pp. 11-26
- Henriques, C., Raposo, I., Carrilho, J., C., Lage, L., Martins, I., Arruda, A. (2010), «Intervir na cidade (in)formal. O papel da academia. Retratos lusófonos», in *Uma Utopia sustentável. Arquitectura e urbanismo no espaço lusófono: Que futuro?*, 1º Seminário Internacional Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, Lisboa, FAUTL.
- Hibou, Béatrice (2011), "O ilegal na cidade moderna", in Raposo (org.) *Produção e organização de territórios de génese ilegal*. Relatório final de execução científica apresentado à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 81-103.
- Jacobs, Jane, 1961 (2000), *Morte e vida das grandes cidades*, São Paulo: Martins Fontes.
- Le Corbusier (1957), *La Charte d'Athènes*, Paris, Les Editions Minuit.
- Le Corbusier (1929), *The City of tomorrow*, Londres, The Architectural Press.
- Lefebvre, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris, Anthropos.
- Pinho, Ana (2009), *Conceitos e Políticas Europeias de Reabilitação Urbana. Análise da Experiência Portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais*, Lisboa, LNEC.
- Raposo, Isabel (2010c), "Reconversão de Territórios de Génese Ilegal na Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML)" in L. Bógus, I. Raposo et S. Pasternak (org) *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Brasil-Portugal*, São Paulo, Editora da PUC-SP, pp. 81-122.
- Raposo, Isabel (coord.), Jorge, S, Martins, A. (2010b), *Actas do Workshop 1. Territórios de génese ilegal*, Lisboa, Gestual, Ciaud, Fautl. In www.gestual.fa.utl.pt
- Raposo, Isabel (2010a), "Intervenção pública num bairro crítico, o Alto da Cova da Moura", in *Cadernos da Faculdade de Arquitectura*, Lisboa, FAUTL.
- Rodrigues, Paula (2011) *Procedimentos de legalização das habitações existentes em territórios de génese ilegal (TGI): Loures, Amadora, Oeiras e Cascais*, dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e dos Núcleos Urbanos, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- Vasconcelos, Lia (2007) "Cova da Moura, uma experiência de intervenção sócio-territorial participada", *Inforgo*, pp. 107-113.
- VVAA (1981), *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.

